

# FOLHA DE S. PAULO

## O Poder dos Poderes

JANIO DE FREITAS

**Nenhum dos Poderes goza de mais conforto e maior luxo, nos níveis superiores, do que o Judiciário**

15 NOV 2012

**EM SEU** primeiro ato de despedida, o ministro Ayres Britto transmitiu sobre o Judiciário a opinião de um Poder que se distingue, nos três Poderes, pelos sacrifícios com que se dedica à sua missão sem, por isso, receber o reconhecimento e, muito pior, a compensação pecuniária:

“O Poder Judiciário é o mais cobrado, o mais exigido e o menos perdoado”, resumiu o presidente do Supremo Tribunal Federal. Logo iria pedir a inclusão de aumento do Judiciário no Orçamento de 2013.

A visão desde as alturas é muito especial, sobretudo quando se trata da pirâmide humana —seja composta por motivo de posses, de cultura, profissionais e outros. De fora do cume, não se percebe outro Poder mais “cobrado” do que o Executivo, tanto em seu nível federal, como no estadual e no municipal.

Ao Executivo segue-se o Legislativo, cujo conceito rasteiro sobre os políticos e os partidos diz o suficiente a respeito do seu Poder e das benesses de que desfrutam. Já o Judiciário é aquele Poder do qual é comum os cidadãos esperarem uma definição por 10, 20, até 30 anos. Há pouco houve menções a uma causa com meio século de hospedagem nos recantos do Judiciário. Uma ação trabalhista pode durar cinco e mais anos. Sobre o Supremo mesmo, há dias foi noticiado que se aproximam das três mil as ações que esperam, em suspenso, os acórdãos devidos pelo STF. Os vencedores não sabem quando sairão.

O volume de trabalho nos juizados é grande, sim, e não é incomum

que julgadores correspondam à dedicação necessária. Mas, como ministra-corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon teve a eficiência e a coragem de expor realidades clamorosas (há quanto tempo esse ruim adjetivo estava sumido, desgastado por tantas aplicações cabíveis) de todos os tipos e no Judiciário pelo país afora.

Essas realidades só existem em razão de um fator: o Judiciário não é “exigido” em nada e por ninguém. Nem pode sê-lo. O povo e os outros dois Poderes não têm como exigir-lhe coisa alguma —assim o regime o exige. Nem sequer pode influir em sua composição: para a primeira e a segunda instâncias há concurso e, também para a segunda e as últimas, há a escolha e o lobby.

O “menos perdoado”? Se nada é “cobrado”, nada é ou pode ser “exigido” —a despeito do que todos sentem e o próprio Conselho Nacional de Justiça reconhece—, o perdão é, na prática, absoluto. E até premiado. Nenhum dos Poderes goza de mais conforto e maior luxo, nos seus níveis superiores, do que o Judiciário.

Os três Poderes estão em dívida enorme com o país. Todos muito aquém, nos seus respectivos níveis, do que lhes caberia em reciprocidade mínima pelo que recebem graças ao sistema tributário injusto. Mantido por ação conjunta dos três.

### DE JUSTIÇA

O ministro Gilmar Mendes cometeu uma injustiça com José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça. Acusou-o, na sessão de ontem do STF, de afinal referir-se ao estado medieval das cadeias brasileiras. Há muitos e antigos registros de críticas combativas, e muito mais fortes do que a recente, feitas por Cardozo aos sistemas prisional e policial.

De Gilmar Mendes só constam críticas ao sistema prisional a partir de sua chegada ao Conselho Nacional de Justiça, quando providenciou uma varredura que encontrou mais de 20 mil presos com sentenças extintas.

# FOLHA DE S. PAULO

## ÉLIANE CANTANHÊDE

### Vil metal e vil prisão

BRASÍLIA - Enquanto eram os PPP (pobres, pretos e prostitutas) jogados desde sempre nas cadeias, estava tudo muito bem. Bastou o Supremo decretar dez anos e dez meses de prisão para José Dirceu para todo mundo acordar e discutir a realidade penitenciária brasileira.

Se o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, classifica as prisões do país como “medievais” e prefere a morte a ficar preso no Brasil, o que a sociedade e principalmente os próprios condenados podem dizer?

Com a autoridade de quem atuou efetivamente para melhorar esse estado de coisas, retirando das prisões milhares de presos ilegais à época em que presidiu o STF e o CNJ, Gilmar Mendes concordou com a crítica de Cardozo, mas ironizou: “Lamento que ele fale só agora”.

Depois da pena de Dirceu à prisão, também entrou em pauta no Supremo o debate sobre penas pecuniárias versus privação de liberdade. Ou seja, multas em vez de prisão.

Estridente, Dias Toffoli disse que o intuito dos crimes (do mensalão) era financeiro, e não atentar contra a democracia ou partir para a violência, e resumiu: “Era o vil metal. Que se pague então com o vil metal”.

E houve uma inversão. Antes, o revisor Ricardo Lewandowski abria o debate e Toffoli o acompanhava. Ontem, Toffoli puxou a questão e Lewandowski foi o primeiro a aderir à tese, com uma ressalva: desde que de acordo com as posses do réu.

Soou como uma tentativa de negociação típica de advogados, não de juizes: já que estão condenados, que paguem em dinheiro, não em dias na cadeia. Tudo, menos levar réus tão ilustres para a prisão?

A dinâmica do julgamento, porém, segue a lei e a tradição: uma coisa não elimina a outra. Condenados devem pagar com o bolso e, dependendo do caso, com a liberdade.

Que a condenação de poderosos não seja em vão nem só vingança. Além de resgatar a Justiça, que possa também tornar mais justas as prisões medievais dos brasileiros comuns.

15 NOV 2012

15 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Prisões desumanas

Ministro da Justiça está certo ao denunciar as péssimas condições das penitenciárias, mas só palavras não serão capazes de transformá-las

O estadista se diferencia do político comum, entre outras virtudes, por saber discernir a verdade da mentira e, mais ainda, o momento certo de pronunciar a primeira —ou, então, de se calar.

Mesmo quando não mente, erra de forma grave ao falar verdades na hora errada e de modo irrefletido, com fez o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT).

O deslize foi cometido perante três centenas de empresários, em São Paulo, em resposta do ministro sobre a pena de morte. “Se fosse para cumprir muitos anos em uma prisão, em algumas prisões nossas, eu preferiria morrer.”

O ministro qualificou penitenciárias como medievais. Elas não possibilitariam “aquilo que é mais importante numa ação penal, que é a reinserção social daquele que foi colocado na situação de privação da sua liberdade”.

Cardozo tem razão, ao menos em parte. Em dezembro do ano passado, o país contava uma população carcerária de quase 515 mil pessoas (aí incluídos 43,3 mil em delegacias e 18,7 mil em regime aberto). Como a capacidade total não chegava a 307 mil, pode-se dizer que a superpopulação era da ordem de 70%, ou 1,7 custodiado por vaga.

Pior, desse total, somente 109,4 mil (23%) têm algum tipo de tra-

balho, interno ou externo, referido eufemisticamente como “labor-terapia”. Em linguagem clara, a maioria é de presos empilhados e desocupados em prisões caóticas e desumanas, disponíveis para recrutamento pelo crime organizado.

Cardozo teve ao menos o cuidado de não falar em recuperação, a platidade preferida de uma visão romântica das prisões, que na realidade não passam de instalações de segurança para manter indivíduos perigosos afastados do meio social. No mais, conseguiu soar incrivelmente inoportuno.

A primeira associação óbvia é com a pena de prisão em regime fechado imposta pelo Supremo Tribunal Federal, um dia antes, ao correligionário José Dirceu, por chefiar o esquema do mensalão.

Um desavisado poderia concluir que o ministro se sentiu compelido a denunciar a desumanidade dos cárceres apenas porque alguns próceres do PT estão mais próximos deles —hipótese que reduziria o ministro a um militante tacanho.

Bem pior foi ouvir verdade tão incômoda de um ministro de Estado, e logo da Justiça, como se não tivesse nada a ver com isso. Ora, seu partido se encontra há quase uma década no governo federal.

A própria gestão de Cardozo, já no governo Dilma Rousseff, também claudica na matéria. Sua pasta tinha R\$ 312,4 milhões para melhorar penitenciárias em 2012, mas usou só um quinto dessa verba.

Seria melhor se o ministro falasse menos e fizesse mais a respeito das masmorras brasileiras.

# FOLHA DE S. PAULO

## Crime organizado, Estado desorganizado

MARILDA PANSONATO PINHEIRO

Há anos enfraquecem a Polícia Civil. O crime não se combate com truculência. Não adianta estimular o confronto se 90% dos crimes não são investigados

15 NOV 2012

A Política de Segurança Pública no Estado de São Paulo beira a falência. O botão de alerta já havia sido acionado há meses, pelo próprio crime organizado, demonstrando claramente a desorganização e a ineficiência do Estado em combatê-lo.

A escalada de violência poderia ter sido evitada se os agentes públicos responsáveis admitissem, de plano, a sua existência, em vez de menosprezar o poder de fogo da facção criminosa conhecida por PCC, que em um mês já tirou mais de 200 vidas, 90 delas de policiais.

Em entrevistas, o secretário de Segurança Pública chegou a afirmar que se tratava de casos isolados, oportunistas de marginais para acertar contas. Puro ilusionismo. A sensação de insegurança e de pânico só aumenta na população.

Relatórios de agosto da área de inteligência da Polícia Civil, da Polícia Federal e até do Ministério Público anunciavam a tragédia, mas os policiais, aqueles que estariam na linha de frente, foram esquecidos e entregues à própria sorte. Tudo em nome da vaidade para admitir a falência da política adotada. Foi a desumanidade escancarada — a perda de dez, 20 ou 30 vidas nada representa em um Estado tão populoso...

Os delegados de polícia, que também não foram avisados, embora o documentos relacionados ao atentados apresentados em rede nacional leve o timbre da Polícia Civil, se solidarizam com o caos. Sentem na pele há anos, como navalha na carne, os reflexos do enfraquecimento da Polícia Civil, que é a polícia investigativa, judiciária, do tirocínio.

Crime se combate com inteligência, não com truculência ou com redobrada violência. Hoje, cerca de 90% dos crimes não são investigados por falta de recursos materiais e humanos, por falta de investimento e de claro protecionismo. O desestímulo na carreira é crônico.

Os delegados, dirigentes da Polícia Civil, amargam uns dos piores salários do país, com precárias condições de trabalho e com um agravamento do cenário que está por vir: 20 dos 200 novos delegados em treinamento na Academia de Polícia já pediram exoneração, enquanto muitos aguardam resultados de concursos em outras carreiras jurídicas. Preparamos profissionais para outras carreiras ou para outros Estados... A história se repete a cada concurso...

Por isso, o pior inimigo do Estado é o próprio Estado, que resiste em mudar sua abordagem no combate ao crime e elaborar políticas públicas eficientes. Nesta atual onda de violência, incentivar o confronto não é o caminho. Até porque, na guerra entre o PCC e o Estado, o cidadão torna-se refém, assistindo impotente o seu direito de ir e vir tolhido pelos chamados toques de recolher ou pela guerra armada a céu aberto, que ceifa vidas inocentes.

Mas para o Estado a situação está sob controle enquanto morrem dez por noite. Colocar mais policiais na rua e intensificar abordagens poderá ajudar a combater a consequência, mas não a causa, que exige profissionalismo, conhecimento técnico e comprometimento que passam longe do partidarismo, da negação e do protecionismo institucional.

Já é hora de uma reforma nesta política de pouca estratégia. A sociedade deve exigir que se faça cumprir as leis e se preserve o Estado democrático de Direito, onde o respeito à vida e a dignidade da pessoa humana prevaleça sobre os mandos, desmandos e interesses do “responsáveis pela segurança” de plantão.

MARILDA PANSONATO PINHEIRO, 57, é presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (ADPESP)

15 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Penas do mensalão lembram a Inquisição, afirma Toffoli

Ministro defende que 25 réus sejam punidos financeiramente, não com cadeia

**'O intuito era o vil metal, que se pague com o vil metal', disse ele, que advogou para o PT antes de entrar no STF**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) José Antonio Dias Toffoli criticou ontem, em plenário, o tamanho das penas de prisão aplicadas aos condenados no processo do mensalão, dizendo que isso "combina com o período medieval".

Para Toffoli, as multas e a recuperação de valores desviados surtem mais efeito "pedagógico" do que mandar para a cadeia.

"A filosofia daquele que comete um delito está em debate na sociedade contemporânea há muito tempo. Esse parâmetro do julgamento, em 2012, não é o parâmetro da época de Torquemada [famoso inquisidor espanhol do século 15], da época da condenação fácil à fogueira."

E concluiu: "Aqui o intuito final era financeiro, não era violência, não era atentar contra a democracia e contra o Estado Democrático de Direito porque eles são muito mais sólidos do que isso. O intuito era o vil metal. Que se pague então com o vil metal".

A crítica do ministro ocorre na semana em que o tribunal definiu as penas dos núcleos político e financeiro do

**“Esse parâmetro do julgamento, em 2012, não é o da época de Torquemada, da época da condenação fácil à fogueira**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**  
ministro do Supremo Tribunal Federal

mensalão, condenando, por exemplo, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu a 10 anos e 10 meses de prisão, além de multa no valor R\$ 676 mil.

A participação de Toffoli gerou polêmica antes do início do julgamento pelo fato de ele ter sido advogado do PT e assessor da Casa Civil no período em que Dirceu comandava a pasta (Toffoli votou pela absolvição do petista). O ministro também namora advogada que participou da defesa de um dos réus.

Na sessão de ontem, Toffoli também questionou a razão de mandar para prisão a banqueira Kátia Rabelo, "uma ex-bailarina", condenada a mais de 16 anos por lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas e quadrilha.

E afirmou que os réus deste processo do mensalão são pessoas que "desde 2006 não têm condições de sair à rua", da mesma forma em que ministros e advogados "foram agredidos" por seus respectivos votos e defesas.

O ministro não explicou a que casos se referia. O revisor do processo, Ricardo Lewandowski, que divergiu da maioria do STF ao votar pela absolvição de alguns réus, chegou a ser hostilizado por eleitores ao votar em outubro.

Após a fala de Toffoli, o ministro Celso de Mello afirmou que as decisões do STF têm sido adequadas e razoáveis.

## NÚCLEO FINANCEIRO

Ontem o tribunal definiu as penas dos dois últimos integrantes do núcleo financeiro, os ex-vice-presidentes do Rural José Salgado (16 anos e 8 meses de prisão, mais multa de R\$ 1 milhão) e Vinícius Samarane (8 anos e 9 meses, mais multa de R\$ 598 mil).

Eles as cumprirão inicialmente em regime fechado.

Toffoli votou, na maioria das vezes, estipulando penas menores do que as propostas pelo relator, Joaquim Barbosa. Mas o acompanhou na definição das multas.

O Banco Rural emprestou R\$ 32 milhões para o PT e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, e ajudou-os a distribuir o dinheiro do esquema a partidos políticos sem chamar a atenção das autoridades.

A maioria dos ministro seguiu o voto de Barbosa.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Advogado de Salgado, o ex-ministro da Justiça de Lula Márcio Thomaz Bastos considerou "excessiva" a pena. Para Maurício de Oliveira Campos Jr., que defende Samarane, a decisão "é desproporcional e não foi adequadamente individualizada".

# 15 NOV 2012

### AS PENAS DO MENSALÃO

O que os ministros definiram sobre o núcleo financeiro

#### Por que eles foram condenados

Os ministros do STF concluíram que a dona do Banco Rural, Kátia Rabello, usou a instituição para três fins: permitir que políticos comprados pelo mensalão sacassem dinheiro sem se identificar, alimentar o esquema com empréstimos fraudulentos e transferir parte dos recursos ilegalmente para o exterior. Eles a condenaram junto com o vice e o ex-vice presidente do banco



> Kátia Rabello  
Dona do Banco Rural

Formação de quadrilha 2 anos e 3 meses	Lavagem de dinheiro 5 anos e 10 meses	Gestão fraudulenta 4 anos	Evasão de divisas 4 anos e 7 meses
---	--	------------------------------	---------------------------------------

TOTAL\*  
**16 anos e 8 meses**

+ multa de R\$ 1,5 milhão



> José Roberto Salgado  
Ex-vice-presidente do Banco Rural

Formação de quadrilha 2 anos e 3 meses	Lavagem de dinheiro 5 anos e 10 meses	Gestão fraudulenta 4 anos	Evasão de divisas 4 anos e 7 meses
---	--	------------------------------	---------------------------------------

TOTAL\*  
**16 anos e 8 meses**

+ multa de R\$ 1 milhão



> Vinícius Samarane  
Ex-vice-presidente do Banco Rural

Lavagem de dinheiro 5 anos, 3 meses e 10 dias	Gestão fraudulenta 3 anos e 6 meses
--	--

TOTAL\*  
**8 anos, 9 meses e 10 dias**

+ multa de R\$ 598 mil

\*As penas ainda podem ser alteradas

15 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# PT divulga texto com ataques ao Supremo e ao procurador-geral

Partido critica 'partidarização do Judiciário' e resume defesa de petistas condenados a nota oficial da direção

**Condenação por compra de votos foi tentativa de 'criminalizar' a legenda, diz documento da Executiva Nacional**

DE SÃO PAULO  
DE BRASÍLIA

O PT atacou ontem a "partidarização do Judiciário" e acusou o Supremo Tribunal Federal de ter feito um "julgamento político" do escândalo do mensalão.

A Executiva Nacional da legenda divulgou um texto questionando a corte após a definição, na segunda-feira, das penas do ex-ministro José Dirceu, do ex-presidente do partido José Genoíno e do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O texto enfatiza as críticas ao STF e cita nominalmente apenas Dirceu, condenado a dez anos e dez meses de prisão após a corte ter concluído que ele foi o principal responsável pela organização do mensalão, que distribuiu milhões de reais a políticos que apoiaram o governo Lula no Congresso Nacional.

O partido afirmou que a utilização da teoria do domínio do fato —segundo a qual

o autor não é só quem executa o crime, mas quem tem o poder de decidir sua realização e planeja para que ele aconteça— como um dos fundamentos para condenar Dirceu cria um "precedente perigoso: o de alguém ser condenado pelo que é, e não pelo que teria feito".

"O STF deu estatuto legal a uma teoria nascida na Alemanha nazista", diz o texto.

O Supremo levou em conta o poder de Dirceu no governo e no PT e seu contato frequente com participantes do esquema para condená-lo. Além disso, uma ex-mulher do petista recebeu favores dos bancos que financiaram o mensalão.

## QUEM INDICA

O PT disse que a condenação de réus por compra de votos foi uma tentativa de "criminalizar" o partido e afirmou que tentará conter a "partidarização do Judiciário, evidente no julgamento".

Dos 11 ministros que julgaram o mensalão, 8 foram indicados pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff, incluindo o relator do caso, Joaquim Barbosa.

Questionado sobre o que chamaria de "partidarização"

se a maioria da corte foi escolhida por petistas, o presidente do partido, Rui Falcão, afirmou que a crítica se dirigia ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e à coincidência do julgamento com o período eleitoral.

"O procurador não escondeu seu viés de parcialidade ao afirmar que seria positivo se o julgamento interferisse no resultado das eleições", diz o texto do PT. Gurgel só sustentou as acusações contra os petistas no julgamento porque foi reconduzido ao cargo por Dilma, em 2011.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, que foi indicado por Lula e se aposentará no domingo, disse que a crítica do PT "faz parte da liberdade de expressão". "O Supremo julgou com toda tecnicidade, com toda consistência", afirmou.

## NO PAPEL

Falcão disse que o único ato oficial da legenda sobre o mensalão será o documento de ontem, o que contrasta com a expectativa criada por petistas no início do julgamento. Ele afirmou ser "natural" que manifestações de militantes em prol dos réus serão "posições individuais".

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 15 NOV 2012

### POR QUE DIRCEU FOI CONDENADO

As razões do STF para considerar o ex-ministro culpado



**DIRCEU PARTICIPOU DA ORGANIZAÇÃO DO MENSALÃO?**

Dirceu era o homem-forte do governo Lula e reunia-se frequentemente com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Por isso, o STF concluiu que era ele quem estava no comando do esquema



**DIRCEU TRATAVA DE DINHEIRO COM OS ALIADOS?**

Ao condená-lo, o Supremo levou em conta o depoimento do ex-deputado Roberto Jefferson, que atribuiu a Dirceu a ideia de uma viagem que Valério fez a Portugal para buscar dinheiro que o ex-ministro teria negociado para o PT e o PTB



**DIRCEU SABIA DOS EMPRÉSTIMOS DO MENSALÃO?**

Segundo Valério, Dirceu tratou com a dona do Banco Rural, Kátia Rabello, dos empréstimos que o banco contratou com suas agências e o PT. Os juízes, com base no depoimento do empresário e de sua mulher, sustentam que Dirceu sabia dos empréstimos



**DIRCEU SE REUNIU COM MARCOS VALÉRIO?**

O próprio Dirceu admite que Valério esteve em seu gabinete acompanhando banqueiros. Segundo Jefferson, Valério se apresentou em Portugal como enviado do PT nas reuniões que fez com o Banco Espírito Santo e a Portugal Telecom



**DIRCEU SE REUNIU COM OS BANCOS?**

Os juízes relacionaram as datas das reuniões de Dirceu com membros do Rural e do BMG com a liberação dos empréstimos. Eles citaram uma reunião entre Dirceu, Valério e dirigentes do BMG em 20.fev.03 e a liberação, quatro dias depois, de um empréstimo para o esquema



**DIRCEU RECEBEU FAVORES PESSOAIS?**

Em 2003, sua ex-mulher recebeu favores de Valério: um emprego no BMG e um empréstimo no Rural. O advogado de Valério, Rogério Tolentino, ainda adquiriu o imóvel dela. Segundo os juízes, isso mostra a influência de Dirceu sobre os envolvidos no caso

## MÔNICA BERGAMO

### VELA APAGADA

Réus do mensalão já se preparam para passar o Natal na cadeia. Acreditam que o STF (Supremo Tribunal Federal) pode acatar pedido do Ministério Público e determinar a prisão dos condenados.

#### VELA 2

Advogados dos acusados já disseram a alguns deles que o STF pode fatiar a publicação dos acórdãos, com os textos finais das decisões, a exemplo do que fez com o próprio julgamento.

#### DIVISÃO

Nem todos os ministros do Supremo concordam com a ideia de prisão imediata dos réus. Preferem esperar a finalização do julgamento, com a determinação da pena de todos os envolvidos no escândalo.



15 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministro não tem direito a mau humor, diz Britto

Em sua última sessão, presidente diz que se sente realizado por seus nove anos no STF

Em sua última sessão no Supremo Tribunal Federal, o ministro Carlos Ayres Britto afirmou que a corte está “mudando a cultura do país”.

A fala ocorreu antes da 46ª sessão da análise do mensalão, ao agradecer homenagens por sua aposentadoria obrigatória, no próximo domingo, ao completar 70 anos.

Ministros do STF têm dito que a análise do processo do mensalão terá implicações no combate à corrupção. Ayres Britto, que presidiu a corte nos últimos sete meses, disse que as mudanças feitas pelo STF têm respaldo na Constituição: “O Supremo está mudando a cultura do país, a partir da Constituição, que quer essa mudança cultural”.

Ele afirmou ainda que se sente realizado por sua passagem de nove anos na corte. Conhecido como “ministro poeta”, recomendou serenidade aos colegas e disse que os integrantes do STF não têm direito a cara fechada.

“Não temos direito ao mau humor, tamanha a honra de servir ao nosso país (...). Devemos fazer viagem de alma e não de ego porque o Supremo interfere mais e mais no curso da vida, como deve ser,

como fiel intérprete de uma Constituição concretista.”

Bate-bocas entre ministros marcaram várias das sessões do julgamento do mensalão.

Ontem Ayres Britto e o futuro presidente do STF, Joaquim Barbosa, se reuniram com parlamentares e pediram a aprovação de aumento do salário do Judiciário, sem reajuste há quatro anos.

As perdas somam mais de 28%, e as dos servidores ultrapassam 54%. “O Judiciário experimenta há anos um perigoso e temerário processo de desprofissionalização”, disse Britto. O governo definiu reajuste de 5% para o Judiciário em 2013, mas os ministros querem mais. O relator do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que é “muito difícil” atendê-los.

**“ Devemos fazer viagem de alma e não de ego porque o Supremo interfere mais e mais no curso da vida, (..) como fiel intérprete de uma Constituição concretista**

AYRES BRITTO

15 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Barbosa tenta decidir sobre perda de mandatos, mas é voto vencido

O ministro Joaquim Barbosa tentou colocar em votação ontem se cabe ao tribunal definir a perda do mandato dos deputados condenados ou trata-se de uma decisão a ser tomada pela própria Câmara.

Seu argumento foi o de que era a última sessão em que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Carlos Ayres Britto, participaria.

O tema é polêmico e deve gerar novas discussões entre os ministros do Supremo.

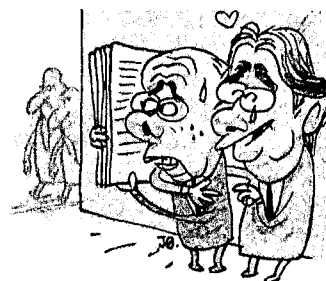
Dos 25 condenados no processo do mensalão, são hoje parlamentares João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Também é possível que o petista José Genoino assuma uma vaga na Câmara em janeiro.

A proposta de Barbosa, porém, não prosperou, e quase gerou um bate-boca com o revisor do processo, Ricardo Lewandowski. Ele argumentou que uma ordem de julgamento deveria ser seguida.

Barbosa, então, rebateu o colega e disse que caberia a ele, relator, estabelecer a sequência que entender necessária. "A ordem é a desordem. A ordem é o caos", ironizou, então, Lewandowski.

A discussão logo foi desfeita, quando Ayres Britto e outros ministros argumentaram que o tema era complexo e não poderia ser resolvido de forma tão rápida.

### PAINEL



**Dosimetria** Em seu discurso de despedida, Carlos Ayres Britto destacou o apoio do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos a seu ingresso no STF. Um advogado do mensalão, na plateia, brincou com os colegas: "Agora sim, temos um culpado. Falta definir a pena".

**Penetras** Apesar da convivência quase diária há três meses, os advogados do caso não receberam convite para a posse de Joaquim Barbosa na presidência do Supremo, que será na semana que vem.

15 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

**TJ-SP rejeita**

**última ação**

**da Universal**

**contra a Folha**

Em decisão unânime, corte nega pedido de reparação por publicação de coluna

**A igreja e seus fiéis moveram mais de cem processos contra o jornal, mas todos foram julgados improcedentes**

A 8ª Câmara Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou ontem, por unanimidade, sentença que havia julgado improcedente a ação de indenização movida pela Igreja Universal do Reino de Deus contra a **Folha** e o jornalista Fernando de Barros e Silva.

O relator Caetano Lagastra entendeu que não houve abuso na coluna "Fé do bilhão", de 17 de dezembro de 2007.

A Igreja Universal havia alegado que o texto tinha "cunho tendencioso". Em sua defesa, a **Folha** afirmou que ele representava o "exercício da liberdade de expressão do pensamento". A coluna comentava a reportagem "Universal chega aos 30 anos com império empresarial", de Elvira Lobato, que receberia o Prêmio Esso de Jornalismo.

A reportagem foi alvo de ações movidas país a fora por adeptos da Igreja contra a **Folha** e a jornalista. A maioria dos processos foi ajuizada em comarcas remotas de quase todos os Estados, forçando o deslocamento de advogados e jornalistas por avião, ônibus, táxi e barco. As ações usavam as mesmas frases.

A tentativa de intimidação foi classificada pelo juiz Edinaldo Muniz dos Santos, de Epitaciolândia (AC), como "assédio judicial".

#### PROCESSOS

A Igreja ainda entrou diretamente com processos referentes à reportagem, à coluna e ao editorial "Intimidação e má-fé", de 2008, que questionava a série de ações.

"Espero que o julgamento represente o encerramento do embate judicial que durou quase cinco anos envolvendo a Igreja Universal e a **Folha**", declarou a advogada do jornal, Taís Gasparian.

Segundo ela, "nesse período a igreja entrou com três ações, e seus fiéis, com mais de 110, em uma iniciativa que tinha por propósito inibir a publicação de textos jornalísticos. Apesar das dificuldades, acredito que a imprensa tenha saído saído vencedora, já que nenhuma das ações foi julgada procedente".

15 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Tribunal suspende julgamento do presidente da Assembleia de SP

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo voltou a suspender ontem, após quase quatro horas de debates, o julgamento do processo em que o presidente da Assembleia Legislativa, José Antonio Barros Munhoz (PSDB), é acusado de violar a Lei das Licitações quando era prefeito de Itapira, interior do Estado.

O julgamento, que ocorre no Órgão Especial do tribunal, foi interrompido porque foi pedida vista do processo. Agora, o tribunal vai marcar uma nova data para retomar o caso.

O resultado parcial está empatado com três votos pela condenação e três pela absolvição de Barros Munhoz.

O relator do processo, Renato Nalini, considerou o deputado culpado, mas o revisor, Kioitsi Chicuta, o absolveu.

A denúncia do Ministério Público afirma que o deputado contratou uma gráfica sem licitação, por cerca de R\$ 162 mil (valor que também foi contestado durante os debates), e utilizou ao menos parte do dinheiro gasto em panfletos com mensagens de promoção pessoal e de ataques a adversários políticos na cidade.

Ainda conforme o processo, os gastos foram fracionados em diversos contratos, com objetos parecidos, numa forma de driblar a Lei de Licitações.

Barros Munhoz disse estar “tranquilo” da absolvição. Segundo o deputado, documentos anexados ao processo atestam sua inocência.

A sessão de ontem também marcou a aposentadoria do desembargador Luiz Pantaleão, que recebeu homenagens.

16 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## O Judiciário e o papel do CNJ

GILMAR MENDES

**Temos um vergonhoso recorde de encarceramento ilegal. Todo preso em flagrante deveria ver um juiz, mas nossa Justiça tem estrutura da Idade de Pedra.**

Imagine a situação: você está num ônibus quando ouve alguém se dizendo assaltado. O motorista estaciona e entrega um homem cabisbaixo à polícia, que o conduz ao juiz de plantão.

O magistrado percebe se tratar de um surdo-mudo, incriminado injustamente pela própria mulher. Livra, assim, o infeliz marido —duplamente traído. O marido, porém, conta na ocasião com grande sorte: se o auto de prisão em flagrante fosse apreciado a léguas do preso, decreto mais uma prisão indevida se somaria ao vergonhoso recorde nacional de encarceramentos ilegais.

O fato chama atenção para a conveniência de ser regulamentada a obrigatoriedade de apresentação pessoal dos presos ao juiz nos casos de flagrante, o que, segundo as estatísticas, reduz a possibilidade de prisão à metade.

Proposta para instituir permanentes plantões judiciários na primeira instância está na pauta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão cuja missão fiscalizadora associou-se definitivamente à tarefa de modernizar a Justiça brasileira.

No início, a tarefa do CNJ revelou-se hercúlea: antes mesmo de identificar os gargalos do sistema de Justiça, foi preciso conhecê-lo. Quantos processos tramitavam e desde quando? Onde e como atuavam os juízes? As instalações e equipamentos remontavam à Idade da Pedra.

Concluído esse mapeamento, cabia vencer as disparidades de sistema judiciário dos mais complexos, formado por tribunais diferentes — estaduais, federais, especializados — em diversas áreas de atuação e dotados de autonomia administrativa

e financeira. Urgia fixar metas nacionais, estabelecer padrões, uniformizar procedimentos. Disso dependia a implantação do processo eletrônico e a gestão segura de informações.

O desafio atual tem foco na eficiência, propósito que só se alcança a partir de acurados diagnósticos sobre a realidade judicial no país.

Contudo, apesar do conjunto de informações disponível, ainda não fora vencida a etapa de sistematização desses dados, apta a revelar o real desempenho dos tribunais e a permitir a diagnose e o monitoramento das principais dificuldades.

Cumprindo missão acadêmica, o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) elaborou indicador sintético, o Índice de Desempenho da Justiça (IDJus). Com uso da metodologia de índices internacionais como o IDH, criado pela ONU, tomou por base dados publicados pelo CNJ no relatório Justiça em Números 2010 e na Pesquisa de Tecnologia 2011, referentes à atuação da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho na gestão de processos, de recursos — humanos e tecnológicos — e de orçamentos.

Essa primeira radiografia revela “instantâneos” interessantes, a exemplo das 3ª e 5ª colocações, de um total de 27, alcançadas pelos Tribunais de Justiça de Sergipe e do Acre. Mas excelência em gestão mostrou mesmo o Rio Grande do Sul, sede do Tribunal de Justiça e do Tribunal Federal mais bem posicionados, com indicadores muito superiores à média nacional e cerca de três vezes maiores que as cortes com menor desempenho.

Para além do frio retrato estatístico, os resultados desse ranking ensejam aos tribunais adotar estratégias de aperfeiçoamento, até porque mais conscientes dos próprios déficits de gestão. O IDJus serve também à causa da transparência, essencial à modernização e, consequentemente, à eficiência tão priorizada pelo CNJ no desempenho de inquestionável papel transformador. É tudo de que realmente o Judiciário brasileiro precisa.

GILMAR FERREIRA MENDES, 56, é ministro do Supremo Tribunal Federal e coordenador do Conselho Científico do Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus) do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP)

16 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Sem paralelo

A breve passagem de Carlos Ayres Britto pela presidência do Supremo Tribunal Federal, que se encerra agora com sua aposentadoria compulsória, ficará marcada pelo modo como conduziu o julgamento do mensalão.

Foi sem dúvida por uma circunstância benéfica que, num dos casos judiciais mais polêmicos dos últimos tempos, tenha recaído sobre um espírito ameno, moderado e cortês a tarefa de presidir as acaloradas sessões do tribunal.

Ainda que suas opiniões a respeito da culpabilidade de alguns réus tenham ficado claras desde o início, extravasando mesmo os momentos protocolares em que lhe cabia pronunciar seu voto, Ayres Britto pautou-se pelo equilíbrio emocional e pelo trato civilizado ao longo do julgamento.

Tais qualidades fizeram falta a alguns dos seus colegas. O vigor das convicções e a altercação viva entre os ministros foram sem dúvida sinais de que o julgamento se fez em clima de grande liberdade. Ricardo Lewandowski, o revisor, não foi menos sincero ao votar pela inocência de alguns réus do que Joaquim Barbosa, ao abominar os crimes cometidos.

A força das opiniões não se con-

funde todavia com o destempero, a que se somaram doses muito humanas, mas que caberia conter, de vaidade pessoal. Nesse quadro, o bom humor de Ayres Britto veio como um bálsamo — pena que o tenha deixado de lado, na despedida, em favor de um queixume corporativista sobre salários.

Tendo sido curta, a gestão de Ayres Britto não chegou a fixar, como a de seu antecessor Gilmar Mendes, parâmetros marcantes no que diz respeito à administração do sistema judiciário.

Foi naquele período, sem dúvida, que se consolidou o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como fiscalizador da magistratura, merecendo especial destaque o ímpeto — que cabe qualificar de histórico — na realização de mutirões para agilizar o julgamento de réus mantidos indefinidamente atrás das grades, nas diversas regiões do Brasil.

Provavelmente, nesse gênero de questões, a combatividade do próximo ocupante do cargo, o ministro Joaquim Barbosa, será de grande valia. São bem menos seguros os prognósticos de que, nas futuras gestões à frente do STF, as qualidades de Ayres Britto venham a encontrar paralelo.

16 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

### Barbas de molho

**BRASÍLIA** - Os dez anos e dez meses de pena para José Dirceu, do núcleo político, ofuscaram na imprensa os 16 anos e oito meses de Kátia Rabello, do financeiro. Mas o mundo jurídico e, particularmente, o mundo dos bancos estão perplexos — e temerosos. Vai que a moda pega...

Assim como são raros os políticos presos, também são contados nos dedos os banqueiros condenados e, principalmente, na cadeia. Ângelo Calmon de Sá, do Banco Econômico, foi condenado a um quarto de século em diferentes instâncias desde 1995, mas não consta que tenha passado um só dia atrás das grades.

Desde então, Salvatore Cacciola, do Banco Marka, foi condenado a 13 anos e saiu de Bangu em 2011, após três anos, e há as agruras do extravagante Edemar Cid Ferreira, do Banco Santos, e, agora, de Luís Octávio Índio da Costa, do Banco Cruzeiro do Sul.

Todos esses casos envolvem muito dinheiro e incontáveis recursos judiciais, mas nem sempre chegam a penas correspondentes, tanto pecuniárias quanto de restrição de liberdade, ou seja, de prisão.

No caso de Kátia Rabello, a bailarina que virou banqueira, há um agravante: o Banco Rural é reincidente, suspeito de “delitos continuados” ao longo dos anos, desde que a instituição manteve relações perigosas com o governo Fernando Collor de Mello —inocentado pelo Supremo e por Lula, não necessariamente pela história e pela sociedade.

O fato é que o Supremo Tribunal Federal não usou dois pesos e duas medidas. Se foi muito duro, foi igualmente com o núcleo político, o publicitário e o financeiro.

O que há de comum entre os três é a simbiose entre dinheiro e poder. Quanto mais dinheiro, mais poder. E, quanto mais poder, mais dinheiro.

# FOLHA DE S. PAULO

MARINA SILVA

16 NOV 2012

## Reafirmar a República

Temos 123 anos de República, com um caminho de dificuldades mas sem interrupção, reafirmada em plebiscito, há quase 20 anos, pela maioria dos brasileiros.

Desde o plebiscito, vimos mais avanços que retrocessos. A regularidade das eleições, a estabilidade da moeda, a lei de responsabilidade fiscal, a diminuição da miséria, todas as lentas porém contínuas melhorias econômicas e sociais fortaleceram a República em sua essência: coisa pública, de todos, suporte da igualdade e da diversidade.

Talvez neste momento seja mais intensa a necessidade de reafirmar a República e, ao mesmo tempo, repensá-la para além do formato rudimentar que mantém no Brasil. Por dois motivos: o questionamento do bipartidarismo e o julgamento, pelo STF, de práticas políticas dominantes que se confundem com o próprio sistema político.

A polarização entre dois partidos, mantida artificialmente em 20 anos de ditadura, sufocou historicamente a expressão de uma diversidade enriquecedora. Desde as forças regionais ligadas a particularidades culturais até as vanguardas urbanas, as várias possibilidades de alianças entre movimentos sociais e suas bandeiras históricas — como a reforma agrária — e as novas propostas de desenvolvimento sustentável, tudo fica submetido a uma divisão forçada, um alinhamento automático na companhia incômoda das oligarquias.

Quando caiu o império soviético, cantou-se a vitória de seu rival norte-americano. Em poucos anos vimos que, na verdade, a polarização mundial sustentava a ambos. O vencedor também declinou, dando lugar a um mundo mais plural e policêntrico. Não tenho dúvidas de que o bipartidarismo no Brasil também atrasa a democracia plena.

Quanto ao julgamento do chamado mensalão, tem sido a oportunidade para que o Poder Judiciário, na histórica e rápida presidência de Ayres Brito, faça distinções ainda obscuras no cenário brasileiro: a diferença entre governo e Estado, a separação entre os bens públicos e privados, a independência dos três Poderes e seu equilíbrio no regime democrático, o imperativo da impessoalidade e publicidade nos atos oficiais, a igualdade de todos perante a lei e muitos outros valores essenciais da República que aprendemos na teoria, mas raramente vemos na prática.

Com essas lições essenciais de democracia e justiça nossa República pode evoluir. E precisa, pois os desafios que tem pela frente são maiores que os enfrentados até aqui.

A superação das formas de autoritarismo e de corrupção é pré-requisito para encarar o tsunami social, que mostra sua violência, e as mudanças ambientais que podem assumir proporções catastróficas.

Esses são desafios que ameaçam, mais que à República, a própria civilização.



16 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Barbosa chama Fux para falar na posse e quebra protocolo

Discurso de boas-vindas ao novo presidente do Supremo geralmente é feito pelo decano da corte, Celso de Mello

**Em sua gestão, que tem início na quinta, ministro deve acabar com sigilo no sistema de buscas de processos**

O ministro Joaquim Barbosa, que assume a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) na próxima quinta-feira, começará o mandato quebrando o protocolo da corte.

Barbosa convidou o colega Luiz Fux para discursar na cerimônia. Pela tradição, a tarefa caberia ao decano — ministro mais antigo do tribunal — Celso de Mello.

O futuro presidente é amigo pessoal de Fux. Ambos são docentes na Faculdade de Direito da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Durante o julgamento do mensalão, Fux quase sempre tem acompanhando o relator em seus votos e chegou a defendê-lo em discussões com os demais ministros.

O novo presidente substituirá o ministro Carlos Ayres Britto, que se aposenta no dia 18, quando completa 70 anos. Até a posse, Barbosa deverá assumir interinamente o cargo de presidente do tribunal.

Barbosa chegou ao Supremo em 2003, após indicação do presidente Lula. É o primeiro negro a assumir a presidência da corte. O mandato é de dois anos.

Em sua gestão, Barbosa deve trabalhar pelo fim do sigilo no sistema de buscas de processos do tribunal, conforme publicado ontem pelo jornal "O Globo".

Hoje mesmo que uma ação não esteja em segredo de Justiça, a busca pode expor apenas as iniciais dos investigados. Isso depende do relator, que tem autonomia para decidir se haverá a divulgação ou não dos nomes envolvidos.

Ministros ouvidos pela **Folha** disseram que Barbosa, durante as sessões administrativas para tratar de medidas de transparência, já se manifestou contrário a restrições de acesso às informações, exceto as decorrentes de previsões legais.

Integrantes da corte discutiram em abril a elaboração de uma nota técnica sobre o acesso interno e externo a dados processuais da corte.

No debate, os ministros Ayres Britto e Marco Aurélio Mello se anteciparam e defenderam o sigilo — aprovado pelo STF em 2010 — apenas em caso de previsão legal, como, por exemplo, quando há menores envolvidos.

Houve um pedido de vista que adiou a decisão sobre o assunto. Ministros sustentaram que a tendência é que a regra seja derrubada.

# FOLHA DE S. PAULO

## Ideia de extinguir prisão quando há crime sem violência gera polêmica

Modelo atual, com encarceramento, foi criticado pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, do STF

**Para procurador, alguns poderiam aceitar correr mais risco se pena fosse só multa; ex-ministro do STF concorda com Toffoli**

A substituição da pena de prisão por punições alternativas em casos de crimes sem violência, ideia defendida pelo ministro do Supremo José Antonio Dias Toffoli nesta semana, provoca divergências entre especialistas em direito.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, multas são insuficientes para inibir corrupção: "São crimes que retiram do cidadão o direito à saúde, à educação. Prisões talvez façam as pessoas temerem mais do que pagar multas."

Cavalcante diz que deve haver multas pesadas e penas de reclusão que variem segundo a extensão do crime.

Já Carlos Velloso, ex-ministro do STF, concorda com penas alternativas. "Quem não é perigoso, não vai causar dano físico à sociedade, pode estar sujeito a penas alternativas. Mas só descobriram isso agora, com condenação de gente importante?"

Toffoli defendeu as penas alternativas ao criticar o tamanho das punições impostas pelo STF aos condenados no processo do mensalão. Segundo ele, esse tipo de punição para crimes sem violência

lembra a Inquisição. O ministro já advogou para o PT e é amigo do ex-ministro José Dirceu, condenado sob a acusação de chefiar o mensalão.

Romualdo Sanches Calvo Filho, presidente da Academia Paulista de Direito Criminal, também prefere as multas ao cárcere. "Ou a pessoa paga um valor ou vai presa. Porque algumas pessoas presas são sempre beneficiadas por tráfico de influência dentro das prisões."

Já o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho de Assis, diz que somente a prisão coíbe a ação criminosa. "A pessoa que prejudicou milhões de vidas desviando dinheiro público não representa risco à sociedade? E há cifras desviadas que permanecem ocultas." Assis considera que haveria quem estivesse disposto a correr o risco se a pena fosse só a multa.

Especialista em direito penal pela Universidade de Coimbra, Antonio Gonçalves não difere os crimes de colarinho branco dos demais. "Um político pode ser tão criminoso como um traficante. Paulo Maluf, por exemplo, já foi condenado, nunca devolveu nada e não há garantia de que vá devolver."

### HISTÓRICO

Na sabatina no Senado durante seu processo de escolha para ser ministro do STF, em 2009, Toffoli defendeu a adoção de penas alternativas e "multas mais altas". No STF, ele já participou de decisões que resultaram em prisão.

Em 2010, defendeu 11 anos de cadeia ao deputado Natan Donadon (PDMB-RO) pelo crime de peculato (desvios de recursos públicos por servidor). A pena era menor do que a defendida pela relatora, ministra Cármen Lúcia, de 13 anos e 9 meses. Donadon recorre em liberdade.

**“ Quem não é perigoso, não vai causar dano físico à sociedade, pode estar sujeito a penas alternativas**

**CARLOS VELLOSO**  
ex-ministro do Supremo

**Prisões [em caso de crimes de corrupção] talvez façam as pessoas temerem mais do que pagar multas**

**OPHIR CAVALCANTE**  
presidente da OAB

**CONTINUA**

O QUE DISSE O MINISTRO DIAS TOFFOLI

“ A filosofia daquele que comete um delito está em debate na sociedade contemporânea há muito tempo. Esse parâmetro do julgamento em 2012 não é o parâmetro da época de Torquemada, da época da condenação fácil à fogueira

“ Aqui [no mensalão] o intuito era financeiro, não era atentar contra a democracia, o Estado de direito, que é mais sólido do que isso (...) Partindo dessa premissa, que se pague com o vil metal

CONTINUAÇÃO

“ A pessoa que prejudicou milhões de vidas desviando dinheiro público não representa risco à sociedade?

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS  
presidente da Associação Nacional de Procuradores da República

O que aconteceu com alguns condenados

### QUEM FOI PRESO



#### Salvatore Cacciola

Ex-dono do banco Marka, foi condenado a 13 anos por gestão fraudulenta e peculato. Preso em 2000, fugiu para a Itália após liminar do ministro Marco Aurélio. Preso em Mônaco em 2007, cumpriu pena (hoje extinta) no Brasil



#### Edemar Cid Ferreira

Ex-controlador do Banco Santos, liquidado em 2005, foi condenado em 1ª instância a 21 anos. Edemar ficou preso duas vezes, de maio a agosto e em dezembro de 2006, sempre por ordem do juiz Fausto de Sanctis, e solto pelo STF



#### Jorgina de Freitas

Ex-advogada, condenada a 25 anos por formação de quadrilha e peculato por fraudar o INSS. Em 1992, fugiu do país. Localizada nos EUA em 1994, fugiu para a Costa Rica. Em 1997 foi extraditada para o Brasil. Foi solta em 2010



#### Nicolau dos Santos Neto

Juiz acusado de desviar R\$ 170 milhões da construção da sede do TRT-SP, foi condenado a 26 anos e 6 meses por peculato, estelionato e corrupção. Cumpre pena em prisão domiciliar, mas já ficou preso de 8/12/2000 a 29/6/2001

### QUEM NÃO FOI PRESO



#### Luiz Estevão

Condenado em 2011 a devolver o dinheiro desviado na construção da sede do TRT-SP em 1992, o ex-senador assinou, em 2012, um acordo para pagar R\$ 468 milhões. Luiz Estevão teve o mandato de senador cassado em 2000



#### Angelo Calmon de Sá

Ex-dono do Banco Econômico, foi condenado em primeira instância em 2002 a 5 anos e 8 meses de prisão por gestão fraudulenta, e em 2007, a 13 anos e 4 meses, também por gestão fraudulenta. Está recorrendo das decisões



#### Ezequiel Nasser

Ex-presidente do extinto Banco Excel, foi condenado pela Justiça Federal da Bahia a 3 anos e 3 meses de prisão por gestão temerária e pela Justiça Federal de São Paulo, em 2007, a 5 anos e 5 meses de prisão. Está recorrendo



#### Ricardo Mansur

Condenado no Tribunal Regional Federal de SP em 2003 a 3 anos de prisão por crime contra o Sistema Financeiro e em 2007 pela Justiça Federal de São Paulo a 4 anos e 8 meses de prisão. Está recorrendo das sentenças

17 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Entidades de magistrados saem em defesa da atuação de ministros

DE BRASÍLIA - A Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) divulgaram notas ontem defendendo o Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão.

Os textos rebatem nota divulgada pelo PT, que acusa a corte de ter agido politicamente.

As duas associações afirmam que a análise do caso é técnica e que tem a participa-

ção de ministros que foram indicados pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff, o que "comprova independência dos ministros".

Para a Ajufe, o julgamento é pautado por "respeito aos princípios constitucionais garantidores de um processo penal justo, especialmente o contraditório e a ampla defesa".

A Anamatra afirma que todos os ministros deram provas "de honradez e correção".

### CNJ aprova criação de banco de dados sobre punições a jornalistas

DE BRASÍLIA - O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou uma proposta que oficializa a criação de um Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. A ideia é criar um banco de dados para avaliar em quais casos jornalistas são punidos pela Justiça.

A medida é de iniciativa do ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto e foi anunciada no início de sua gestão na presidência do CNJ.

O texto, no entanto, só foi aprovado pelo plenário na última sessão de Ayres Britto na corte, na última terça-feira.

O agora ex-ministro disse que a medida ajudaria a acompanhar o cumprimento da decisão do Supremo que julgou inconstitucional a Lei de Imprensa, criada na ditadura.

O órgão terá pelo menos um encontro nacional por ano e contará membros de diversas entidades e magistrados.

### PAINEL

#### CARA DE UM...

O desembargador Renato Nalini anda recolhendo cartões de visita para Pedro Herz, da Livraria Cultura. "Fazem confusão entre nós dois, então eu nem explico mais que não sou ele. Pego os cartões e entrego para o Pedro", diz Nalini.

17 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO



Joaquim Barbosa posa ao lado de gerente de hotel em Natal, onde descansa no feriado

### Para viajar a Natal, ministro faz check-in como Joaquim Gomes

Resguardado por um forte esquema de segurança, o ministro Joaquim Barbosa, que assume a presidência do Supremo na próxima quinta-feira, tirou uma folga no feriado para participar de um casamento em Natal.

O ministro desembarcou na cidade anteontem e deverá partir no início da tarde de hoje. Discreto, fez check-in em um hotel de luxo usando o nome Joaquim Gomes — seu nome completo é Joaquim Benedito Barbosa Gomes.

Somente quando tomava café da manhã foi reconhecido por funcionários. “Ele é bem simples. Nos atendeu bem”, disse a diretora comercial do estabelecimento, Fernanda Paiva, que tirou uma foto com o ministro.

A **Folha** apurou que Barbosa foi convidado como padrinho de um casamento re-

alizado ontem, em um espaço de eventos perto do hotel.

Barbosa não havia falado com a imprensa até a tarde de ontem. Também não chegou a fazer passeio durante o dia.

Para chegar à cerimônia, o ministro usou uma passagem exclusiva entre os dois estabelecimentos. Quatro seguranças acompanharam o ministro na viagem.

Barbosa será o primeiro negro a assumir a presidência da corte. O mandato é de dois anos. Ele substituirá o ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou nesta semana.

#### CONVITE

O ministro convidou o ex-presidente Lula para sua posse. O petista não vai porque ainda estará em uma viagem por países da África e da Ásia.

Segundo a assessoria do petista, Lula estará na Índia. O convite foi confirmado pelo cerimonial do Supremo.

Barbosa chegou ao STF em 2003 por indicação do ex-presidente. A relação de Barbosa com o PT, no entanto, se desgastou por conta do julgamento do mensalão.

Na semana passada, Barbosa foi pessoalmente entregar o convite à presidente Dilma. Ela deve comparecer.

17 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Pauta do Congresso pode atrasar indicação ao STF

Ministro Luís Adams diz que o Legislativo precisa votar muitas medidas importantes

A agenda do Congresso pode atrasar a escolha da presidente Dilma Rousseff para a vaga de Carlos Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal.

O ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) disse ontem que a presidente procura ser “ágil” em suas indicações, mas que terá de avaliar a viabilidade de lançar o nome que depende de aprovação em sabatina e votação no Senado.

A aposentadoria de Ayres Britto foi publicada ontem no “Diário Oficial” da União e passa a valer a partir de hoje. Ele se aposentou compulsoriamente porque completa 70 anos no domingo. Vice-presidente do tribunal, o ministro Joaquim Barbosa, relator do mensalão, assume o posto interinamente até quinta-feira, quando toma posse.

Adams avalia que o Congresso tem uma pauta tumultuada com votações de medidas provisórias importantes e o Orçamento.

“Normalmente ela [Dilma] procura ser ágil para [indicar] o substituto. Mas não sei se o Congresso terá tempo. É uma questão também complexa pela pauta legislativa”, disse Adams, antes de entregar uma placa a Ayres Britto em homenagem por sua passagem pela corte.

O ministro negou que esteja entre os cotados para o posto ou para a Casa Civil. Segundo integrantes do governo, Dilma admite nomear Adams para a Casa Civil, caso a titular, Gleisi Hoffmann, volte para o Senado. Ela é cotada para disputar o governo do Paraná, em 2014: “A ministra está bem onde ela está e eu estou bem onde estou”.

O ministro desconversa sobre as indicações para o STF. A **Folha** apurou que ele teria apresentado dois nomes à presidente: o promotor Paulo Modesto e o tributarista Heleno Torres, ambos com atuação no Nordeste, como Britto. Há ainda outros cotados como o advogado gaúcho Humberto Bergmann Ávila.

17 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Perda de mandato de condenados divide o plenário do Supremo

STF terá que definir se cassa os deputados considerados culpados ou se a decisão deve ser tomada pela Câmara

**Para Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, decisão cabe ao STF; Celso de Mello e Lewandowski se opõem**

DE BRASÍLIA

A cassação dos mandatos dos três deputados condenados no julgamento do mensalão divide os ministros do Supremo Tribunal Federal e tem potencial para provocar novos embates no plenário.

O STF terá de decidir se cabe à corte estabelecer a imediata perda do mandato dos deputados condenados ou se essa definição deve ser tomada pela própria Câmara.

O relator do processo, Joaquim Barbosa, tentou colocar a medida em votação nesta semana, mas não teve sucesso porque os ministros argumentaram falta de tempo para tratar da polêmica.

Dos 25 condenados no processo do mensalão, são hoje parlamentares João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). O petista José Genoíno poderá assumir uma vaga na Câmara em janeiro.

Segundo ministros da Folha ouvidos sob a condição

de anonimato, Barbosa, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello devem defender que a decisão cabe ao Supremo. A tendência é que Ricardo Lewandowski e Celso de Mello deixem a palavra final à Câmara, já que o artigo 55 da Constituição define as regras para perda do mandato.

Este artigo estabelece que “a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa Diretora ou de partido político representado no Congresso”.

O texto ainda afirma que ocorre a cassação do parlamentar “que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado”.

**“ Paulo Brossard falava que nós não poderíamos reduzir o Congresso a um carimbador de uma decisão daqui**

CÁRMEN LÚCIA

**Deve-se oficializar à Mesa da Câmara**

DIAS TOFFOLI

No julgamento do mensalão, só o ex-ministro Cezar Peluso tratou da questão quando votou o caso de João Paulo. Ele pediu a perda do cargo pelo crime ter ocorrido no exercício do mandato.

Sem consenso dos ministros, a equipe jurídica da Câmara insistirá que a decisão final será dada pela Casa.

A expectativa de integrantes da Câmara é que deve prevalecer o entendimento de que a cassação depende do aval dos plenários da Casa.

Isso porque no julgamento do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), realizado em 2011, ministros se manifestaram nesse sentido, inclusive o relator do caso, o ministro Dias Toffoli.

Foram nessa linha Luiz Fux, Lewandowski, Mendes, Cármen Lúcia e Ayres Britto. Todos eles, exceto o último, devem se pronunciar novamente sobre os condenados.

“O ministro Paulo Brossard falava que nós não poderíamos reduzir o Congresso a um ‘carimbador’ de uma decisão daqui”, disse Cármen Lúcia.

“Deve-se oficializar à Mesa da Câmara para fins de deliberação a respeito de eventual perda de seu mandato”, disse Toffoli.

17 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## “Lançada em público e raso”

**WALTER CENEVIVA**

**A presença do debate na TV  
tende a ser cada vez mais  
esclarecedora e a alargar  
a percepção dos direitos**

*O TÍTULO está entre aspas porque aproveita uma expressão antiga dos tabeliães, nas escrituras. Deixava claro o lançamento em seus livros, na forma da lei, do ato jurídico, diante de interesses livres e desimpedidos. Lembrei-me desse modo de dizer, porque as sessões de julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), no tormentoso caso do mensalão, merecem que delas se diga que foram lançadas em público e raso, sob a direção segura do ministro Ayres Britto.*

*O leitor que viu os debates certamente não porá dúvida sobre a qualidade das opiniões de cada julgador ou julgadora. Quando as dissidências geraram mostras de irritação dos discordantes, foram legítimas e normais. Mesmo sendo os guardas da Constituição, os componentes do STF são, afinal, seres humanos, que, nessa condição cumpriram o dever de magistrados, às claras. A cultura e a formação profissional não afastam o ser humano, por trás da máscara da face, conforme lembrava o poeta.*

*A exibição, ao vivo e em cores, até no calor do debate vigoroso, mostrou a busca da justiça, em situações cheias de nuances. Quando houver um momento de irritação, na defesa sincera de suas convicções, o magistrado pode e deve ser enérgico, sob as normas vigentes. Por outro lado, o debate não incluiu palavras ofensivas, pessoalmente gravosas. Na dúvida, geraram pedido de desculpas.*

*Examinando problema do ponto de vista do telespectador, tem sido*

*questionada a conveniência ou a não conveniência de continuar a transmissão dos debates pela TV. Sou inteiramente a favor de que a transmissão televisiva se mantenha. Acredito que seja a opinião da maioria, mas não tenho estatística a respeito. Se predominasse a linha oposta, constituiria forma de censura, vedada pela Constituição.*

*A presença do debate no meio eletrônico, pelas circunstâncias inerentes ao próprio debate e de seus personagens, tenderá a ser cada vez mais esclarecedora, com opiniões diversificadas e até opostas ante a diversidade dos temas, chegando à cidadania como seu direito intransferível. Será esse o resultado, mesmo quando uma parte da terminologia técnica afastar os que não a compreendam por inteiro a substância da discussão travada.*

*Alinho fundamental razão histórica para a tendência. Está em que os fatos da Justiça, ao longo dos séculos, sempre foram assunto estranho à maioria do povo. Assim foi mesmo nos países europeus, onde brotou nosso direito, conforme é conhecido. A cultura jurídica alargou mais e mais o número dos interessados no Brasil e tende a tornar homogênea a compreensão da lei aplicada em todo o território nacional.*

*Essa forma de informação da Justiça tem sido acolhida em várias partes do planeta. Sabe-se que, quando o poder não é concebido democraticamente, ela se presta para desvios, para a difusão conveniente ao poder dominante.*

*Na democracia, contudo, se poderá chegar até a nível razoável da participação da maioria do povo, uma vez que a transmissão televisiva é um veículo apto a encaminhar a percepção dos direitos fundamentais e dos modos de preservá-los e garanti-los contra aqueles que os ofenderem.*

*Para esse efeito, sempre que se lance —público e raso— o valor do direito discutido, será expandido o rol dos cidadãos beneficiados.*



17 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

### Rever a pena

A rigor, seria preciso aguardar o fim da ação penal 470 para iniciar a análise de conjunto que o assunto requer. Se às autoridades cabe acatar os veredictos do STF, que para tanto é soberano, à opinião pública — ou o que dela resta em tempos de acelerada massificação — cumpre discutir com autonomia e desassombro as conclusões proferidas pelo tribunal.

No entanto, em face da inopinada inversão de pauta operada pelo relator, que resultou em sentença de alto impacto político na segunda-feira passada, impõe-se avaliar de imediato a pena de dez anos e dez meses aplicada a José Dirceu. Sobretudo pela desproporção deste ficar recluso pelo menos um ano e nove meses em penitenciária de segurança máxima.

O respeito ao Estado de direito garantiu ampla liberdade e independência ao procurador e aos juízes — assim como aos advogados de defesa, diga-se — no decurso dos trabalhos. Tal apego às regras, e também ao contraditório no andamento dos debates televisionados, conferiu legitimidade às decisões da corte. A dosimetria aplicada ao ex-chefe da Casa Civil, contudo, modificou a imagem projetada pelo Supremo.

Tendo inegável papel na história do PT, a prisão do ex-presidente da sigla atingirá o partido, ocasionando imagem forte para a posteridade. A suspeita que paira é se o exagero punitivo não mirou tal alvo, distorcendo, assim, a finalidade do processo. Isto é, se, no caso, os preceitos de equilíbrio e razoabilidade foram deixados de lado com o fito de ferir um símbolo partidário.

Note-se que a reclusão de Dirceu em regime fechado deriva da soma de duas acusações, a decorrente de corrupção ativa e a concernente à polêmica tese de formação de quadrilha. Caso tivesse sido condenado apenas pela primeira — ela própria objeto de disputa sobre a ausência de provas —, o líder petista teria direito à modalidade semiaberta.

Acresce que o debate sobre o segundo tema dividiu a corte. Não somente Lewandowski e Toffoli absolveram Dirceu, como também o fizeram, nesse tópico, Rosa Weber e Cármen Lúcia. Esta última, que havia realizado o ataque mais duro à argumentação do caixa dois quinze dias antes, lembrou que quadrilheiros típicos eram Lampião e seu grupo, não os envolvidos na AP 470.

O confronto de 22 de outubro no plenário do STF mostrou o quanto, nas circunstâncias, há de duvidoso no suposto crime de formação de quadrilha, o qual, todavia, gerou uma pena (no item) quase máxima para o acusado. Como o princípio do “in dubio pro reo” é fundamental no espírito da Justiça, que não é o de retaliar, mas o de garantir o acatamento da lei, faz-se necessário rever a punição imposta a José Dirceu.

18 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# A vida começa aos 70

## Ayres Britto se aposenta e colhe os louros do julgamento do mensalão

**RESUMO** “A impunidade no Brasil sofreu um duro revés, um tranco”, diz Ayres Britto, que presidiu o STF durante o julgamento do mensalão. O ministro, que hoje completa 70 anos, aposentando-se compulsoriamente, comenta o processo e suas convicções filosóficas, como o vegetarianismo e a meditação diária.

“EM ESTADO CONTEMPLATIVO”, revela o ministro Carlos Ayres Britto em entrevista exclusiva à **Folha**, “eu observo coisas interessantíssimas”. Uma delas, diz, “é que nenhum pássaro carnívoro canta. Nunca vi ninguém dizer isso. Os pássaros carnívoros, corujas, águias, falcões, ou crocitam, ou piam, ou grasnam, nenhum deles canta”. E completa: “Todos os animais herbívoros, mesmo os mastodontes, elefantes, por exemplo, nenhum agride.”

Quem ouvisse apenas essa conversa sobre passarinhos e animais herbívoros poderia imaginar que não se tratava do mesmo Ayres Britto que presidiu o Supremo Tribunal Federal nos últimos sete meses, do qual se afasta ao completar hoje 70 anos de idade, limite para a aposentadoria compulsória.

Foi, porém, da condição de herbívoro — ou melhor, de vegetariano — que tirou forças para contemplar e conduzir uma “coisa interessantíssima” a que assistiu de camarote, na mais alta cadeira da mais alta corte do país: o maior julgamento da história do Supremo, o do mensalão, um dos maiores escândalos da era republicana.

Os últimos três meses, marcados por tensões e explosões no plenário, foram o auge da carreira do pacato Britto, a quem coube apaziguar os ânimos das aves carnívoras — advogados, réus, testemunhas, ministros — que crocitavam, piavam, grasnavam ao seu redor.

Autor de seis livros de poesia, ele diz conciliar “atenção e descontração” em suas meditações diárias, que infundem uma boa dose de espiritualismo na rigidez habitual da ciência jurídica. É mais fácil vê-lo citar místicos indianos como Krishnamurti e Osho do que juristas canônicos.

Para explicar os conflitos no tribunal, recorre a frases como “sem o eclipse do ego, ninguém se ilumina”. Em sua visão de mundo (ou “mundivisão”, como prefere), é preciso “expulsar de si o ego” para que o espaço dentro de você seja “preenchido pelo universo, pelo Cosmos, pela existência, que outros preferem dizer por Deus”.

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto recebeu à **Folha** na última segunda-feira (12), em seu gabinete. Já com ar de saudosismo, foi até a janela, que dá para a praça dos Três Poderes, e elogiou a “linda vista”, da qual desfrutou nos sete meses em que presidiu o tribunal, ao qual chegou há nove anos, por indicação do ex-presidente Lula.

Durante a entrevista, tomou água e café. Só interrompeu a conversa para atender uma ligação do relator Joaquim Barbosa, que o informou da inversão da pauta do dia: em vez do núcleo financeiro, como estava previsto, Barbosa decidiu começar a semana fixando as penas do núcleo político do mensalão. A surpresa voltou a acirrar os já inflamados ânimos entre o relator e o revisor do processo, Ricardo Lewandowski.

Horas depois, Ayres Britto acompanharia o voto de Joaquim Barbosa e ajudava a fixar a pena do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) em dez anos e dez meses, o que deve custar ao petista pelo menos um ano e nove meses na prisão.

Foi sua penúltima sessão no comando do julgamento do mensalão, que não tem data para terminar, mas já condenou 25 réus, entre deputados e ex-deputados, empresários e ex-ministros, por crimes como corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Ele faz uma avaliação realista e entusiasmada do resultado.

“Eu não posso dizer que a impunidade está com os dias contados, eu estaria dourando a pílula, sendo ufanista. Agora, diria que a impunidade sofreu um duro revés, um tranco”, afirmou. Em sua opinião, o Supremo está “quebrando paradigmas ultrapassados”, exercendo a “sabedoria da coragem, do desassombro, para vedar comportamentos antijurídicos”.

Nascido em 1942, na pequena Propriá (SE), filho de um juiz e de uma professora de francês, Britto sonhava em ser jogador de futebol profissional. Acabou na profissão do pai e virou poeta nas horas vagas, tendo publicado livros como “Ópera do Silêncio” e “Varal de Borboletas” (sim, “borboletas”).

**CONTINUA**

Casado, pai de cinco filhos, ele diz não querer seguir a carreira política: seria um retrocesso para quem já militou no PT por 18 anos e chegou a tentar uma vaga na Câmara dos Deputados. Foi com o amargo “gosto de jiló, de mandioca roxa ou de berinjela crua”, como disse recentemente, que ele puniu inclusive antigos colegas de partido, como José Dirceu e José Genoíno. E recorre novamente à sua formação eclética para resumir sua visão tanto sobre o PT como o PSDB: “Eles perderam o que os gregos chamam de Deus dentro da gente, entusiasmo”.

Na segunda parte da conversa de quase duas horas (veja em [folha.com/ilustrissima](http://folha.com/ilustrissima)), Britto comentou questões jurídicas como o aborto e descriminalização das drogas (para a qual afirma ter uma “tendência, não ponto de vista formado”). Também falou da rotina de meditações e pequenos prazeres, como tocar MPB ao violão — e cantar, presume-se.

Pois foi ele quem disse: é “como se a natureza dissesse ‘só tem direito de cantar se for herbívoro’”.

“No olhar de um herbívoro, não tem chispa, não tem estresse. Todos os carnívoros são estressados no olhar.”



**Folha - Quando foi sua iniciação no campo da meditação?**

**Carlos Ayres Britto** - De uns 20 anos para cá, tanto a meditação quanto o cardápio vegetariano. Eu tinha em torno de 50 anos, um pouco antes, até.

**Como o sr. se converteu?**

Eu recebi influências positivas, de, por exemplo, [Jiddu] Krishnamurti [1895-1986, guru indiano], Osho [Rajneesh, 1931-90, místico indiano], Eva Pierrakos [1915-79, médium austríaca], Eckhart Tolle [pseudônimo de Ulrich Leonard Tolle, escritor espiritualista nascido em 1948], autor do livro “O Poder do Agora”, e a pessoa que mais me influenciou, Heráclito [de Éfeso, c. 540—c. 480 a.C., pré-socrático que elegeu o fogo e a permanente transformação como princípio da ordem universal].

Depois, de uns 12 anos para cá, comecei a me interessar por física quântica, e ela me pareceu

uma confirmação de tudo o que os espiritualistas afirmam. A física quântica, sobretudo os escritos de Dannah Zohar [especializada em aconselhamento espiritual e profissional]. Venho lendo os livros dessa mulher, uma americana que escreveu uma trilogia maravilhosa: “O Ser Quântico”, “A Sociedade Quântica” e “QS — Inteligência Espiritual”. Também passei a me interessar muito por neurociência.

**O sr. tinha religião?**

Católica, só que, de 20 anos para cá, me tornei um espiritualista.

**Houve um momento de transformação?**

Foi meio gradativo. Fui abolindo a carne, depois abolindo frango, depois aboli peixe.

**Há países que reconhecem em suas leis os direitos dos animais de forma mais abrangente. Podemos chegar a isso?**

É possível que haja uma consciência maior. Pelo menos nas técnicas de abate, mais humanizadas, isso já se observa hoje em dia. Por exemplo, vocês sabem que os frangos são criados sobre um tratamento hormonal intenso e sem possibilidade de dormir? Uma luz acesa em cima dele para ele ficar acordado, o frango de granja? Isso é de uma violência...

**O sr. condena a forma como o gado é abatido?**

Condeno. Tudo. Vou dizer uma coisa, é uma observação minha, não falei em lugar nenhum. Sou contemplativo. Não confundir atenção com contemplação. Atenção é um foco, uma centralização do sentido tão intensa, que o mais das vezes resvala para a tensão. A tensão está muito próxima da atenção. Eu sou um contemplativo, porque na contemplação você concilia atenção e descontração. Isso é fato. Quando você é contemplativo, você contempla essa água, o copo antes de beber. O toque da sua mão no cristal. Eu estou acordado, como quem está atento. Mas estou descontraído, como quem está dormindo.

Então, contemplação é isso, é a conciliação entre a atenção e a distração. É impressionante. É um descarrego, um êxtase. Como vivo em estado contemplativo, eu observo coisas interessantíssimas. Uma dessas coisas é que nenhum pássaro carnívoro canta. Nunca vi ninguém dizer isso.

Os pássaros carnívoros, corujas, águias, falcões, ou crocitam ou piam, ou grasnam, nenhum canta, como se a natureza dissesse: só tem direito de cantar se for herbívoro. E todos os animais herbívoros, mesmo os mastodontes, elefantes, por exemplo, nenhum agride. Eles não são ativos nem pró-ativos na agressão, são reativos. No olhar de um herbívoro não tem chispa, não tem estresse. Todos os carnívoros são estressados no olhar, todos.

**Assim se dá com o ser humano?**

Assim se dá com o ser humano.

**Por que houve tamanha tensão entre o relator Joaquim Barbosa e o revisor Ricardo Lewandowski?**

[Se responder] eu vou dar uma de psicólogo, prefiro ficar na objetividade. Eu quero deixar claro: fui presidente, mantive a taxa de cordialidade.

**O ego prevaleceu no julgamento?**

Não subscrevo suas palavras, de que foi o ego que deu as cartas. Não digo que pautou, mas que se manifestou em vários momentos.

Os ministros do Supremo são seres humanos, suscetíveis a influências, a percalços existenciais. Ora sabemos administrar esses percalços com o consciente emocional no ponto, ora ele baixa um pouco de patamar.

Mas não houve impasse, não houve pane. Tudo foi administrável. E não precisei, em nenhum momento, suspender a sessão para ver os ânimos refluírem. Quanto à questão de ego, ele prejudica a atuação não só de ministros do Supremo, mas de todo ser humano.

Quando Sartre disse que o inferno é o outro, ele quis dizer que o outro, com sua diversidade, a sua mundividência, seu peculiar modo de conceber e praticar a vida, afeta o nosso ego. Então, podemos traduzir as palavras dele como “o inferno é outro” ou como “o inferno é o ego”. Tenho dito para mim mesmo que, sem o eclipse do ego, ninguém se ilumina.

**Como o sr. definiria a atuação do Ministério Público e a do relator Joaquim Barbosa no julgamento?**

Acho que a história vai registrar que [Roberto] Gurgel e Joaquim Barbosa foram médicos-legistas na autópsia dos fatos delituosos. Eles tiveram merecimento extraordinário para reconstituir com fidelidade os fatos em sua materialidade. E o “link” entre esses fatos e respectivos autores e partícipes.

Eu só vejo por esse prisma técnico. Joaquim Barbosa, transido de dor [nas costas], um homem “baleado”, em linguagem coloquial, a tantos meses, conseguiu levar a termo um processo com quase 600 mil páginas, 600 testemunhas, 40 réus no ponto de partida, sete crimes teoricamente graves e imbricados no mais das vezes.

**O sr. chegou a pensar em suspender as sessões?**

Pensei, houve um momento em que pensei.

**Chegamos a ter ofensas pessoais. Mas no limite palatável.**

**Mas nunca houve um julgamento com clima tão tenso, às vezes com atritos tão fortes.**

É que esse julgamento é peculiaríssimo. Quando dizem que o Supremo está tomando decisões novas, eu digo que os fatos é que são novos, o imbricamento é que é novo, o gigantismo da causa é que é novo, é inédito. O Supremo Tribunal Federal está produzindo decisões afeiçoadas ao ineditismo da causa.

**Advogados reclamam da introdução de novos conceitos como a teoria do domínio do fato [segundo a qual autor de um crime não é só quem o executa, mas também quem detém o poder de decidir e planejar a sua realização].**

Assim como o dançarino, que se disponibiliza de corpo e alma para a dança —chega o momento em que se funde com ela, e você já não sabe quem é o dançarino e quem é a dança, é uma coisa só—, o intérprete do dispositivo jurídico pode, também, numa relação de profunda identidade e empatia,

se fundir com esse dispositivo. Aí você compõe uma unidade. Você é um com o dispositivo, e o dispositivo é um com você.

E isso não é invencionice, decola de um juízo de Einstein, que em 1905, físico quântico que era, cunhou uma expressão célebre: “efeito do observador”. Ele percebeu que o observador desencadeava reações no objeto observado.

Ele disse que o sujeito cognoscente, em alguma medida, faz o objeto cognoscível, a depender do grau da intensidade interacional entre eles. Claro que quando você joga teoria quântica para a teoria jurídica, se expõe a uma crítica mordaz. O sujeito diz: “Mas isso não é ciência jurídica”.

**O julgamento também é inédito pelo desfecho, com políticos condenados à prisão em regime fechado?**

Sabe por que está sendo inédito? Porque vocês esquecem, a sociedade esquece, [mas] nós, ministros, não esquecemos. Isso vem num crescendo, só que agora é no campo penal. No campo científico, liberamos o uso das células tronco embrionárias. No dos costumes, decidimos em prol da homoafetividade, da interrupção da gravidez de feto anencéfalo, no ético cortamos na própria carne proibindo o nepotismo no Judiciário.

No campo político, afirmamos a Lei da Ficha Limpa. Isso é um crescendo, o Supremo vem tomando decisões que inpletam sobre a cultura do povo brasileiro. E agora chegou o campo penal.

**O Brasil muda?**

Não se pode dizer que muda, sinaliza mudanças. Há um vislumbre de mudanças. Ninguém pode garantir nada. Agora, há uma sinalização. Mas a decisão não tem nada a ver com reverência à opinião pública, com submissão à opinião pública, com uma postura de cortejamento à opinião pública.

**Os políticos terão mais cuidado, com o risco de irem para a prisão?**

Se respondesse sim, estaria fazendo um corte abrupto, radical, de que essa decisão é, sim, um divisor de águas. Não quero ser categórico. Eu digo que essa decisão

do Supremo vem num crescendo, que agora alcança o plano criminal. Sinaliza uma nova época, de mais qualidade na vida política.

Eu não posso dizer que a impunidade está com os dias contados, eu estaria dourando a pílula, sendo ufanista, não posso dizer isso. Agora, eu diria que a impunidade sofreu um duro revés, um tranco, por efeito dessa decisão.

**Este é o julgamento de um partido?**

Na minha opinião, não tem nada a ver com julgamento de um partido. Não é o julgamento do PT, são réus, que alguns ocuparam cargos de direção no PT.

**O sr. foi um dos fundadores do PT?**

Sabe que não fui? Fazia conferências em aulas e congressos, em seminários, e advogava para coletividades. Só entrei mesmo no PT acho que em 1988, não fui fundador. Passei lá quase 18 anos.

**O sr. costuma dizer que é página virada, mas, olhando no que o PT se transformou ao chegar ao poder, isso de certa forma o entristece?**

É interessante. A resposta não seria “me entristece”. Vou dizer por quê. Eu vejo a vida por um prisma muito do dinamismo, heracliticamente, meu filósofo preferido.

Veja o que aconteceu: qual dos dois partidos que encarnaram a resistência ao regime de exceção [1964-85]? São, hoje, o PSDB e o PT. Esses dois, que encarnaram a resistência, foram premiados, chegaram ao poder. O primeiro, por intermédio de Fernando Henrique. O que aconteceu com esse partido, que teve origem no MDB, no PMDB? Foi perdendo um pouquinho do elã, do entusiasmo na sua militância de esquerda.

Aí, a sociedade disse: está na hora do outro. Qual foi o outro que encarnou a resistência? O PT. Então, vejo por um prisma do exaurimento de fases. A fase ideológica do PSDB se exauriu, a do PT também se exauriu. Não de todo, não podemos ser injustos, porque o PT continua com quadros muito bons. Um desses quadros chegou a escrever um artigo a favor do Supremo, o Tarso Genro [governador do RS]. Vejo isso como parte de um processo histórico previsível.

**CONTINUA**

### **Os dois partidos se contaminaram?**

Não vejo por esse prisma negativista. Eles perderam o que os gregos chamam de “Deus dentro da gente”, entusiasmo. Aquele ímpeto depurador das instituições, aquela ânsia de voltar à democracia. Com o retorno à democracia, você chega à conclusão: foi mais fácil alcançar o objetivo do que preservá-lo. Às vezes você conquista uma mulher dos seus sonhos e não sabe manter o amor dela. Isso é um processo histórico.

### **Alguns ministros me disseram, reservadamente, terem recebido reclamações, cobranças, de que, indicados pelo ex-presidente Lula, acabaram traindo-o. O sr. acha que traiu Lula, que o indicou?**

Em nenhum momento me senti assim. Ninguém nunca me cobrou, menos ainda o presidente Lula, ele nunca se acercou de mim, se aproximou de mim para cobrar, fazer queixa. Até porque, vamos convir, cargo de ministro não é cargo de confiança. Não é.

Você não pode ser grato a quem nomeia com a toga. O modo de você, pelo contrário, de honrar a indicação é sendo independente, é transformar os pré-requisitos de investidura no cargo em requisitos de desempenho no cargo. Fui nomeado a partir de dois pré-requisitos, reputação ilibada e notável saber jurídico. Eu transformei isso, como me cabia, em requisitos de desempenho. Então, eu honrei minha nomeação.

### **Dos dez ministros no julgamento, sete foram nomeados por Lula ou por Dilma. Essa independência conta a favor deles? Os presidentes petistas erraram nas nomeações?**

Isso honra os nomeantes. A nossa postura técnica, independente, isenta, desassombrada, é uma postura que honra os nomeantes. Não só os nomeados.

### **Apesar de membros do PT afirmarem que o julgamento foi político?**

Sim, a despeito disso. Isso faz parte da liberdade de expressão. Esse tipo de queixa eu recebo como pura liberdade de expressão, aceito sem maiores queixas.

### **Como foram os três meses de julgamento? Sua rotina mudou?**

Não mudou em nada. Continuei meditando todos os dias, tocando violão quase todos os dias. Eu apenas diminuí muito, o que foi ruim para mim, minhas saídas de casa para me deleitar com espetáculos públicos, teatro, música.

### **O vegetarianismo é um passo para a iluminação?**

Não chegaria a isso, não. Agora, tudo tem uma lógica elementar. É claro que não vou explicar tudo pela lógica, porque o mundo do mistério existe e o mistério está fora da lógica convencional. Quando você olha para você e diz: “Não há ninguém dentro de mim, o meu corpo não está abrigando ninguém”, quando você diz “eu sou um vazio”, você enxota o ego.

Mas não há vácuo na natureza. O que acontece? O vácuo vai ser preenchido pelo universo, pelo Cosmos, pela existência, outros preferem dizer por Deus. Expulse de si o ego que o espaço deixado por ele vai ser instantaneamente ocupado pela existência. Aí você dialoga com a existência, isso é elementar. Aí você tem um vislumbre do eterno, do definitivo, mais clarivamente, você abre os poros da lógica, do seu cartesianismo, você vê o direito por um prisma novo.

Agora, você paga um preço por isso. Qual é? Quando vê as coisas por um prisma totalmente novo, a sociedade não tem parâmetro para avaliar seu prisma diante do inédito para ela. Você é um antecipado, viu antes dela. O que ela faz, lhe desanca, lhe derruba, se não ela vai se sentir menor, inferiorizada, aturdida. O que ela faz, ela lhe desanca, você está errado, ou então você não é um cientista, você é um mistificador.

A sociedade não tem parâmetro para analisar os antecipados no tempo. Veja a lógica das coisas, o tempo só pode se guiar por quem anda adiante dele. São os espiritualistas, os artistas, porque eles não têm preconceitos, pré-interpretações, pré-compreensões.

### **Como definiria os sete meses no comando do Supremo?**

Uma honra muito grande, pela oportunidade de, a partir do Supremo, servir à sociedade brasileira. Só faz sentido exaltar a figura

da presidência nessa perspectiva, do serviço da coletividade. Fora disso, não é viagem de alma, é viagem de ego.

### **E como resumiria os nove anos que passou no Supremo?**

Diria o seguinte: Em tudo o que faço, já não faço questão de ser reconhecido. O que faço questão é de me reconhecer. Fui eu mesmo nessas questões. Não perdi minha essência, minha mundividência.

Eu gravei em torno dos valores que dão sentido, dão grandeza, dão propósito à existência individual e coletiva. Eu não perdi a viagem. A frase é essa.

*“Pássaros carnívoros, corujas, águias, falcões, ou crocitam, ou piam, ou grasnam, nenhum deles canta, como se a natureza dissesse só tem direito de cantar se for herbívoro”*

*“A fase ideológica do PSDB se exauriu, a do PT também se exauriu. Não de todo, não podemos ser injustos, porque o PT continua com quadros muito bons”*

*“A sociedade não tem parâmetro para analisar os antecipados no tempo. São os espiritualistas, os artistas, porque eles não têm preconceitos, pré-interpretações”*

*“Não houve impasse, não houve pane [no julgamento]. Tudo foi administrável. E não precisei, em nenhum momento, suspender a sessão para ver os ânimos refluírem”*

18 NOV 2012  
FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE  
Eterno enquanto dure

**BRASÍLIA** - Com a saída de Ayres Britto e a chegada de Teori Zavascki, volta a discussão sobre o caráter vitalício do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Se não se despedem voluntariamente antes — como já fizeram Nelson Jobim e Ellen Gracie —, eles são despejados compulsoriamente aos 70 anos.

É assim que o decano Celso de Mello e o peculiar Marco Aurélio jogaram a toga sobre os ombros aos 43 anos para se enfiarem no Supremo por um quarto de século. O mundo dá voltas, a política brasileira faz piruetas e lá estão os dois sobrevivendo a Collor, Itamar, FHC e Lula — e convivendo com Dilma.

Dias Toffoli assumiu aos 41 anos e, sendo bom ou ruim, se quiser ou aguentar, poderá ficar lá até outubro de 2037, num total de 28 anos. Há dúvidas sobre o quanto isso é bom para o tribunal e para o próprio juiz. Tanto que o debate vai e volta.

Na Alemanha, na Itália e em Portugal, os ministros da alta corte têm mandato fixo. No sistema alemão, que Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa conhecem bem, esse mandato era de 12 anos e foi reduzido para nove, tempo razoável para função tão importante, sem reeleição e sem coincidência com a eleição presidencial.

É um critério bem melhor do que o corte de 70 anos. Para uns, idade muito avançada. Para outros, nem tanto.

Ayres Britto foi nomeado aos 60 e sai compulsoriamente por completar 70 hoje. Pelo “amor ao STF” e pelo vigor intelectual, poderia ficar uns bons anos a mais, mas dez anos lhe parecem de bom tamanho.

Britto chegou ao tribunal maduro (de ideias, de sabedoria, de experiência) e sai ainda cheio de vida e de projetos para além-toga. Vai continuar morando em Brasília, fazendo pareceres especiais, escrevendo poesia, lendo romances. E defendendo mandato fixo para o Supremo.

Como diz Cármen Lúcia, “vitaliciedade é coisa do Império, transitoriedade é própria da República”.

ELIANE CANTANHÊDE

Mandato fixo no  
STF seria melhor  
do que saída aos 70

# FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

## Britto, um homem de bem com a vida

O ministro do Supremo atravessou um julgamento histórico deixando uma lição de tolerância e suavidade

18 NOV 2012

*FOI-SE EMBORA do Supremo Tribunal Federal o ministro Carlos Ayres Britto. Ocupou a presidência da Casa por apenas sete meses e presidiu o maior julgamento de sua história, engrandecendo a corte e o país. Sua maestria esteve na habilidade com que costurou em silêncio vaidades, conflitos e manobras. Em 2003, quando Lula nomeou-o para a corte, para os leigos sua biografia resumia-se a um viés regionalista e pitoresco: era sergipano e poeta. Depois soube-se que era também vegetariano. Antes de assumir a presidência do tribunal ele fixou outra característica: seus votos indicavam um jurista convicto de que a Constituição tem um espírito.*

*Num país onde a Carta é emendada como se fosse uma lista de compras, acreditar que há nela um indicador da alma da sociedade foi a maior das suas contribuições. Com esse entendimento, matou a Lei de Imprensa da ditadura com tamanho vigor que até hoje o Judiciário não digeriu direito seu voto.*

*Presidindo o julgamento do mensalão, deu um exemplo aos costumes nacionais mostrando que na política brasileira há espaço para a suavidade. Nunca elevou a voz, jamais acrescentou arestas a debates crispados. Num tribunal que passara pela presidência alegórica de Gilmar Mendes e irritadiça de Cezar Peluso, ele descalçava as meias sem tirar os sapatos. Britto aposentou-se dias depois da morte do mestre-sala Delegado da Mangueira, outro campeão da suavidade. Na política, ecoou a serenidade de Tancredo Neves e de Fernando Henrique Cardoso, dois mágicos, capazes de fazer com que as crises entrassem grandes e barulhentas em seus gabinetes e saíssem menores, em surdina.*

*De bem com a própria vida, Carlos Ayres Britto melhorou a dos outros.*

# Estilo Barbosa no comando do STF preocupa ministros

Relator do mensalão quer centralizar  
decisões e acelerar trabalho da corte

**Colegas avaliam como positiva tentativa de agilizar julgamentos, mas alertam que todos têm peso igual na corte**

DE BRASÍLIA

Um comentário reservado do futuro presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, anima e preocupa seus colegas de corte ao mesmo tempo.

O relator do mensalão, que assumiu interinamente o tribunal ontem e assumirá definitivamente na quinta-feira, disse a seus pares que pretende dar mais celeridade aos trabalhos do tribunal e, por isso, terá um estilo diferente de seu antecessor, Carlos Ayres Britto, que ouvia o plenário em praticamente todas as decisões que tomava.

Para Barbosa, Ayres Britto, de quem é amigo, teve um estilo mais "assembleísta" de comandar o tribunal. Já ele pretende decidir diretamente todos os casos que o cargo autorize, sem necessidade de discutir o tema no plenário.

Durante o julgamento do mensalão, o relator queixa-se de ações de colegas que atrasariam os trabalhos. Para ele,

é preciso ser mais objetivo.

Colêgas de Barbosa avaliam que tudo que ele fizer no sentido de acelerar os trabalhos do STF será muito bem-vindo e vai ajudar a melhorar a imagem do tribunal.

Por outro lado, alertam que o futuro presidente deve tomar o cuidado de criar um ambiente ruim. Lembram que, na corte, todos têm peso igual. Cada ministro vale somente um voto.

Ministros argumentam que a ação de Barbosa terá que ser cuidadosa para ele não sair frustrado, uma vez que o plenário pode reverter facilmente medidas monocráticas.

## ESTILO

Primeiro negro a comandar a mais alta corte do país, Barbosa terá mandato de dois anos. Ele foi indicado em 2003 pelo ex-presidente Lula.

Nos bastidores, os ministros também já discutem qual será seu estilo na condução dos trabalhos no plenário.

Há apostas de que na presidência deve mudar seu comportamento, considerado abrasivo e alvo de críticas públicas de alguns ministros como Marco Aurélio de Mello.

Avaliam que ele deve fazer um esforço pelo entendimento, como exige o cargo.

O futuro presidente ficou conhecido por travar embates ríspidos com colegas.

Esse comportamento ficou mais evidente no julgamento do mensalão, especialmente nas discussões com o revisor, Ricardo Lewandowski, que será seu vice-presidente.

"Uma coisa é ter uma discussão mais dura quando se é relator e sabe que há um presidente para buscar conciliação. Outra é presidir o plenário", disse um ministro, sob a condição de anonimato.

Alguns integrantes da corte, no entanto, são mais céticos. "Vamos esperar o dia a dia", afirmou outro ministro. O primeiro teste de Barbosa será quarta-feira, quando acumulará a presidência e a relatoria do mensalão.

A sessão deve tratar das penas dos réus ligados a compra de parlamentares no governo Lula que foram condenados por corrupção passiva.

Apesar dos seguidos debates acalorados, Barbosa e Lewandowski estão, segundo interlocutores, tendo conversas protocolares sobre o novo comando da corte.

Os dois estariam até tratando do sistema de substituições para eventuais ausências ou folgas de Barbosa no Supremo ou no CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

No comando do conselho, Barbosa deve priorizar o combate a juízes que estejam envolvidos em corrupção.



# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 NOV 2012

## O ESTILO BARBOSA

As discussões do novo presidente do Supremo

### HABEAS CORPUS

Em 2004, após a Operação Anaconda, Barbosa acusa Marco Aurélio de ter autorizado indevidamente a soltura de um preso, mas fica isolado no STF

### REPÚBLICA DE BANANAS

Barbosa ataca Gilmar, que reage: "Vossa Excelência tem complexo! Por isso que Vossa Excelência vive falando em República de Bananas"

Sérgio Lima - 4.set.2008/Folhapres



### NA RUA

Em 2004, Barbosa criticou uma liminar de Marco Aurélio, que se sentiu agredido e o chamou para resolver a questão "fora do tribunal"

### TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Em 2006 Barbosa acusou o ex-ministro do STF Maurício Corrêa de fazer tráfico de influência. Corrêa o interpe-  
lou por isso, e ele recuou

### FORA DO PLENÁRIO

Em 2007, após ser atacado por Barbosa, o ministro Eros Grau deixa o plenário e só volta à sessão por insistência do ministro Menezes Direito

### VELHO CAQUÉTICO

Em 2008 Barbosa chamou Eros de "burro" e "velho caquético" por soltar um preso. Na discussão, Eros o acusa de bater em mulher

Gustavo Miranda - 22.abr.2009/Agência O Globo



### COMPLEXADO

Em 2008, após entrevista de Barbosa na qual ele disse que não era "um negro submisso", Marco Aurélio sugeriu que o colega era complexado

### CAPANGAS

Em 2009 Barbosa criticou Gilmar Mendes: "V. Ex<sup>a.</sup>, quando se dirige a mim, não está falando com os seus capangas de Mato Grosso"

### MANIPULAÇÃO

Em 2012, Barbosa acusou Cezar Peluso de ter manipulado ou tentado "manipular resultados de julgamentos". Ayres Britto defendeu Peluso

### MENSALÃO

No julgamento, Barbosa bateu boca com Ricardo Lewandowski, acusado de ser "desteal" e "obstruir o julgamento", e Marco Aurélio

1 8 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

## Jurista alemão mostra interesse em assessorar defesa de Dirceu

Claus Roxin diz que foi procurado por pessoas ligadas a petista

**LUCIANO ALARCON**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM  
MUNIQUE (ALEMANHA)

O professor e doutor em direito penal Claus Roxin confirmou à **Folha** que foi procurado por pessoas próximas ao ex-ministro José Dirceu.

A defesa do petista espera um parecer jurídico do professor alemão—um dos autores da teoria do domínio do fato, usada pelo Supremo—sobre o julgamento.

Antes de embarcar para o Equador, na quinta-feira passada, Roxin demonstrou interesse no caso e disse que ainda não o conhece “com detalhes”, mas que quando retornar à Alemanha, em dezembro, “terá com certeza um conhecimento mais aprofundado do assunto”.

Roxin comentou, surpreso, que, desde sua viagem ao

Brasil, no mês passado, “cresceu o assédio dos jornalistas brasileiros”. Segundo ele, as opiniões que deu durante sua visita “foram observações jurídicas gerais” e não estavam diretamente ligadas ao julgamento do mensalão.

O jurista alemão disse à **Folha** que os magistrados que julgam o mensalão “não têm que ficar ao lado da opinião

pública, mesmo que haja o clamor da opinião pública por condenações severas”.

Segundo a teoria de Roxin, indícios de que um réu poderia, por sua posição hierárquica, decidir sobre a realização de um crime não bastariam para condená-lo. Seria preciso provar que ele emitiu ordens, segundo o jurista.

A teoria foi um dos fundamentos usados pelo relator Joaquim Barbosa na condenação de Dirceu.

Segundo o ministro, que foi acompanhado pela maioria dos colegas, era impossível que Dirceu não soubesse do esquema sendo um dos ministros mais poderosos do governo Lula.

**“ Quando retornar à Alemanha, em dezembro, terei com certeza um conhecimento mais aprofundado do assunto**

**CLAUS ROXIN**  
jurista alemão

# FOLHA DE S. PAULO

## Por um sistema carcerário digno e eficiente

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Sempre critiquei a situação dos presídios. Seria absurdo, agora ministro, calar. É repugnante a ética dos que, no governo, são ilusionistas, escondem o ruim

18 NOV 2012

São notórios os problemas que atingem o nosso sistema prisional.

Celas abarrotadas, violência, degradação, ofensas a direitos humanos, ausência de políticas que propiciem a reinserção social dos detentos. Nossos estabelecimentos penais se transformaram, sob o silêncio acumpliciador de muitos, em escolas de criminalidade. Do lado de dentro dos seus muros nascem e florescem organizações criminosas que comandam o narcotráfico e praticam abomináveis atos de violência que aterrorizam a população.

Como parlamentar, sempre tecei duras críticas à esta situação. Seria, assim, absurdo que agora, na condição de ministro da Justiça, pelo fato de ter sob minha responsabilidade direta os presídios federais, e indireta, os estaduais, viesse a me omitir, a fugir das minhas opiniões.

É repugnante a ética dos que, no exercício de funções de governo, agem como ilusionistas, escondendo o que é ruim e falando apenas o que é bom. Colocar a nu as vísceras de um grave problema social que se deve enfrentar em conjunto com outros agentes públicos é um dever.

É uma forma saudável e transparente de se buscar a sinergia social e política necessária para a superação da acomodação, da covardia ou do conformismo de alguns. É ainda uma maneira de possibilitar um debate público do problema, atacando frontalmente o pensamento retrógrado dos que ainda hoje defendem a pena como um castigo ou vingança, e não como uma medida necessária para a tranquilidade social e a reinserção dos apenados.

Por isso, mesmo na condição de ministro, continuo me sentindo à vontade para expressar a mesma opinião, por mais que alguns digam que dizer agora o que sempre disse é inoportuno e inadequado. Não quero com isso me eximir de responsabilidade, mas, ao contrário, assumi-las,

levando a público o que o Ministério da Justiça vem fazendo e pretende ainda fazer para contribuir com a mudança dessa realidade.

Em novembro de 2011, lançamos um ousado programa de auxílio aos Estados visando à ampliação e a construção de unidades prisionais até 2014 no valor de R\$ 1,1 bilhão de reais. Considerando as 24 mil vagas já contratadas e as 42 mil que contrataremos no governo Dilma, temos por meta entregar 66 mil vagas, zelandos o histórico déficit existente para mulheres presas e retirando presos de delegacias. Já entregamos, até a presente data, 7.106 vagas, estando já em execução de obras a criação de mais 16.000 vagas.

Do mesmo modo, temos desenvolvido programas que além da busca de um tratamento digno aos presos, visam a sua reinserção social.

Com o Ministério da Educação, temos ações de combate ao analfabetismo e incentivo ao estudo e a capacitação técnica de presos e de servidores. Com o Ministério da Saúde, promovemos a vacinação de 500 mil pessoas, estamos distribuindo remédios e facilitando acesso ao SUS e à rede cegonha.

Importante observar que conseguimos viabilizar também a aprovação de importantes propostas legislativas para a melhoria do nosso sistema. Em menos de dois anos, foram aprovadas leis que asseguram a informatização da execução penal, impedem o encarceramento desnecessário de autores de delitos menores e garantem a redução da pena para detentos que estudem.

Mas há muito a fazer, tanto no âmbito dos governos federal e estadual quanto do Legislativo e do Judiciário, com os quais temos trabalhado, em conjunto, na formulação de um plano integrado de ações de melhoria do sistema prisional e de

redução do déficit carcerário. Para o enfrentamento do crime organizado, em cooperação com os Estados, temos ainda oferecido vagas nos sistema penitenciário federal (832) para presos de alta periculosidade, com excelentes resultados.

Nosso sistema prisional não deixará de ser medieval, da noite para o dia. Mas se conseguirmos fazer com que todos vejam a gravidade do problema e assumam as suas responsabilidades constitucionais e legais, saindo do jogo fácil de imputar responsabilidades a outros quando pouco ou nada se fez, contando com a cobrança e a fiscalização permanente da sociedade, teremos dado um passo decisivo para mudarmos uma realidade que nos envergonha aos olhos do mundo e diante de nós mesmo.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO, 53, advogado, é ministro de Estado da Justiça

18 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Defesa de Bruno muda versão e diz que Eliza está viva

Goleiro e mais quatro réus serão julgados a partir de amanhã sob a acusação de sequestrar e matar modelo

**Advogado diz que ex-padrasto de Bruno ajudou Samudio a fugir para a Europa, após passar pela Bolívia**

**PAULO PEIXOTO**  
DE BELO HORIZONTE  
**ROGÉRIO PAGNAN**  
DE SÃO PAULO

Protagonista de um dos casos policiais de maior repercussão no país nos últimos anos, o goleiro Bruno começa a ser julgado amanhã com uma nova versão para o desaparecimento da modelo Eliza Samudio.

A trama de personagens marcantes —o atleta pobre elevado a ídolo, a amante grávida em busca de fama, o escudeiro fiel— entra na fase final. Mas pode se estender por até dez dias.

O advogado Rui Pimenta diz não considerar mais que a ex-amante de Bruno tenha sido morta em trama arquitetada à revelia do goleiro por Lúiz

Henrique Romão, o Macarrão, ex-secretário pessoal dele.

Agora a defesa diz que a moça “está viva”. O advogado apresentou carta de um ex-padrasto de Bruno, preso por tráfico em Governador Valadares (MG), dizendo que ajudou Eliza a ir para a Europa após passar pela Bolívia.

Pimenta diz que vai requerer a presença desse ex-padrasto no julgamento como testemunha de Bruno.

Para o promotor Henry de Castro, a afirmação é “ridícula” e uma “tentativa de estelionato contra a sociedade”.

Questionado sobre a mudança de versão, o advogado de Bruno disse: “Quando assumi esse caso, o processo tinha 6.000 páginas e hoje tem mais de 10 mil. Procurei as provas [da morte] e elas não existem”. Ele disse ainda ter achado que fosse um “caso de homossexualismo” por causa da tatuagem que Macarrão fez nas costas, em que chama sua amizade com Bruno de “amor verdadeiro”.

Para advogados que atuam

no caso, porém, a defesa de Bruno foi forçada a recuar porque não conseguiu fazer com que Macarrão assumisse a culpa sozinho. Defensores dos outros réus sempre afirmaram não haver crime.

## MULHERES

Bruno conheceu Eliza em uma “orgia”, conforme disse em novembro de 2010 à juíza do caso, Marixa Rodrigues. Eliza se dizia modelo, e participou de um filme pornô.

As festas regadas a prostitutas e muitas mulheres eram rotina na vida de Bruno. Três dias após o desaparecimento de Eliza, ele patrocinou uma em Angra dos Reis (RJ).

Preso desde julho de 2010 na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Grande BH, Bruno agora tem outra vida: trabalha na biblioteca da unidade e se dedica a leituras da Bíblia.

De alento, a TV, que divide com outros presos, e as visitas quinzenais da noiva, a dentista carioca Ingrid Calheiros Oliveira.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 NOV 2012

## QUEM É QUEM



**VÍTIMA**  
**Eliza Silva Samudio, 25\***  
Ex-amante do goleiro Bruno, desapareceu em jun. 2010.

Registrou queixa contra ele antes do sumiço. Era considerada uma "Maria Chuteira", moças que rondam jogadores



**RÉU PRESO**  
**Bruno Fernandes das Doreas de Souza, 28**  
Ex-goleiro do Flamengo, é

acusado de ser o mentor da morte de Eliza, com quem teve um filho. Na época não admitia ser o pai do bebê. Nega o crime



**RÉU PRESO**  
**Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, 27**  
Amigo e espécie de

"faz tudo" de Bruno; segundo a denúncia, levou Eliza para ser morta e participou de toda a trama. Ele nega



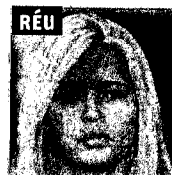
**RÉU PRESO**  
**Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, 49**  
Ex-policial, já foi investiga-

do por outros crimes. Chamado de assassino profissional pela Promotoria, é apontado como o autor do homicídio. Ele nega



**RÉU**  
**Dayanne Rodrigues do Carmo Souza, 25**  
Ex-mulher de Bruno, cuidou

do filho de Eliza, a pedido de Macarrão, após o desaparecimento da ex-amante do goleiro. Ela nega envolvimento



**RÉU**  
**Fernanda Gomes de Castro, 25**  
Namorada de Bruno na época, é

acusada de participar do sequestro no Rio. Conversou por telefone com Macarrão na época do desaparecimento



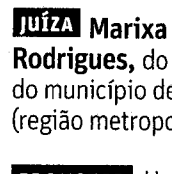
**RÉU**  
**Elenilson Vitor da Silva, 28**  
Ex-administrador do sítio de Bruno, é

acusado de ser um dos carcereiros de Eliza. Ele nega. Julgamento será em data a ser ainda marcada



**RÉU**  
**Wemerson Marques de Souza, o Coxinha, 25**  
Amigo de Bruno, é acusado

de ser carcereiro. Teria participado da operação para esconder o bebê após o sumiço de Eliza começar a ser investigado



**JUÍZA**  
**Marixa Fabiane Rodrigues, do Tribunal do Júri do município de Contagem (região metropolitana de BH)**

**PROMOTOR** Henry Wagner Vasconcelos de Castro

**DEFESAS** Rui Caldas Pimenta (advogado de Bruno), Francisco Simim (Bruno e Dayanne), Leonardo Diniz (Macarrão), Fernando Magalhães, Ércio Quaresma e Zanone Oliveira Jr. (Bola), Carla Cilene (Fernanda), Paulo Sávio Cunha Guimarães (Wemerson), Frederico Franco (advogado do Elenilson)



**TESTEMUNHA**  
**Jorge Luiz Rosa, 19**  
Primo adolescente de Bruno, cumpriu medida

socioeducativa. Foi quem trouxe a trama à tona. Após o assassinato de Camelo, passou a receber proteção policial



**RÉU MORTO**  
**Sérgio Rosa Sales, o Camelo, 25**  
Primo e "faz tudo" de Bruno antes de ser

substituído por Macarrão, com quem tinha rixa; teria participado como carcereiro de Eliza e da preparação para levá-la à morte

**JURADOS** Serão sorteadas 7 de 25 pessoas chamadas. A defesa de cada réu e a Promotoria podem recusar até três jurados

19 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

IGOR GIELOW

## Golpismo contra o STF

BRASÍLIA - Quem acompanhou os excruciantes debates do julgamento do mensalão, especialmente aqueles entre Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello, sabe que a temperatura no Supremo Tribunal Federal irá elevar-se após a saída do zen Ayres Britto da presidência da corte.

Mas a gestão de Barbosa, que começa nesta semana, não terá sua estabilidade ameaçada apenas pelo temperamento mercurial do presidente, ou pelas brigas algo pueris entre senhores que se detestam. O perigo também vem de fora.

Defensores de réus têm obrigação de ir até o fim. O advogado de José Dirceu tem toda a legitimidade para tentar reduzir a pena do seu cliente.

Ele pode também ventilar que a teoria do domínio do fato foi deturpada e contratar o alemão que a formulou para tentar anular a condenação por formação de quadrilha —o que deixaria Dirceu “só” culpado por corrupção, mas fora do regime fechado.

Tudo bem que a chance de sucesso pareça remota. O próprio jurista teutônico só deu frases genéricas, que já viraram a seguinte “verdade” nas redes sociais e entre os “progressistas”: Dirceu teria sido condenado sem provas. Isso é um disparate.

O problema é o corolário petista: o STF quis atingir o PT. E a tese não vem só dos hidrófobos de sempre, como os que elaboraram a perniciososa nota do partido sobre o caso.

Porta-voz de Lula à época do mensalão, o habitualmente cordato André Singer argumentou sábado em sua coluna nesta **Folha**, após constatar que a prisão de Dirceu manchará o PT, que “a suspeita que paira é se o exagero punitivo não mirou tal alvo [prejudicar o partido], distorcendo, assim, a finalidade do processo”.

O Judiciário é falho, claro, e tem de ser objeto de escrutínio. Sua cúpula é formada por humanos, demasiadamente, como está explícito. Mas tentar imputar ao Supremo a pecha de tribunal de exceção é desrespeito institucional e, no limite, golpismo.

19 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Segurança máxima

Se depender das avaliações técnicas do governo paulista, José Dirceu iniciará o cumprimento da pena imposta pelo STF na penitenciária José Augusto César Ribeiro, em Tremembé. O Bandeirantes considera improvável a ida do ex-ministro para centros de ressocialização, como o de Limeira. Em regra, esses estabelecimentos acolhem condenados a menos de 10 anos — Dirceu recebeu punição 10 meses maior pelo mensalão, embora deva ficar menos de 2 anos em regime fechado.

**Histórico** O presídio de Tremembé conta hoje com 409 detentos — a capacidade oficial é para 239. Marcos Valério, operador do mensalão, esteve no local por três meses, em 2008, acusado na Operação Avalanche, da PF.

**Proteção** “É adequado para quem não tem perfil de fuga e nem envolvimento com o crime organizado. É preciso preservar a pessoa, que ficaria exposta numa cadeia”, diz um perito do governo no sistema carcerário.

**A ordem...** A decisão está sujeita a manifestações do Judiciário e dos advogados do caso. O sentenciado pode opinar. José Rainha, do MST, preferiu o CDP da capital.

**... dos fatores** Oficialmente, a Secretária de Assuntos Penitenciários só se pronunciará após a solicitação judicial de vaga no sistema prisional de São Paulo.

## PAINEL



**Liga da Justiça** O futuro presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, já marcou seu primeiro encontro com a ministra Eliana Calmon, ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça. Será no dia 26. À ocasião, deverão discutir a linha de atuação de Barbosa na sua gestão à frente do CNJ.

## MÔNICA BERGAMO

### DOIS EM UM

Joaquim Barbosa, que assumirá a presidência do Supremo na quinta-feira, consultou Celso de Mello, o decano da corte, para que ele assumisse o comando das sessões do mensalão. Mello declinou. Argumentou que vários presidentes do tribunal acumularam funções de presidente e de relator de um processo ao mesmo tempo.

19 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Júri popular de Bruno não terá população

Os 120 lugares do Fórum de Contagem serão ocupados por jornalistas, juízes, alunos de direito e parentes de réus

**Júri começa hoje; restrição à entrada pode fazer julgamento ser anulado, diz presidente de Conselho da OAB**

Devido a falta de estrutura do fórum de Contagem, onde começa hoje o julgamento do goleiro Bruno Fernandes, a Justiça de Minas deverá impedir a entrada de pessoas comuns ao plenário e limitar o número de familiares dos réus.

Bruno é acusado de ter planejado o sequestro e morte de Eliza Samudio, sua amante à época. Ele nega o crime.

Na reunião na semana passada, os organizadores decidiram reservar só duas cadeiras aos parentes de cada um dos réus (são sete ao todo) e à família de Eliza.

Das 120 cadeiras na plateia, nenhuma delas será oferecida às pessoas comuns. Contagem tem uma população superior a 600 mil habitantes e faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte.

Além dos parentes, uma parte da plateia será destinada a jornalistas, outra para alunos de direito, e o restante para convidados da magistratura e de Ministério Público.

Ontem, os organizadores estudavam como abrigar oito representantes do Conselho Nacional de Justiça.

## SEM TRANSMISSÃO

Além de limitar o acesso, a juíza Marixa Rodrigues também proibiu a transmissão ao vivo do julgamento, diferen-

temente do que tem feito o STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento do Mensalão.

Em nota, o Tribunal de Justiça de Minas informou que será proibida a gravação de parte do julgamento.

Para o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, essa restrição, em especial de parentes, poderá provocar a anulação por ferir o preceito constitucional da publicidade.

“Temo, efetivamente, pelo futuro do júri. Acho que o Estado poderá despende recursos, tempo e dinheiro num júri que pode vir a ser anulado. Até mesmo a pedido da defesa por conta do não cumprimento desse preceito constitucional”, disse.

## RISCO

“É uma situação que o bom senso recomendaria que a juíza tivesse deslocado o júri para a capital, até por conta da estrutura mesmo. Até mesmo de segurança, muito importante que deve ser preservado. Ficamos preocupados.”

Segundo a assessoria de imprensa do TJ, foram feitos inúmeros pedidos para que o julgamento fosse transferido para a capital mineira (que tem mais estrutura). A magistrada Marixa não concordou.

A manutenção do julgamento em Contagem é vista por advogados ouvidos pela **Folha** como uma forma de os magistrados da Contagem causarem constrangimento à cúpula do TJ de Minas, que teria negado recursos para melhorar as condições do prédio.

O próprio plenário que abrigará o júri — e deve ser o centro de atenções nas próximas duas semanas — funciona numa espécie de porão do prédio, sem ventilação nem iluminação adequadas.

**“Acho que o Estado poderá despende recursos, tempo e dinheiro num júri que pode vir a ser anulado [em razão da falta de público comum]. Até mesmo a pedido da defesa por conta do não cumprimento desse preceito constitucional [da publicidade]”**

OPHIR CAVALCANTE  
presidente do conselho federal da OAB



# Condenado por morte de Dorothy espera anulação

19 NOV 2012

Policial federal disse em novo depoimento à Justiça do Pará que a arma do crime é de delegado da Polícia Civil

**Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, está preso em regime semiaberto e tenta habeas corpus no STF**

AGUIRRE TALENTO  
DE BELÉM

Condenado sob acusação de ser um dos mandantes do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, 42, afirma que as provas contra ele foram "forjadas".

Ele diz esperar que o STF (Supremo Tribunal Federal) anule seu julgamento.

Bida, como é conhecido, era dono de um lote de terra em Anapu (766 km de Belém) visado por Dorothy para a criação de um assentamento. Hoje ele cumpre pena em regime semiaberto.

O caso voltou à tona depois que seu advogado, Arnaldo Lopes, conseguiu que a Justiça do Pará ouvisse uma nova testemunha, o policial federal Fernando Raiol, que participou das investigações.

O oficial que o fazendeiro é inocente e que a arma do crime foi fornecida pelo então delegado de Polícia Civil de Anapu, Marcelo Luz, fato novo na história. O delegado não quis comentar.

O depoimento foi anexado a um habeas corpus no STF para tentar anular a condenação de Bida. Leia trechos da entrevista à **Folha**.

**condenação?**

Bida - Estou acreditando na Justiça de Brasília, porque já vi tanta coisa acontecendo nesse processo para me prejudicar que não dá pra acreditar na Justiça daqui [do Pará].

Fui absolvido, aí recorreram e me condenaram depois, sem fundamentos.

A prova que tem é uma delação premiada. Primeiro, forjaram um documento contra mim. Quando perceberam que não tinha fundamento, deram delação premiada [de Amair Feijoli, o Tato, condenado como intermediário entre executores e mandantes].

**Forjaram como?**

Eu me entreguei à Polícia Federal [em 2005] e até aí não tinha acusação contra mim. Fui prestar depoimento à Justiça, e os promotores Sávio Brabo e Lauro Freitas apareceram com uma prova e disseram: "Não adianta negar. Tem um bilhete da irmã Dorothy dizendo que, se ela morresse, era você que tinha mandado matar".

Até gelei na hora. Quando o doutor Américo [Leal, seu advogado] olhou, era um bilhete de 2001 forjado, porque eu só fui morar em Anapu em 2003. Aí tiraram isso do processo e ficaram sem prova, iam ter que me soltar. [O promotor Sávio Brabo diz que não houve o bilhete.]

Correram para o Tato e fizeram uma proposta de delação premiada pra ele dizer que eu e Regivaldo [Galvão, o Tardão] tínhamos mandado, que cada um ia dar R\$ 25 mil.

Ninguém nunca falou nisso. A partir da delação eles arrumaram a prova de me condenar, não tem outra. É diz-que-me-diz. Tato depois falou que, para não morrer na cadeia, teve que tentar isso [delação premiada].

**Nessa época, o sr. ouviu a acusação de que a arma foi dada por Marcelo Luz [delegado de Polícia Civil de Anapu]?**

Não. Marcelo Luz mandou Tato me chamar para conversar com ele. Chegando lá, o delegado falou: "Todos os fazendeiros estão me dando R\$ 10 mil. Quando o pessoal da irmã Dorothy invade, eu tiro". Eu falei para ele que já tinha ouvido falar dessas invasões, por isso entrei na Justiça e consegui uma liminar de reintegração de posse, aí não precisava pagar.

**Essa conversa com ele foi em 2005 mesmo?**

Foi. Poucos dias depois acontece a morte da irmã Dorothy. Eu cheguei em Anapu no dia 11 e fui para a minha fazenda no dia 12. Soube à tarde que ela tinha morrido.

Um dia depois o delegado já pediu a minha prisão preventiva. Por quê? Fui o único que não deu os R\$ 10 mil a ele.

**Chegou a conhecer Dorothy?**

Nunca vi, rapaz, não tive nem o prazer de conhecer.

**O sr. se preocupava em perder a fazenda para Dorothy?**

Como é que me preocuparia se eu tinha a liminar? Quem quiser entrar, entra, mas a polícia vai tirar. A juíza me concede uma liminar e eu vou matar a pessoa?

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUA

Folha - O sr. espera que esse novo depoimento reverta a

Não houve essa oferta de R\$ 50 mil para matar Dorothy?

19 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

### Ministério Público diz que Bida foi o mandante

A missionária norte-americana Dorothy Stang foi assassinada aos 73 anos em 12 de fevereiro de 2005 com seis tiros disparados à queima-roupa por Rayfran das Neves Sales, que estava acompanhado de Clodoaldo Batista.

O crime ocorreu em uma estrada de terra de Anapu (766 km de Belém) próxima a lote pertencente a fazendeiros que Dorothy queria para transformar em assentamento rural.

Rayfran e Clodoaldo trabalhavam para Amair Feijoli, o Tato, que possuía um pedaço de terra naquele lote.

Os três confessaram o envolvimento e foram condenados pelo crime: Rayfran, como autor, Clodoaldo como co-autor e Tato como intermediário entre os executores e os mandantes. Rayfran e Tato cumprem pena, mas Clodoaldo está foragido.

Tato comprou sua terra de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Este, por sua vez, comprou de Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão. Os dois foram condenados como mandantes da morte, mas negam envolvimento com o crime.

Bida está preso em regime semiaberto, e Taradão foi solto por um habeas corpus.

O Ministério Público do Pará afirma com convicção que eles foram os mandantes.

A Promotoria se baseia principalmente num depoimento de Tato, obtido por de-

lação premiada, no qual ele diz que Bida e Taradão ofereceram R\$ 50 mil em troca da morte da missionária.

Após o crime, ocorrido em um sábado, Rayfran e Clodoaldo se esconderam na fazenda de Bida. Só foram embora na segunda-feira pela manhã.

A Promotoria diz ainda que Tato chegou a oferecer recompensa a Rayfran e Clodoaldo para que inocentassem Bida. A defesa de Bida nega.

O fazendeiro afirma ainda que expulsou eles da fazenda quando soube que tinham matado Dorothy.

Para o Ministério Público, o depoimento do policial federal Fernando Raiol não deve mudar as condenações pela morte da missionária.

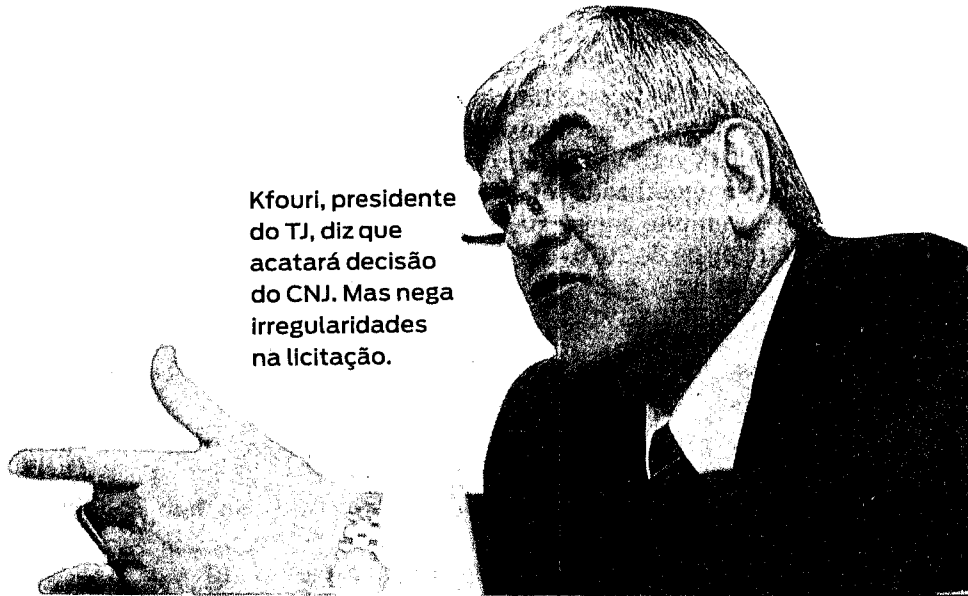
15 NOV 2012

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

# CNJ paralisa obra do Fórum Cível de Curitiba

Kfouri, presidente do TJ, diz que acatará decisão do CNJ. Mas nega irregularidades na licitação.



Conselho Nacional de Justiça havia determinado em outubro que o contrato não fosse assinado. Mas o TJ entendeu que a construção poderia seguir porque o documento já estava firmado

| Angieli Maros

■ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ontem, em caráter liminar, a paralisação das obras do novo Fórum Cível de Curitiba, que está sendo construído no terreno do antigo Presídio do Ahú. Também foi suspenso o contrato para erguer o prédio, firmado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) com

a empreiteira Cassol Pré-Fabricados.

Em outubro, o CNJ havia determinado que o TJ suspendesse a assinatura do contrato em função de suspeitas de irregularidades na licitação da obra. À época, o TJ informou que o contrato já estava assinado e que as obras prosseguiriam porque a decisão não exigia a paralisação dos trabalhos.

O argumento do TJ, porém, foi rebatido pelo conselheiro do CNJ Sílvio Luis Ferreira da Rocha, autor da decisão de ontem. “Se a liminar [de outubro] impedia a assinatura do contrato, impedia, também, sua execução, caso assinado. (...) Em razão desta decisão, eventuais obras, se iniciadas, deveriam permanecer suspensas [até o julgamento do mérito do caso]”, diz Rocha na nova liminar.

O presidente do TJ, Miguel Kfouri Neto, por meio da sua assessoria de imprensa, informou ontem que o tribunal cumprirá a nova determinação do CNJ. Em comunicado repassado à reportagem, ele ainda disse que não há irregularidades na licitação. “A administração do Tribunal de Justiça não tem dúvida de que os atos [do processo licitatório] observaram o disposto em lei”, disse Kfouri. A ação que corre no CNJ levanta a suspeita de favorecimento na licitação.

**CONTINUA**

15 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A Cassol Pré-Fabricados, procurada pela Gazeta do Povo, informou ontem, pela assessoria de imprensa, que não comentaria a decisão do CNJ por não ter sido oficialmente comunicada da liminar. Em outubro, a empresa havia informado ao jornal que não foi favorecida e que somente a Cassol Pré-Fabricados teria conseguido “comprovar, em todas as etapas [da licitação], capacidade técnica para atender todos os requisitos solicitados [no edital]”.

### **Primeira etapa**

A obra do novo Fórum Cível de Curitiba tem valor estimado de R\$ 14,5 milhões, na primeira fase. O projeto prevê que o Fórum terá 16 mil metros quadrados no terreno da antiga Penitenciária do Ahú, no bairro Cabral. Uma nova licitação precisa ser contratada para a conclusão total da obra, estimada em mais de R\$ 45 milhões.

15 NOV 2012

## GAZETA DO POVO

▶ JUDICIÁRIO

# Em manifesto, PT acusa o STF de ter sido “político” no julgamento

Para o partido, Supremo usou “dois pesos e duas medidas” ao condenar ex-dirigentes da legenda no processo do mensalão

A Executiva Nacional do PT divulgou ontem um manifesto em defesa dos petistas condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão. Na nota, o partido diz que houve “politização” do julgamento, realizado sob forte pressão da mídia para influenciar o veredicto. O PT ainda questiona a “coincidência” do julgamento com o calendário eleitoral. E critica o fato de a denúncia contra o PT ter sido julgada antes do chamado mensalão mineiro, do PSDB. A cúpula petista diz ainda esperar que o STF dê aos tucanos o mesmo tratamento dado ao seu partido. “Dois pesos e duas medidas, situações idênticas tratadas desigualmente”, afirma o texto.

O documento destaca que o STF “não garantiu o amplo direito de defesa [dos réus], deu valor de provas a indícios e transformou indícios em provas”. A cúpula petista criticou também o uso da teoria do domínio do fato para a condenação dos réus. Isso, de acordo com o PT, gera o risco de insegurança jurídica.

O PT ainda destaca que o STF fez um julgamento político do caso. “Sob intensa pressão da mídia conservadora, cujos veículos cumprem um papel de oposição ao governo e propagam a repulsa de uma certa elite ao PT, ministros do STF confirmaram condenações anunciadas, anteciparam votos à imprensa, pronunciaram-se fora dos autos e, por fim, imiscuíram-se em áreas reservadas ao Legislativo e ao Executivo, ferindo assim a independência entre os poderes.”

Em entrevista à imprensa, o presidente nacional da sigla, Rui Falcão disse que a “partidarização foi a maneira que [o julgamento] foi usado nas eleições”. Indagado se o julgamento não contribuía,

de alguma maneira, para a democracia do país, Falcão disse: “Nós temos o direito de criticar”.

Embora a nota conclame a militância a “mobilizar-se em defesa do PT”, Falcão disse que o único ato oficial do partido sobre o mensalão será esse documento. O manifesto foi divulgado apenas dois dias após o STF determinar as penas do ex-ministro José Dirceu, do ex-presidente do PT José Genoíno e do ex-tesoureiro da legenda Delúbio Soares.

### Rebatida

O presidente do STF, Ayres Britto, rebateu o manifesto do PT e negou que julgamento do mensalão tenha sido político. “Claro que não acho [que foi politizado]. Acho que o Supremo julgou com toda técnica, com toda a consistência”, disse ele. “Dizem que o STF inovou, modificou suas concepções sobre institutos jurídicos, atos de ofício, acumulação de lavagem de dinheiro com corrupção passiva. O Supremo não inovou em nada. É que esse caso é inédito.”

# GAZETA DO POVO

## Condenados do Rural vão pararegime fechado

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento dos três integrantes do núcleo financeiro do mensalão que foram condenados: Kátia Rabello, José Roberto Salgado e Vinícius Samarane. Todos eles são ligados ao Banco Rural, que emprestou R\$ 32 milhões para o PT e ao empresário Marcos Valério, e ajudou-os a distribuir o dinheiro do esquema. Os três foram condenados a penas superiores a oito anos e, por isso, deverão cumprir a parte inicial da punição em regime fechado.

Kátia, ex-presidente e ainda acionista do Rural; e Salgado, ex-vice presidente operacional do banco, foram os que receberam as maiores penas. Condenados por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta, eles pegaram 16 anos e 8 meses de prisão cada um. As multas aplicadas a Salgado chegaram a R\$ 1 milhão; às de Kátia somaram R\$ 1,5 milhão

Último a ter a punição definida, o ex-vice e ex-diretor do Rural Vinícius Samarane foi condenado por lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta e recebeu uma pena de 8 anos e 9 meses, além de uma multa de R\$ 598 mil.

### Mandatos

Além da definição das penas dos integrantes do núcleo financeiro, os ministros do STF também discutiram sobre a perda do mandato dos deputados condenados no mensalão — João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Barbosa tentou colocar em votação se cabe ao Supremo definir isso ou se a decisão deve ser tomada pela própria Câmara, mas a proposta não prosperou.

# 15 NOV 2012

## Homenagem às vítimas do trânsito

Ontem, na Boca Maldita, foi feito um minuto de silêncio em reverência a quem perdeu a vida em acidentes de trânsito, seguido de uma salva de palmas. O ato público faz parte da programação do Dia Mundial em Memórias às Vítimas do Trânsito. Em um painel, as pessoas colocaram mensagens homenageando os familiares e amigos que foram vítimas de acidentes.

## ENTRELINHAS

### Mário do Pinho

Estão se tornando comuns os casos de maridos que apanham da mulher e invocam a Lei Maria da Penha. E já teve juiz que acatou o argumento de igualdade de direitos. Vendo relatos desse tipo na Internet, leitor da coluna pergunta se já não está na hora de se criar uma versão masculina da lei — a Mário do Pinho, brinca.

15 NOV 2012

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



TIAGO RECCHIA

O QUÊ?!?  
ENTÃO O  
MENSALÃO  
EXISTIU?!??



# GAZETA DO POVO

## DESPEDIDA

**De saída, Ayres Britto diz que o Supremo está mudando a cultura do país**

15 NOV 2012

Em sua última sessão no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Carlos Ayres Britto afirmou, sem se referir ao julgamento do mensalão, que a corte está "mudando a cultura do país". A fala ocorreu antes do início da 46ª sessão da análise do caso do mensalão, ao agradecer homenagens por sua aposentadoria obrigatória, no próximo domingo, ao completar 70 anos.

Ayres Britto, que presidiu a corte nos últimos sete meses, disse também que se sente realizado por sua passagem de nove anos no Supremo e recomendou serenidade aos colegas.

"Não temos direito ao mau humor, tamanha a honra de servir ao nosso país. Devemos fazer viagem de alma e não de ego porque o Supremo intertere mais e mais no curso da vida, como deve ser, como fiel intérprete de uma constituição concretista."

A frase do "ministro poeta", como Ayres Britto é conhecido, parece ter sido um recado ao colega Joaquim Barbosa, que assumirá a presidência da corte. Bate-bocas entre ministros – a maioria deles com Barbosa e Ricardo Lewandowski como protagonistas – marcaram várias das sessões do julgamento do mensalão.

### **Aumento**

Antes da sessão que marcou a sua despedida do Supremo, Ayres Britto se reuniu com parlamentares para fazer um apelo pela aprovação de aumento do salário do Judiciário. O governo determinou reajuste de 5% para o Judiciário em 2013, mas os ministros do STF pedem mais. Ontem, o relator do orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que é "muito difícil" atender ao pedido.



15 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## “A maioria das autoridades nem sequer pisa nas galerias prisionais”



Diego Antonelli

### ENTREVISTA

ISABEL KUGLER MENDES, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB-PR).

**A**o longo deste ano, Isabel Kugler Mendes, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, percorreu praticamente todo o estado olhando de perto a realidade das cadeias e penitenciárias. Ao se deparar com situações insalubres e desumanas, ela não tem dúvidas em concordar com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo: é preferível morrer a ficar em uma prisão.

Os problemas enalacrados na realidade das cadeias paranaenses poderiam ser resolvidos, segundo ela, mediante políticas públicas. Incentivar o estudo e o trabalho entre os presos e formar um mutirão para revisar o processo de cada detento seriam medidas cabíveis que teriam poder para melhorar a vida dos mais 30 mil presos do Paraná.

**O ministro da Justiça afirmou que prefere morrer a ficar em uma prisão brasileira. A senhora concorda?**

O ministro demonstrou que conhece bem como é o sistema prisional do Brasil. Poucas autoridades conhecem como é a realidade de uma cadeia ou penitenciária. Geralmente ficam apenas no setor administrativo.

**Como é a situação das carceragens em Curitiba?**

É muito complicada. Na Penitenciária Central, são cerca de 1.440 presos, número que respeita a quantidade de vagas do local. No entanto, apenas 215 trabalham e 235 estudam. Os demais passam 24 horas trancados em uma sala de sete metros quadrados.

**Há relatos de superlotação em cadeias na capital...**

Na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, que abrigaria 32 pessoas, há uma média de 140. A diminuição desse espaço gera promiscuidade, angústia, depressão e violência.

**Esses problemas geram a revolta dos presos?**

Quando há rebelião eles já não aguentam mais. Nem colchão existe. Há locais em que falta água. A comida servida é de péssima qualidade, preparada sem higiene nenhuma.

**Os detentos de penitenciárias têm uma situação relativamente melhor que aqueles das delegacias?**

Sim. Na penitenciária, em uma cela em que cabem quatro pessoas, em média, estão seis. Já nas cadeias, vivem 20.

**Em tese, as cadeias deveriam abrigar somente presos provisórios...**

Estima-se que de 3 a 4 mil presos em cadeias são condenados (Atualmente, cerca de 12 mil presos estão em delegacia no Paraná. Ao todo, o estado possui aproximadamente 33 mil presos).

**CONTINUA**

15 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Qual foi a pior local que a senhora visitou?**

Foi em Maringá. No lugar de 30 pessoas existiam 200. Outro local foi o Centro de Triagem 2 de Piraquara, onde os presos ficam em celas modulares. Lá não tinha nem luz elétrica. O cadeia de Ponta Grossa (Hildebrando de Souza) não fica atrás: há 400 detentos para um espaço de 132.

### **Há alguma fórmula para minimizar esses problemas?**

Precisamos de políticas públicas que foquem em cursos e oportunidades de trabalho para esses presos. É necessário também um mutirão para revisar os processos. Muitos podem ter o regime alterado, passando de fechado para semiaberto ou aberto. Sem falar que cerca de um terço já cumpriu a pena e poderia estar em liberdade. Mas nem sequer tiveram o caso julgado.

## 514.582

Esse é o número total de presos no Brasil, uma alta de 350% em relação a 1992, quando haviam 114.377 pessoas nas carceragens brasileiras. Com isso, em 2011, o Brasil ocupou a quarta posição do ranking de países com as maiores populações carcerárias do mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia.

## STF cobra política para presídios

■ Durante o julgamento do processo do mensalão, os ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobraram ontem que o governo federal tenha um papel de coordenação para a política penitenciária no país. O decano do tribunal, Celso de Mello, disse que é “grande a responsabilidade do Ministério da Justiça” na implementação das diretrizes nacionais para a execução das penas privativas de liberdade.

Sobre a declaração do ministro da Justiça de que “preferia morrer” a ficar preso no sistema penitenciário brasileiro, o decano disse considerar importante que José Eduardo Cardozo tenha feito a observação de maneira “muito cândida”, “honesto” e “franca”, mas ressaltou que é necessário que o Executivo assumo o papel de liderança nessa área.

Já o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, classificou de “triste” a declaração de Cardozo. Segundo Ayres Britto, no entanto, é preciso compreender que a fala representa o sentimento de um “humanista” que trabalha para melhorar o cenário carcerário do país. “Por um lado [a declaração], é triste, mas, por outro, mostra a sensibilidade dele, que é um humanista, um cultor do direito que vêm se empenhando muito pela humanização dos estabelecimentos penitenciários”, disse.

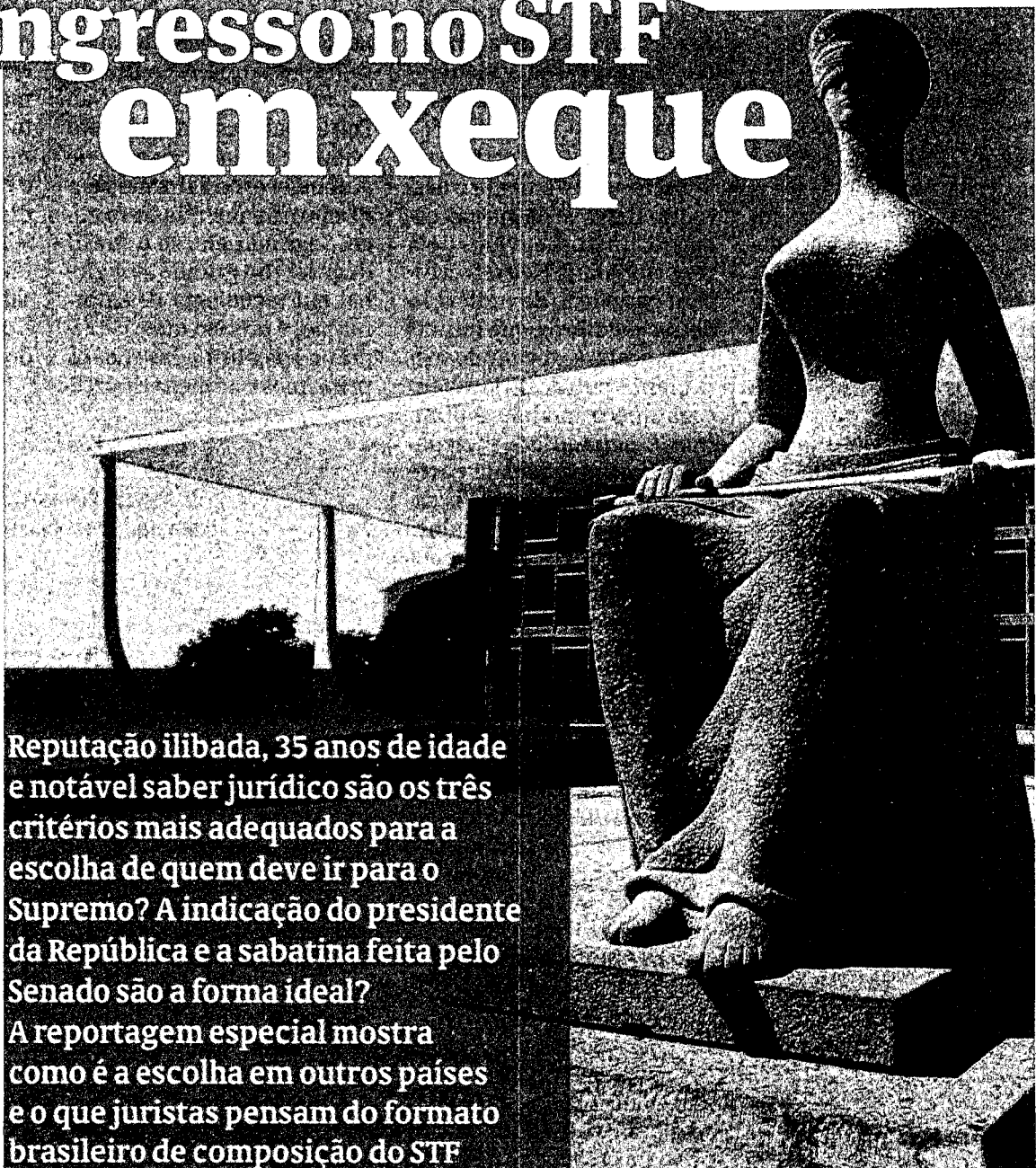
16 NOV 2012

GAZETA DO POVO

# Ingresso no STF em xeque

Reputação ilibada, 35 anos de idade e notável saber jurídico são os três critérios mais adequados para a escolha de quem deve ir para o Supremo? A indicação do presidente da República e a sabatina feita pelo Senado são a forma ideal?

A reportagem especial mostra como é a escolha em outros países e o que juristas pensam do formato brasileiro de composição do STF



## Escolha difícil

**A forma de entrada no Supremo é o destaque desta semana no caderno. Juristas ouvidos pela repórter Joana Neitsch criticam o modelo de indicação dos membros da mais alta corte do país**

*Kamila Mendes Martins*

*Jornalista.*

*Editora do caderno*

*Justiça & Direito*

**E**m 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) esteve presente na mídia nacional e internacional. O julgamento dos réus do caso do mensalão fez com que a sociedade passasse a prestar mais atenção aos 11 ministros que compõem a corte. Antes dele, outros assuntos também ganharam destaque, como o caso do aborto de fetos anencéfalos e o da união homoafetiva. Esses são exemplos da grande responsabilidade depositada nas mãos dos 11 ministros, cujas decisões acabam, em muitos casos, vinculando os julgamentos no resto do país.

E a forma de entrada no Supremo é justamente o destaque desta semana no caderno. Juristas ouvidos pela repórter Joana Neitsch criticam o modelo de indicação desses membros, que muitas vezes acaba se tornando meramente política. Há quem diga que o modelo é bom, mas o Senado e a sociedade precisam fazer sua parte para que apenas os mais capacitados sejam nomeados.

Ainda nesta edição, ouvimos o jovem jurista belga Davide M. Parrilli, que, apaixonado pela cultura brasileira, especialmente a mineira, resolveu morar em São Paulo para estudar direito tributário. Com os anos, ele acabou se especializando em

direito de comércio eletrônico. Segundo ele, se o Brasil quer ser um grande ator global em tecnologia de informação, é preciso que crie regras e leis alinhadas com os princípios europeus e norte-americanos.

Os articulistas trazem também três temas do momento, o primeiro é a respeito do concurso para provimento de cartórios em todo o Paraná, o segundo levanta a discussão sobre a validade das leis aprovadas durante a existência do esquema do mensalão no Congresso Nacional e o terceiro trata da carreira dos juízes do trabalho.

Boa leitura.

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## Escolha de ministros do STF em debate

Critérios de seleção dos integrantes da mais alta corte do Brasil envolvem tanto qualificação dos juristas, quanto interesses políticos e despertam questionamentos

Joana Neitsch

**N**a próxima segunda-feira uma nova vaga estará aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Carlos Ayres Britto completará 70 anos no domingo e será aposentado compulsoriamente. Com isso, além de a presidente Dilma Rousseff ter mais uma vez a prerrogativa de indicar um novo nome para compor a mais alta corte do país, acende-se o debate em torno da forma como a composição do STF se dá.

Hoje os critérios utilizados são possuir reputação ilibada, notório saber jurídico e ter 35 anos. O desafio é como aferir essas características entre os aspirantes ao cargo. A Constituição Federal define os critérios para selecionar os juízes, mas uma das principais críticas é que a escolha é muito subjetiva.

O último ministro a ser escolhido para o STF deve tomar posse até o fim deste mês. Teori Zavascki vai substituir o ministro Cezar Peluso, que se aposentou compulsoriamente ao chegar aos 70 anos de idade em agosto. A seleção de Zavascki seguiu as orientações do artigo 101 da Constituição Federal. Ele foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff após a indicação de seu nome ter sido aprovada por maioria absoluta no Senado (57 votos a favor e quatro contrários, sem nenhuma abstenção).

### Nova proposta

O livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP) em Direito do Estado Dirceu Torrecillas considera que são necessárias alterações no sistema de escolha dos ministros do STF. Ele acredita uma ironia o fato de que os demais tribunais brasileiros tenham mais exigências para escolher seus integrantes do que o Supremo. Torrecillas fez um estudo em que propõe novos parâmetros para a escolha dos integrantes da corte e pretende apresentá-lo como Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O professor da USP propõe que a idade mínima seja elevada de 35 para 40 anos. Na opinião dele, a diferença de idade possibilitaria ao jurista ter mais tempo de experiência profissional. As 11 vagas deveriam ser divididas entre magistrados (sete), advogados (uma), representantes do Ministério Público (uma), indicados do Poder Executivo (uma) e do Legislativo (uma). De acordo com a proposta, os que não são magistrados deveriam ser professores universitários com, no mínimo, dez anos de experiência. Para Torrecillas, essa seria uma maneira de se mensurar o notório saber jurídico.

### Médico

Em 1893, o STF chegou a ter um médico, sem formação em Direito, indicado para ministro do Supremo. Cândido Barata Ribeiro ficou dez meses no cargo e acabou tendo

de abandonar o tribunal porque o Senado considerou que ele não tinha notório saber jurídico. O nível de conhecimento dos advogados, de acordo com a lei atual, ainda é mensurado simplesmente por quem os indica e pela sabatina do Senado.

O advogado James Marins, professor de direito tributário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), observa que as indicações para o STF sempre tiveram certa dose política. "Qualquer presidente da República que tenha a prerrogativa de indicar ministros vai escolher alguém que lhe pareça de confiança. Só que os indicados de confiança de outros tempos tinham realmente um currículo jurídico. Hoje flexibilizou-se muito o critério de notório saber jurídico."

Entre as recentes nomeações do STF, a mais polêmica foi a do ministro José Antonio Dias Toffoli. Ele havia atuado como assessor jurídico do ex-ministro José Dirceu na Casa Civil e, mesmo tendo sido reprovado duas vezes no concurso para juiz, em São Paulo, foi considerado detentor de notório saber jurídico pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser indicado para o STF.

**CONTINUA**

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Praticar o que já existe

Para o professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Clèmerson Clève, os requisitos previstos na Constituição são suficientes para selecionar os integrantes do Supremo. O professor relembra que o sistema de escolha dos ministros do STF no Brasil é semelhante ao norte-americano, que, na opinião dele, funciona muito bem. “O que tem faltado no Brasil é uma compreensão da sociedade em relação à relevância desses cargos. Talvez, depois das últimas decisões, como as da união homoafetiva, a da questão do feto anencéfalo e a da ação do mensalão, e com a transmissão direta dos julgamentos pela televisão, as pessoas fiquem mais sensíveis à importância desses ministros e queiram participar do processo de escolha.”

As críticas à atuação apenas figurativa do Senado no processo de escolha também são feitas por Clève: “O Senado não tem cumprido adequadamente seu papel. A arguição dos senadores no Brasil é meramente formal, não há questionamentos substantivos a respeito da posição dos ministros e o que eles já decidiram na vida pregressa”.

### Ativismo judiciário causa preocupação

A maneira como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são escolhidos causa ainda mais preocupação quando se levanta a hipótese de que algumas das decisões tomadas podem ter força de lei. A atribuição do Supremo de julgar a constitucionalidade de determinada lei ou decisão judicial por vezes vem se confundindo com a própria criação de normas.

Para o advogado e professor da PUCPR James Marins, nos últimos cinco anos houve uma transformação na função do STF. Ele explica que, em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, por exemplo, o Supremo faz um juízo de anulação de uma lei. “Mas, quando emite uma súmula vinculante ou um enunciado de julgamento repetitivo, que vincula todos os outros julgamentos do país, o STF está legislando positivamente, ou seja, está criando normas que não existiam”, observa Marins.

O professor da USP Dircêo Torrecillas Ramos avalia que o STF tem praticado ativismo judiciário e ido além do que está escrito na Constituição em algumas situações. Na opinião dele, a decisão sobre a união estável homoafetiva desconsiderou o texto constitucional, já que o parágrafo 3.º do artigo 226 diz que “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar” e não se refere a pessoas do mesmo sexo. “O Legislativo é que deve mudar a Constituição, com o poder constituinte derivado de que é imbuído. Ele faz uma emenda, vota por três quintos, em dois turnos”, explica Ramos.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 NOV 2012

## DIREITO COMPARADO

Confira como as cortes constitucionais de alguns países europeus são constituídas:

- **Espanha:** seleção entre magistrados, representantes do Ministério Público, professores universitários, funcionários públicos, advogados, com mais de 15 anos de experiência, juristas de reconhecida competência. O rei nomeia 12 ministros, quatro deles propostos pela Câmara e eleitos pela maioria de três quintos de seus integrantes; quatro propostos pelo Senado, com idêntica maioria; dois pelo governo e dois pelo Conselho Geral do Poder Judiciário.
- **Portugal:** dez ministros são designados pela Assembleia, e estes indicam outros três membros do tribunal. Três dos dez e os três indicados pelos novos ministros são juízes dos outros tribunais. E os demais são juristas.
- **França:** ex-presidentes da República e mais nove juízes, sendo três indicados pelo presidente da República, três pela Assembleia Nacional e três pelo Senado.
- **Alemanha:** idade mínima de 40 anos e máxima de 68 anos para indicação. Entre os 16 juízes, seis devem ser magistrados federais.

Fonte: Dircêo Torrecillas Ramos, professor da USP.

**“O que tem faltado no país é uma compreensão da sociedade da relevância desses cargos. Talvez, depois das últimas decisões, como as da união homoafetiva, a da questão do feto anencéfalo e a ação do mensalão, as pessoas fiquem mais sensíveis à importância desses ministros.”**

Clèmerson Clève, professor de Direito Constitucional da UFPR.

**“Quando emite uma súmula vinculante ou um enunciado de julgamento repetitivo, que vincula todos os outros julgamentos do país, o STF está legislando positivamente, ou seja, está criando normas que não existiam.”**

James Marins, advogado e professor da PUCPR.

## Jurisprudência

STJ1

**Clínicas médicas têm de pagar direito autoral por som e imagem ambiente**

### EMENTA

DIREITOS AUTORAIS. RECURSO ESPECIAL. ECAD. CLÍNICA MÉDICA. LEGITIMIDADE DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO AUTORAL POR EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRA ARTÍSTICA.

1. A Lei de Direitos Autorais, regulando a matéria de forma extensiva e estrita, aboliu o auferimento de lucro direto ou indireto pela exibição da obra como critério indicador do dever de pagar retribuição autoral, erigindo como fato gerador da contribuição somente a circunstância de se ter promovido a exibição pública de obra artística em local de frequência coletiva, por quaisquer processos – inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade (art. 68, § 2º, da Lei 9.610/1998).

2. Por seu turno, o parágrafo 3º do mesmo dispositivo enumera uma série de locais considerados como de frequência coletiva, entre eles as clínicas e hospitais.

3. A cobrança da retribuição autoral, no caso sob análise, mostra-se legítima, uma vez que é fato incontroverso nos autos que a recorrida – clínica médica de ortopedia e fisioterapia – disponibiliza, em sua sala de espera, aparelhos de televisão como forma de entretenimento dos clientes. Incidência da Súmula 63 do STJ: “São devidos direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais”.

4. Recurso especial provido.

STJ2

**Lançamento de tributo equivocado pelo Fisco não pode ser revisto**

### EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. EQUÍVOCO NA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. ALÍQUOTA. ERRO DE DIREITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Hipótese em que se discute se a indicação, pelo contribuinte, de legislação errônea na Declaração de Importação devidamente recebida pela autoridade alfandegária consiste em erro de fato e, portanto, pode dar ensejo à posterior revisão, pela Fazenda, do tributo devido; ou se trata-se de mudança de critério jurídico, cuja revisão é vedada pelo CTN. 2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o erro de direito (o qual não admite revisão) é aquele que decorre da aplicação incorreta da norma. Precedentes. Por outro lado, o erro de fato é aquele consubstanciado “na inexatidão de dados fáticos, atos ou negócios que dão origem à obrigação tributária” (EDcl no REsp 1174900/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 09/05/2011). 3. Da análise dos autos, verifica-se que ocorreu a indicação de legislação equivocada no momento da internalização da mercadoria, o que culminou com o pagamento da alíquota em valor reduzido, de sorte que não houve engano a respeito da ocorrência ou não de determinada situação de fato, mas sim em relação à norma incidente na situação, como, aliás, registrou o acórdão recorrido.

Assim, não há falar em possibilidade de revisão do lançamento no caso dos autos, mormente porque, ao dessembrar o bem importado, o fisco tem, ao menos em tese, a oportunidade de conferir as informações prestadas pelo contribuinte em sua declaração. 4. Agravo regimental não provido.

**CONTINUA**



16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**TJ-SC**

## **Gravação por policiais de conversa informal é inconstitucional**

### **EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. INVESTIGAÇÃO POLICIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PERMANECER CALADO MANIFESTADO EXPRESSAMENTE PELO INDICIADO (ART 5º, LXIII, DA CF). GRAVAÇÃO DE CONVERSA INFORMAL REALIZADA PELOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO EM FLAGRANTE. ELEMENTO DE INFORMAÇÃO CONSIDERADO ILÍCITO. VULNERAÇÃO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO. INAPLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO NO SENTIDO DA LICITUDE DA PROVA COLETADA QUANDO UM DOS INTERLOCUTORES TEM CIÊNCIA DA GRAVAÇÃO DO DIÁLOGO. SITUAÇÃO DIVERSA. DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO QUE DEVE PREVALECER SOBRE O DEVER-PODER DO ESTADO DE REALIZAR A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1. Segundo o art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado. 2. Apesar de ter sido formalmente consignado no auto de prisão em flagrante que o indiciado exerceu o direito de permanecer calado, existe, nos autos da ação penal, gravação realizada entre ele e os policiais que efetuaram sua prisão, momento em que

não foi informado da existência desse direito, assegurado na Constituição Federal. 3. As instâncias ordinárias insistiram na manutenção do elemento de prova nos autos, utilizando, de forma equivocada, precedente do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não é considerada ilícita a gravação do diálogo quando um dos interlocutores tem ciência da gravação. 4. Tal entendimento não se coaduna com a situação dos autos, uma vez que – além de a gravação estar sendo utilizada para sustentar uma acusação – no caso do precedente citado estava em ponderação o sigilo das comunicações, enquanto no caso em questão está em discussão o direito constitucional de o acusado permanecer calado, não se autoincriminar ou não produzir prova contra si mesmo. 5. Admitir tal elemento de prova nos autos redundaria em permitir um falso exercício de um direito constitucionalmente assegurado, situação inconcebível em um Estado Democrático de Direito. 6. Ordem concedida para determinar o desentranhamento da mídia que contém a gravação do diálogo ocorrido entre o paciente e os policiais que efetuaram sua prisão da ação penal instaurada contra ele, pelo crime de tráfico de drogas, na Vara Criminal da comarca de Laguna (SC).

# GAZETA DO POVO

## ESCOLHA

### **OAB-PR realiza eleições na próxima segunda-feira**

Os novos dirigentes da Seccional e das subseções da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná serão escolhidos na próxima segunda-feira, dia 19. Além da nova diretoria e do Conselho Seccional da OAB-PR, serão escolhidos as diretorias e os conselhos das subseções, a delegação para o Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. Em todo o estado as votações ocorrem da 9 h às 17 h.

O Conselho Seccional terá uma única chapá concorrendo, a XI de Agosto, que tem Juliano José Breda como candidato a presidente. Nas subseções, há tanto chapas únicas em alguns locais, quanto duas chapas concorrentes em outros.

Conforme o Estatuto da OAB, o voto é obrigatório. Os advogados precisam estar em dia com suas anuidades para poderem votar. O prazo para regularização da situação se encerrou no dia 19 de outubro.

Aqueles que não puderem comparecer devem apresentar uma justificativa por escrito, com os documentos que comprovem a ausência em anexo em até 60 dias. A ausência sem justificativa gera multa de 20% sobre o valor da anuidade da Ordem.

### **Serviço:**

**O que:** Eleições da OAB-PR

**Quando:** 19 de novembro

**Horário:** 9 h às 17 h

**Local:** Expo Renault Barigui, em Curitiba e, nas demais cidades, consultar subseções

**Informações:** (41) 3250 - 5866/3250 - 5859 - [eleitoral@oabpr.org.br](mailto:eleitoral@oabpr.org.br)

# 16 NOV 2012

## EVENTO1

### **Direito e cultura estarão em debate na capital**

A Sociologia do Direito estará em debate na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no encontro "Direito e Cultura – a arte dissolvida na vida", que ocorre entre os dias 25 e 27 de novembro. O evento abrange o III Congresso Brasileiro de Sociologia do Direito e o I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas. O objetivo do congresso é fazer uma nova leitura sobre a sociologia do direito, com um diálogo com a arte. As abordagens envolvem tópicos que discutem direito e literatura ou direito e rock, assim como políticas públicas, como o Plano Nacional de Cultura. De acordo com a organização do evento, o propósito é trazer a cultura para o direito e não simplesmente levar o direito para a cultura. Apresentações culturais também fazem parte da programação. Mais informações pelo site [www.ppgd.ufpr.br/direitoecultura](http://www.ppgd.ufpr.br/direitoecultura)

## EVENTO2

### **UniCuritiba promove atualização em Direito, gestão e design**

O Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário Unicuritiba promove no dia 23 de novembro – próxima sexta-feira – a 2ª Atualização Temática em Direito, Gestão e Design para estudantes da instituição e para a comunidade. Na área de direito, serão debatidos temas como o futuro da arbitragem no Brasil e os limites e consequências da invalidade dos atos de investigação e do processo. Entre os convidados, estão os juristas Silvio de Salvo Venosa e Eugênio Pacelli. Também haverá debates envolvendo gestão e direito, com gestão de capitais como tema central. As vagas para a comunidade são limitadas e as inscrições devem ser feitas pelo telefone (41) 3213-8755.

# GAZETA DO POVO

## Concurso Público

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Cargo: Assessor Jurídico/PUC-PR

16 NOV 2012

#### Disciplina: Direito Civil - Família

De acordo com os regimes de bens mencionados na legislação civil brasileira, leia as assertivas abaixo e assinale a correta:

- I. No regime de comunhão parcial excluem-se da comunhão as obrigações anteriores ao casamento.
  - II. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.
  - III. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento.
  - IV. No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio e lhe cabe, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
- a) Apenas é verdadeira a assertiva III.
  - b) Apenas são verdadeiras as assertivas I, III e IV.
  - c) Apenas são verdadeiras as assertivas I e IV.
  - d) Apenas são verdadeiras as assertivas I e III.
  - e) Todas as assertivas são verdadeiras.

Resposta: b.

PASQUALINO LAMORTE

O "X" DA QUESTÃO

**PASQUALINO LAMORTE,**  
advogado, e professor da PUC-PR  
e do curso preparatório de Exame  
de Ordem do Unificado Concursos.

**C**aros leitores e concurseiros, a questão a ser analisada foi elaborada para o primeiro concurso público para a Defensoria Pública do Estado do Paraná, realizado no dia 30 de setembro de 2012, e aborda o Direito Civil, em especial o Direito de Família na parte relativa ao direito patrimonial, que abrange o regime de bens entre os cônjuges.

A assertiva I, que afirma que no regime de comunhão parcial excluem-se da comunhão as obrigações anteriores ao casamento, está correta. Quando os nubentes não celebram pacto antenupcial que irá dispor sobre as questões patrimoniais, o regime de bens que prevalece é o de comunhão parcial de bens, e como

bem descreve Silvio Rodrigues: trata-se de regime de separação quanto ao passado e de comunhão quanto ao futuro. No regime de comunhão parcial de bens, as obrigações anteriores ao casamento são de responsabilidades de cada um dos nubentes conforme dispõe o Código Civil de 2002, art. 1659.

Já a assertiva II está incorreta. Conforme determina o Código Civil, na falta de manifestação dos nubentes, isto é, se os nubentes não escolheram o regime de bens, deixando de fazer o pacto antenupcial, ou na hipótese de ser nulo ou ineficaz o pacto antenupcial por eles feito, o regime que vigora é o de comunhão parcial e não o de comunhão universal como incorretamente está disposto na assertiva.

A assertiva III, que afirma que é obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento, está correta. No caso de escolha de regime de bens, existem hipóteses em que a vontade dos nubentes não é respeitada, pois

a lei impõe o regime de separação obrigatória, quando, por exemplo, o casamento se realiza contra a recomendação do legislador de que não devem casar como dispõe o art. 1523 do CC, por isso, a assertiva corresponde ao que está determinado no inciso I do artigo 1641 do CC.

Também está correta a assertiva IV, pois o regime de participação final nos aquestos é o regime de bens em que há formação de massas de bens particulares comunicáveis durante a vigência do casamento, mas que se tornam comuns no momento da dissolução da sociedade conjugal. Nesse tipo de regime de bens, que é pouco utilizado, cada um é credor da metade do que o outro adquiriu, onerosamente, durante a vida conjugal, havendo dissolução do casamento. A presente assertiva está disposta em conformidade com o art 1672 do Código Civil.

Diante da análise das presentes assertivas, a opção correta a ser assinalada é a letra B.

**Fonte:** Manual de Direito das Famílias de Maria Berenice Dias. Editora RT.

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## **Coluna do leitor**

### **Justiça em números 1**

O processo eletrônico pode vir a ajudar na celeridade dos tribunais, pois é, de fato, mais prático que o físico. Contudo, isso não se dará sem o devido preenchimento de vagas suficientes para a demanda e a capacitação desses novos juizes. O Judiciário está carente de profissionais, mas estes devem ser bem preparados para os desafios da carreira na magistratura.

**Eduardo Jansen**, via site Justiça & Direito

### **Justiça em números 2**

Os números gerados pelos tribunais devem ser vistos com cuidado, já que os dados podem apresentar inconsistência. O TJ-PR, por exemplo, não dispõe de um sistema automático para geração de dados estatísticos. São os servidores que alimentam a base de dados com relatórios digitados mensalmente, o que dá margem a erros. O CNJ criou recentemente o PJ-e, sistema de processo eletrônico que promete gerar automaticamente os dados quando da tramitação do processo.

**Leandro**, via site Justiça & Direito

### **Entrevista 1**

O doutor Juliano Breda é parte ativa nas lutas pelos direitos dos advogados faz muito tempo. Será presidente da OAB-PR por merecimento e certamente fará um grande mandato, continuando e honrando a tradição da Chapa XI de Agosto!

**João José**, via site Justiça & Direito

### **Entrevista 2**

Certamente o nome indicado para a presidência da OAB-PR, doutor Juliano Breda, honrará a tradição XI de Agosto de excelentes gestões. O esforço pelo fortalecimento da classe de advogados, bem como a manutenção da excelência dos cursos oferecidos na Escola Superior de Advocacia, deve ser a marca da atuação desse brilhante advogado.

**Thiago Lemos**, via site Justiça & Direito

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## A importância da realização de concurso público para tabelionatos e registros

**ARTIGO** ANGELO VOLPI NETO

**ANGELO VOLPINETO,**  
tabelião, escritor, professor, é  
presidente do Colégio Notarial  
do PR e vice-presidente da  
Anoreg-PR

**A** bordar a importância e a legalidade da realização de concurso público para provimento de todos os ofícios extrajudiciais do estado do Paraná é também uma oportunidade para dar um pulo no passado para entender a essência e a origem do notariado e dos registros públicos no Brasil e no mundo. De acordo com Regnoberto Marques de Melo Júnior, em seu livro "A Instituição Notarial no Direito Comparado e no Direito Brasileiro", o notariado é uma instituição eclética, formada a partir de influências de inúmeras nações, sem marco temporal definido.

Segundo o autor, a instituição notarial latina moderna deve muito ao direito eclesiástico, já que praticamente todos os princípios fundamentais do notariado de hoje foram criados ou aperfeiçoados pelo direito canônico. Como exemplos dessa afirmação, temos a noção de fé pública, a sacramentalidade das formas e a consagração da escrita nas convenções extrajudiciais e provas judiciais.

Desde o princípio, as atividades realizadas pelos profissionais que trabalhavam com notas e registros sempre tiveram a finalidade de atender às principais necessidades da sociedade, assim como proporcionar segurança jurídica e estabilidade para os negócios firmados. Até hoje, é assim que funciona, com o grande diferencial das inovações, melhorias e tecnologias aplicadas.

A execução das atividades notariais e de registro é caracterizada pelo exercício privado de funções públicas. Durante muito tempo, esta relação entre público e privado, juntamente com a inexistência de uma legislação própria no Brasil, foi capaz de comprometer a compreensão da necessidade de realização de concurso público para provimento de cartórios.

A legislação sobre os serviços notariais e de registros brasileira foi conduzida por ordenações portuguesas, as quais estabeleciam que competia ao Poder Real a nomeação dos tabeliões

no país. A literatura ainda dizia que os cartórios poderiam ser providos por doação ou ainda que tabelionatos ou registros poderiam ser obtidos por compra e venda ou sucessão *causa mortis*, sem preocupação com o preparo ou aptidão para o exercício da função.

Com o tempo e as dificuldades para controle da profissão, iniciativas normativas foram tomadas visando regular esse cenário. Foi em 28 de abril de 1885 que foi publicado o Decreto 9.420, que trouxe pela primeira vez a exigência de concurso público para o provimento dos ofícios no Brasil. Já em 29 de junho de 1982, a emenda 22 à Constituição Federal de 1967, estabeleceu requisitos para a efetivação de substitutos em caráter excepcional (art. 208) e constitucionalizou a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso na atividade notarial ou de registro (art. 207).

Assim sendo, tendo realizado concurso ou não, diferente do que muitos ainda entendem, tabeliões e registradores não são donos dos tabelionatos e registros. É importante esclarecer que ocupamos os cartórios temporariamente e que, quando nos aposentarmos ou falecermos, não serão nossos filhos ou parentes que continuarão nesses cartórios. Assim como está para acontecer nos dias 8 e 9 de dezembro aqui no Paraná, haverá um concurso público do qual qualquer pessoa formada em Direito, ou que tenha trabalhado no mínimo dez anos como escrevente em cartório extrajudicial, pode participar e, então, de acordo com sua pontuação, será destinada a prover um ofício.

Outro esclarecimento importante é que a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) sempre defendeu a realização de concurso público para provimento de ofícios extrajudiciais. Os concursos vêm sendo realizados no Paraná desde 1994, no entanto, apesar de estar previsto em legislação a realização de concurso nos moldes como previsto pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), ainda assim defende-se uma solução para os inúmeros cartórios, que, mesmo com a realização de concursos, ainda permanecem vagos.

**CONTINUA**

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

No último concurso realizado no Paraná, em 2008, apenas 30% dos aprovados permaneceram à frente dos cartórios, 16% renunciaram pouco tempo depois de assumir, 8% não escolheram nenhum ofício, idêntico porcentual de candidatos desistiu do concurso, 17% foram desclassificados por não comparecerem à audiência de escolha e 22% não assumiram a titularidade.

Uma forma de reverter a não ocupação de alguns cartórios seria a realização de concursos regionalizados, visando preencher um cargo específico de determinada serventia ou de determinada região. Ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos tabelionatos e registros tem pequeno faturamento, cujo preenchimento só interessa a quem é daquela cidade e que acumula outra fonte de renda.

Por fim, os concursos têm sido muitíssimo concorridos e seu resultado tem elevado sobremaneira o nível intelectual da profissão, quem ganha com isso é toda a população.

**A Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) sempre defendeu a realização de concurso público para provimento de ofícios extrajudiciais**

**Uma forma de reverter a não ocupação de alguns cartórios seria a realização de concursos regionalizados, visando preencher um cargo específico de determinada serventia ou de determinada região**

**Tendo realizado concurso ou não, tabeliões e registradores não são donos dos tabelionatos e registros. É importante esclarecer que ocupamos os cartórios temporariamente e que, quando nos aposentarmos ou falecermos, não serão nossos filhos ou parentes que continuarão nesses cartórios**

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## A carreira e a vida do juiz do trabalho

**ARTIGO**

**FELIPE AUGUSTO DE MAGALHÃES CALVET**, Juiz do Trabalho, é coordenador do curso preparatório da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR).

**FELIPE AUGUSTO DE**

**MAGALHÃES CALVET**

**P**ara um bacharel tomar posse no cargo de juiz do Trabalho é necessário, além da graduação no curso de Direito, a aprovação em um dos concursos mais difíceis e concorridos do país. Sem dúvida, apenas os mais preparados e dedicados conseguem alcançar esse objetivo. O concurso é composto de cinco fases; sendo as quatro primeiras eliminatórias. Caso o candidato reprove na quarta, deve iniciar um novo concurso a partir da primeira. Muitos desistem. A maioria dos aprovados passa após ter se submetido a vários concursos, alguns a mais de uma dezena.

Após a aprovação, o novo magistrado inicia como juiz substituto, função que exercerá por mais de 10 anos, conforme progressão da sua carreira. Ao ser promovido para o cargo de juiz titular, é comum que precise mudar de cidade e não ganhará qualquer aumento salarial (artigo 656, § 3º da CLT). Mais responsabilidades e despesas, com o mesmo salário. Após oito ou dez anos na função de juiz titular, poderá alcançar promoção a desembargador, neste caso com aumento salarial de 5%.

Há muito folclore acerca das garantias e prerrogativas dos magistrados. No entanto, os juizes do Trabalho, assim como os juizes da Justiça Federal, não têm qualquer privilégio. São trabalhadores como outro qualquer, que retiram do seu trabalho o seu sustento e para sua família. Como todo cidadão brasileiro, para ter casa própria precisa poupar e pagar financiamento. Caso queira andar de automóvel ou fazer telefonemas, tem de comprar o seu próprio carro e telefone, assim como pagar os impostos e contas. O juiz vai ao supermercado e paga o que compra, paga escola dos filhos e tudo o mais que vier a consumir somente com o salário que recebe em razão da profissão que exerce. Caso queira manter-se atualizado, o magistrado precisa comprar os próprios livros também com o dinheiro do seu salário. Não há qualquer privilégio dessa natureza.

Aliás, a necessidade de atualização é uma exigência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Para efeito de vitaliciamento – período que compreende a avaliação contínua do desempenho jurisdicional durante o biênio de estágio probatório – a Enamat determina o cumprimento de carga horária semestral de 40 horas-aula e carga anual de 80 horas-aula (Resolução 01/2008). Para fins de promoção, o juiz vitalício deve “frequentar atividades de formação continuada pelo período mínimo de 40 horas-aulas por semestre” (Resolução 09/2011), com o objetivo de adquirir novas competências profissionais, como no caso do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), que está sendo implantado na Justiça do Trabalho do Paraná.

Em síntese, a função do juiz é julgar eventuais conflitos que ocorrem na sociedade. Quando se sentem injustiçadas, as pessoas recorrem ao Judiciário para buscar seus direitos. A sociedade brasileira confia nos juizes, especialmente nos juizes do Trabalho, porque a justiça trabalhista é considerada a mais célere do país. Certamente a população quer que o seu processo seja analisado, estudado e decidido por um juiz estudioso e imparcial, que se dedique ao problema e busque a solução prevista na lei. É por esse motivo que a lei proíbe o juiz de exercer outra atividade que não a da judicatura e, caso queira, o magistério.

O juiz exerce a sua função 24 horas por dia, todos os dias da semana. Sempre há um juiz de plantão para receber causas urgentes, que necessitam de decisão imediata para resguardar direitos. Por esse motivo, o magistrado não pode ter cartão de ponto e horário fixo. O magistrado deve ainda manter uma vida pública e privada ilibada, conforme determinação da Lei Orgânica da Magistratura.

Com todas essas responsabilidades, decidindo muitas vezes acerca do trabalho de toda a vida de um empregado, bem como em razão da dificuldade para alcançar o cargo, a necessidade de estudo contínuo e restrições na sua vida privada, o juiz deve ser bem remunerado pelo Estado.

**CONTINUA**

# 16 NOV 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

A remuneração condizente com o cargo deve servir para atrair os melhores pensadores e estudiosos para a função de juiz. Acaso a remuneração não seja adequada, certamente os melhores escolherão outras funções e não terão interesse na profissão. São razões que justificam a tranquilidade financeira para a função, sem a qual acaba ficando preocupado sobre como fará no fim do mês para pagar suas contas. É necessário que o juiz seja tranquilo e sereno para julgar com saber e equidade.

Somente com o reconhecimento da sociedade da responsabilidade depositada sobre os juízes – bem como o reconhecimento do próprio Poder Executivo, seguindo o disposto na Constituição Federal – é que teremos um Poder Judiciário como almejado por todos os cidadãos: justo, imparcial e ágil.

**A sociedade brasileira confia nos juízes, especialmente nos juízes do Trabalho, porque a justiça trabalhista é considerada a mais célere do país**

**A remuneração condizente com o cargo deve servir para atrair os melhores pensadores e estudiosos para a função de juiz. Acaso a remuneração não seja adequada, certamente os melhores escolherão outras funções e não terão interesse na profissão**

**Há muito folclore acerca das garantias e prerrogativas dos magistrados. No entanto, os juízes do Trabalho, assim como os juízes da Justiça Federal, não têm qualquer privilégio. São trabalhadores como outro qualquer, que retiram do seu trabalho o seu sustento e para sua família**



16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## Leis aprovadas enquanto houve mensalão são inconstitucionais?

**ARTIGO** LUIZ FLÁVIO GOMES

**LUIZ FLÁVIO GOMES**, doutor em direito penal, fundador da rede de ensino LFG, foi promotor de Justiça (de 1980 a 1983), juiz (1983 a 1998) e advogado (1999 a 2001). Site: [www.professorlfg.com.br](http://www.professorlfg.com.br).

**S**eria possível reconhecer a inconstitucionalidade de leis aprovadas no período em que o STF reconheceu ter existido a compra de votos de parlamentares no mensalão? A tese acaba de fundamentar uma provocante decisão da 1ª Vara da Fazenda de Belo Horizonte que considerou inconstitucional a Emenda Constitucional 41/2003. A tese já tinha sido ventilada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello.

Tal emenda introduziu a Reforma Previdenciária e foi responsável pela alteração dos artigos 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal e pela revogação do inciso IX do § 3º do art. 142, também da Lei Maior.

O juiz mineiro concluiu que, diante do reconhecimento pelo STF da existência do mensalão (em julgamento na AP 470) e, por conseguinte, da constatação de que entre 2003 e 2004 houve compra de votos de parlamentares, as normas neste período editadas padecem do vício da inconstitucionalidade.

Dessa forma, concluiu o magistrado que a aprovação da EC 41/2003 resultou da compra de votos e não da aprovação democrática a que deveria ter sido submetida, de acordo com as normas constitucionais. Logo, a norma é "inválida *ex tunc*, ante o vício de decoro".

Como sabemos, o controle de constitucionalidade das normas é feito de modo preventivo ou repressivo. Em ambas as hipóteses pode ser feito pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Exerce-se o controle preventivo pelo Legislativo quando a norma passa pela CCJ, pelo Executivo por meio do veto e, pelo Judiciário, na hipótese de impetração de mandado de segurança por parlamentar quando houver inobservância do devido processo legislativo constitucional.

O controle de constitucionalidade repressivo, por sua vez, também pode ser feito pelos três poderes: Legislativo (arts. 49, V, e 62, da CF), Executivo (negando cumprimento a lei e fundamentando a inconstitucionalidade) e, por fim, o Judiciário, que controla a constitucionalidade das normas de modo difuso ou concentrado.

O controle de constitucionalidade concentrado é o realizado nas ações diretas de constitucionalidade. Já o controle difuso é o típico controle que o magistrado mineiro realizou na decisão que comentamos. Em um caso concreto, ao fundamentar a decisão, entende que determinada norma é inconstitucional.

Tradicionalmente, apontam-se duas formas de vício: formal e material. No caso em espécie, não há vícios de forma nem de essência na aprovação da emenda constitucional. Constatou-se um vício de decoro parlamentar. Veja-se como expôs suas razões, o magistrado:

"No caso em espeque trata-se do chamado 'vício de decoro parlamentar', vedado expressamente no art. 55, §1º da CF, *in verbis*: Art. 55. § 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

A inconstitucionalidade advinda do vício de decoro resulta diretamente da mácula que teria envolvido o voto que constitui, em suma, o sagrado valor de representação popular conferida pelo povo que se faz assim representar pelo parlamentar corrompido, ferindo o que consta do artigo 1º, inciso I da Constituição Federal, que estabelece como pilar do Estado Democrático de Direito a soberania popular, neste caso, violada dramaticamente pela venda de votos no parlamento que a representaria".

Em matéria divulgada pelo Última Instância, o magistrado reconhece que o seu posicionamento representa voz isolada: "Com uma 'sentença' simples dessa, quero jogar luz sobre certas discussões".

**CONTINUA**

# 16 NOV 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

De acordo com informações do Gazeta: dos 486 parlamentares que participaram da votação da EC 41/2003, 358 votaram a favor, enquanto 126 foram contrários. Houve 9 abstenções. Depois, o texto seguiu para apreciação do Senado, em dois turnos.

Não se sabe quantos parlamentares foram "comprados". Esse dado é muito relevante. Note-se que a aprovação se deu por margem muito grande. Era preciso verificar quantos foram "comprados" e quantos foram "válidos" (indiscutivelmente). Não há notícia de que muitos tenham sido "comprados". Logo, mesmo excluindo os parlamentares venais, ao que tudo indica, continua havendo quórum amplo suficiente para a aprovação. Nós não julgaríamos inconstitucional a EC 41 sem a comprovação numérica dos parlamentares que aprovaram a emenda ganhando dinheiro "por fora"

**O juiz mineiro concluiu que, diante do reconhecimento pelo STF da existência do mensalão (em julgamento na AP 470) e, por conseguinte, da constatação de que entre 2003 e 2004 houve compra de votos de parlamentares, as normas neste período editadas padecem do vício da inconstitucionalidade**

**O controle de constitucionalidade concentrado é o realizado nas ações diretas de constitucionalidade. Já o controle difuso é o típico controle que o magistrado mineiro realizou na decisão que comentamos. Em um caso concreto, ao fundamentar a decisão, entende que determinada norma é inconstitucional**

**Nós não julgaríamos inconstitucional a EC 41 [que introduziu a Reforma Previdenciária] sem a comprovação numérica dos parlamentares que aprovaram a emenda ganhando dinheiro "por fora"**

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Sem expediente**

Nenhuma repartição judiciária do Paraná vai funcionar hoje. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto, assinou um decreto que suspendeu o expediente. Os funcionários, no entanto, terão de repor uma hora por dia para compensar a folga de hoje.

# GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

16 NOV 2012

## Publicidade da União

**P**or determinação judicial, o governo federal terá de informar em até 30 dias seus gastos com publicidade. A decisão é do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que acatou mandado de segurança apresentado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com a ação, os valores gastos pela União com publicidade chegariam a R\$ 1,6 bilhão apenas no ano de 2010. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmava que os dados pedidos não estariam disponíveis ou teriam caráter estratégico de mercado e, portanto, seriam sigilosos. O governo também argumentava que a divulgação das informações prejudicaria o erário, ao impedir a negociação de valores pela administração na contratação de mídia. Pela decisão do STJ, o governo federal terá de informar seus gastos com publicidade por categoria, agência, veículo e tipo de mídia.

## NOTA POLÍTICA

### PSDB e o STF

Um dia depois que o PT divulgou nota em que criticava a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que condenou petistas na ação do mensalão, o PSDB veio à público. Em nota divulgada ontem, os tucanos saudaram o STF e afirmaram que o julgamento "honra as instituições brasileiras e aponta na direção de um país mais igual, no qual a impunidade não prevalece". Em outro trecho, o PSDB diz que o STF "está mudando a cultura do país, à luz da Constituição, garantindo que a lei seja aplicada a todos, mesmo que sejam ricos ou poderosos".

## PALESTRA

### Recursos ordinários no direito processual brasileiro

- **DATA:** 21 e 22 de novembro (às 18h30).
- **PALESTRANTE:** Leandro Gornicki Nunes.
- **LOCAL:** Academia Brasileira de Direito Constitucional. Rua XV de Novembro, 964 – 2º andar – Centro.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3024-1167 ou [flavia@abdconst.com.br](mailto:flavia@abdconst.com.br) ou [mayara@abdconst.com.br](mailto:mayara@abdconst.com.br)

## HIGIENE

### Em SP, juíza invalida uso obrigatório de luvas em cozinhas

Bares e restaurantes de São Paulo estão livres para deixar seus funcionários preparar alimentos com as mãos, sem usar luvas descartáveis. A Associação Nacional de Restaurantes invalidou na Justiça uma regra publicada pela Secretaria de Saúde em 2011, segundo a qual a comida cozida ou higienizada só pode ser manuseada com proteções. A juíza Alexandra Fuchs afirma que "o uso de luvas só protege a mão, e não o alimento". E vê contradição ambiental no uso das borrachas. Entre sanitaristas, a opinião é outra. "A luva protege tanto a mão como os alimentos. Você não pode pôr a mão. Isso é pressão de chefs", diz o consultor da Anvisa, Eneo Alves da Silva Junior.

## JOSE PÍO MARTINS

### OSTF e a educação jurídica

Escrevi dois livros defendendo a necessidade de educação financeira nas escolas. Minha tese é de que comércio, contratos, tributos e finanças são temas obrigatórios no cotidiano de todos nós e, sobre eles, devemos ter ao menos noções gerais. No primeiro livro (*Educação Financeira ao Alcance de Todos*), proponho o domínio de conceitos e técnicas de finanças pessoais. No segundo (*Seu Futuro*), proponho meditar sobre carreira, futuro, envelhecimento e a necessidade de poupar e montar sua própria previdência.

Lendo comentários de leitores nos sites dos grandes jornais em resposta às matérias sobre o julgamento do mensalão, assusta a ignorância sobre noções elementares de Direito. Não advogo que todos viremos especialistas em assuntos jurídicos, mas noções básicas de Direito e de lógica jurídica deveriam ser ensinadas nas escolas.

O que tem me intrigado nos milhares de comentários dos leitores é ver pessoas com diploma universitário dizendo coisas completamente disparatadas. Vários leitores afirmaram que o ministro Ayres Britto era filiado ao PT e, ao votar pela condenação dos réus, estaria traindo o partido e aqueles que o nomearam ao STF. Ora, basta conhecer um pouco de história para saber que a chance de evitar a barbárie e implantar a civilização depende de um Poder Judiciário independente e de juízes imparciais e sem partido.

Alguns leitores disseram que só acreditarão no STF se ele condenar o ex-presidente Fernando Henrique pelas privatizações. O Poder Judiciário julga, mas não são os juízes que fazem a investigação, juntam provas e acusam. A tarefa de investigar é da Polícia Federal e do Ministério Público, cabendo a este propor ação acusatória e, se a ação for aceita, os promotores agem como advogados de acusação, os réus contratam advogados de defesa e o juiz é... o juiz.

As críticas ao STF, órgão do Judiciário, por não ter julgado possíveis irregularidades nas privatizações é de um primarismo

assustador. A Justiça só se manifesta quando é provocada, ou seja, se houver proposta de ação penal. Os juízes não saem às ruas tentando caçar criminosos. Isso não é função deles. Se ninguém propuser ação judicial, o juiz não tem o que fazer. Aliás, o PT passou os dois mandatos de FHC movendo processos judiciais contra o ex-presidente e, se não propôs ação geral contra as privatizações foi porque não quis... ou porque não viu crime algum nisso. Logo, neste caso, o STF não tem processo para julgar.

Muitos leitores afirmam que o ministro Joaquim Barbosa acusa os réus do mensalão sem provas. O processo tem mais de 50 mil páginas, nós não lemos nada, não ouvimos ninguém, não examinamos provas, não estudamos as acusações da promotora nem as defesas... como é que algum de nós pode fazer afirmações consistentes sobre o processo? No máximo, vimos os vídeos de alguém recebendo propina, outro com dólar na cueca, outro sacando milhões na boca do caixa... nosso conhecimento não passa disso. Julgamento não é jogo de futebol para viver de palpite.

Vou começar a defender educação jurídica para que as crianças entendam o que é uma sociedade fundada nas liberdades individuais, no Estado de Direito, na independência do Judiciário, na obrigatoriedade do devido processo legal, no amplo direito de defesa e na responsabilidade individual. Ou é isso ou é a ditadura. A lei é o substituto da força e um pouco de conhecimento sobre o Direito e as leis é de uma utilidade enorme para nossa vida cotidiana.

## 423.468

► JUDICIÁRIO

# Barbosa deverá restringir caráter sigiloso de processos

ações em todo o país aguardam decisão do STF sobre os processos com repercussão geral.

613 processos com repercussão geral aguardam julgamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

a Diretoria Geral do STF. O diplomata Silvio Albuquerque será seu chefe de gabinete. E Flávia Eskhardt da Silva, atual assessora do ministro, ocupará a Secretaria Geral da Presidência.

### Preferência

Além da transparência, outra prioridade de Barbosa a frente do STF será dar maior atenção aos processos com repercussão geral. Essa classificação é dada a processos que, uma vez decididos pelo STF, determinarão a forma como outros tribunais tratarão do mesmo assunto. Atualmente, há 613 processos desse tipo aguardando o julgamento no Supremo. Por consequência, 423.468 estão com o andamento paralisado em tribunais estaduais e federais em todo o país.

Há, por exemplo, 11.149 ações paradas em todo o Brasil aguardando julgamento de um processo no STF sobre a compensação da diferença de 11,98% resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros. Há também 9.013 ações aguardando o julgamento de um processo que discute o dever do poder público de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não tenha dinheiro para comprá-lo.

Outro tema aguardando o veredito do STF é a indenização pedida por servidores públicos pelo não encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos. Há 6.312 processos parados no Brasil sobre o assunto.

Transparência e processos com repercussão geral deverão ser prioridades na gestão do próximo presidente do STF, que toma posse na quinta-feira

Quando assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) na próxima semana, o ministro Joaquim Barbosa vai empunhar a bandeira da transparência. Uma das suas primeiras providências deverá ser derrubar a regra pela qual o sistema de busca do tribunal exibe apenas as iniciais dos investigados em processos, mesmo que não tenha sido decretado sigredo de justiça no caso específico.

O sigredo às avessas foi uma medida da gestão do ex-ministro Cezar Peluso, que se aposentou em agosto, na presidência do STF. Na gestão de Barbosa, todos os processos chegarão à corte em caráter público. Apenas, se for o caso, o relator decretará o sigilo.

Barbosa assumirá o cargo de forma interina, na próxima segunda-feira. No domingo, o atual presidente do STF, Carlos Ayres Britto, completa 70 anos de idade e será obrigado a se aposentar. A sessão de despedida de Ayres Britto foi na última quarta-feira e a posse oficial de Barbosa será na próxima quinta-feira, dia 22.

Para garantir maior transparência à administração do tribunal, Barbosa escolheu Fernando Camargo, um auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), para ocupar

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» INTERNET

## A era da miopia digital

GRACIELLE  
TORRES

“Pergunto aos pais se quando seus filhos dizem que querem dirigir, e ainda não têm idade para isso, se a atitude deles é a de entregar as chaves do carro. A resposta, claro, é sempre que não. Com a internet, o comportamento deveria ser exatamente o mesmo”.

Fabula Wurmeister, da sucursal de Foz do Iguaçu

### ENTREVISTA

GRACIELLE TORRES,  
especialista em Segurança da Informação

**E**m todo o país, estima-se que cerca de 13 milhões de crianças estejam expostas aos perigos da internet. Entre os riscos mais comuns estão o de serem vítimas de pedofilia, pornografia infantil ou *ciberbullying* — o *bullying* praticado na internet. O constante acompanhamento dos pais e responsáveis sobre o conteúdo que os filhos acessam ajuda a reduzir possíveis ataques. Mas a conversa franca aliada ao domínio das novas tecnologias, alerta a consultora em Segurança da Informação e criadora do projeto “Proteja seu Filho na Internet”, Gracielle Torres, são fundamentais no combate a esses tipos de crimes cibernéticos.

**Quais os principais perigos que as crianças e adolescentes correm na internet?**

Pedofilia, pornografia infantil e *ciberbullying*. Com a explosão das redes sociais,

uma das portas de entrada para os ataques são os perfis abertos, por meio dos quais qualquer pessoa pode ter acesso a todo tipo de informação sobre o que esses usuários fazem, principalmente os pedófilos. Essas crianças e adolescentes acessam essas páginas e montam os seus perfis de maneira autôidada, sem tomar cuidados importantes.

**Por que as empresas que controlam as redes sociais não disponibilizam mecanismos de privacidade mais fáceis?**

Os mecanismos de segurança e privacidade estão lá e são até bastante eficientes. Mas a ideia é ter cada vez mais usuários conectados com outros usuários, em uma rede quase sem limites. Se um usuário tiver que perder muito tempo criando essas barreiras, desiste de criar o perfil. Ao restringir o acesso às informações e limitar o número de amigos, a rede não se expande. E isso é o que as empresas não querem.

**O papel dos pais de controlar e saber o que os filhos acessam se torna fundamental para protegê-los...**

Exatamente. Nas palestras e orientações que faço sempre pergunto aos pais se quando seus filhos dizem que querem dirigir e ainda não têm idade para isso a atitude deles é simplesmente a de entregar as chaves do carro. A resposta, claro, é sempre que não. Com a internet, o comportamento deveria ser exatamente o mesmo.

**Os pais estão preparados para monitorar e proteger os filhos?**

Não. Os pais sofrem de uma grave miopia em relação à internet. O resultado de uma pesquisa recente feita com 1.580 pais e crianças mostra que 53% dos responsáveis nem sequer usam a internet. Muitos dizem que sabem o que os filhos fazem na internet, mas não é verdade. Alguns chegam a dizer que não veem qualquer possibilidade de os filhos sofrerem algum tipo de ataque na internet. Temos de vencer essa inércia para ter condições reais de proteger as crianças.

CONTINUA

16 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**Além do esforço dos pais, há outras formas de se blindar contra esses riscos?**

O debate tem de passar pela escola e pelo incentivo do governo. É preciso levar pessoas especializadas às escolas para instruir alunos e professores. Para muitas crianças, os pais controlam porque querem proibir.

**As crianças e adolescentes podem ser tanto vítimas como autores destas perseguições e agressões. Como lidar com isso?**

O importante é informar para elas que não existe diferença entre o mundo real e o mundo virtual. As regras de conduta devem ser as mesmas. É errada a ideia de que no virtual pode tudo. Você mandaria seu filho ou sua filha de sunga ou de biquíni comprar pão na padaria? Certamente não. Mesmo que mandasse, eles estariam menos expostos do que quando um pai coloca uma foto deles na internet, em trajes de banho. A dimensão que isso toma na rede é muito maior. Quanto a crimes que podem ser cometidos pelos filhos, também é preciso ficar atento. O *ciberbullying* - a agressão repetitiva, com o envolvimento de várias pessoas - é o mais comum. O que de início parece uma brincadeira, muitas vezes é mais sério do que parece.

**Quando a criança é vítima de um desses crimes, como os pais devem agir e quem procurar?**

O fundamental é se mostrar presente e oferecer todo tipo de apoio, independente do nível de estrago provocado. Quanto mais sério, mais necessária será a presença dos pais. As consequências psicológicas e os traumas são muito grandes. Outra atitude importante é se municiar o máximo possível de provas que ajudem a levar ao criminoso. Imprimir tudo, conversas, fotos. Depois, procurar o Ministério Público para fazer a denúncia, e o acompanhamento de um advogado e de um psicólogo. É errado pensar que estes criminosos ficarão impunes. Hoje a própria tecnologia permite que qualquer pessoa seja identificada na internet pelo número do IP (Protocolo de Identidade) dos computadores. Há um medo muito grande de exposição por parte das vítimas e dos pais. Mas é preciso denunciar. Só assim os culpados serão punidos.



17 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

BESSA

## NOTA POLÍTICA

### Último ato

**N**o último dia como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Ayres Britto conseguiu aprovar uma proposta para que o Conselho monitore ações judiciais que envolvam a imprensa. A proposta aprovada estabelece a criação do "Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa". O órgão deverá levantar o número de ações judiciais que tratam das relações de imprensa e estudar os modelos de atuação da magistratura em países democráticos. Na prática, o Fórum vai elaborar um banco de dados que permitirá saber os casos em que jornalistas são punidos pela Justiça. O presidente do Fórum sempre será um dos conselheiros do CNJ. Os outros integrantes serão: dois conselheiros e um juiz auxiliar do CNJ, um integrante da OAB, um da Associação Nacional de Jornais (ANJ), um da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), outro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e dois magistrados. Todos precisarão ser indicados pelo presidente do CNJ e aprovados pelo plenário.

### Acarajé e homenagens

A ministra Eliana Calmon, do STJ, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, serão homenageados neste domingo pelo tabelião paranaense Rogério Portugal Bacellar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR). A homenagem ocorrerá durante a abertura do XIV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro, no Hotel Pestana, em Salvador.

### Congresso pode atrasar escolha do substituto de Ayres Britto

**I**A agenda do Congresso pode atrasar a escolha da presidente Dilma Rousseff para a vaga de Carlos Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Luis Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) disse ontem que, apesar da presidente ser "ágil" em suas indicações, desta vez, terá de avaliar a viabilidade de lançar o nome que depende de aprovação em sabbatina e votação no plenário do Senado. Adams afirma que a escolha pode ficar para depois, pois o Congresso tem uma pauta tumultuada com votações de medidas provisórias importantes e o orçamento.

17 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» MENSALÃO

## Associações de juízes rebatem PT e defendem Supremo

■ A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgaram notas ontem defendendo a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão e rebatendo nota divulgada pelo PT, que acusa a corte de ter agido politicamente. As duas associações afirmam que a análise do caso é técnica e que tem a participação de ministros que foram indicados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidente Dilma Rousseff, o que “comprova independência desses ministros em relação a quem os nomeou”.

Para a Ajufe, o julgamento é pautado por “respeito aos princípios constitucionais garantidores de um processo penal justo, especialmente o contraditório e a ampla defesa”, afirma o texto. A Anamatra afirma que o resultado do julgamento é “técnico” e que todos os ministros deram provas “de honradez e correção” durante o julgamento.

### Conquista

A associação diz ainda que o enfrentamento aos crimes do mensalão, como peculato e lavagem, “é uma conquista para sociedade e uma perda importante para essas organizações [criminosas] que pilham o patrimônio público e desfiguram os hábitos da moralidade pública e privada”.

# Dirceu recorre e pede que STF devolva o seu passaporte

Defesa do ex-ministro argumenta que ordem de Joaquim Barbosa para que réus do mensalão entregassem o documento ao Supremo “fere o bom senso”

■ O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu quer seu passaporte de volta. Em recurso — agravo regimental — contra decisão do relator do mensalão, Joaquim Barbosa, a defesa de Dirceu pede a devolução do documento, entregue há oito dias, e o fim da proibição de ausentar-se do país sem prévio conhecimento e autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

O recurso, subscrito pelos criminalistas José Luís Oliveira Lima e Rodrigo Dall’Acqua, é um duro ataque ao relator. Para a defesa, a ordem de Barbosa “fere o bom senso e se afasta das regras que permeiam o Estado Democrático de Direito”.

“Uma decisão cautelar contra 25 réus não pode ser genericamente justifi-

cada pelo comportamento de ‘alguns dos acusados’, sem que sejam individualizados aqueles que adotaram a tal atitude ‘incompatível’. Ora, a Constituição admite que um réu sofra medida cautelar por conta de ‘comportamento incompatível’ adotado exclusivamente por outro acusado? Aí reside gravíssimo equívoco da decisão, genérica porque não individualiza o comportamento de nenhum acusado”, dizem os advogados de Dirceu no documento.

A defesa ainda atribui ao relator “clamoroso desrespeito” ao artigo 5.º, inciso IV, da Constituição, que decreta a liberdade de manifestação do pensamento. Na decisão que determinou a entrega dos passaportes, o ministro disse que réus afrontavam o STF ao dizer que o julgamento do mensalão era político. Essa é uma crítica feita por Dirceu, que classificou a decisão de apreender os documentos de “populismo”. “A decisão [de Barbosa] atinge pilar essencial de nosso Estado Democrático. A crítica a uma decisão judicial não pode, jamais, ser interpretada como uma ‘afronta’”, ponderam Oliveira Lima e

Dall’Acqua. “Segundo nossa Constituição, ninguém pode ambicionar viver somente ao som de aplausos, o espaço para as críticas será sempre preservado.”

## Valério

Na última quarta-feira, Marcos Valério, operador do mensalão, entregou seu mais novo passaporte ao STF. O documento foi repassado um dia após o prazo final dado por Joaquim Barbosa. Em 2005, Valério já havia deixado outro passaporte no Supremo.

Entre os condenados, o deputado Pedro Henry (PP-MT) repassou o passaporte ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-SP), alegando que é um documento diplomático. O ex-deputado Bispo Rodrigues enviou uma manifestação explicando que não está com seu passaporte porque a Polícia Federal apreendeu o documento em uma operação em 2006.

### Caprichos do destino

**A**rticulado e cronometrado, o conjunto de ações do governo e do seu partido em defesa do núcleo político da Ação Penal 470, vulgo mensalão, careceu de igual cuidado em matéria de teor.

Na segunda-feira, o STF decidiu castigar com rigor o ex-ministro José Dirceu — figura emblemática do caso —, incluindo o seu encarceramento por quase dois anos. Na terça, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fez uma candente denúncia sobre as miseráveis condições em que vivem os quase 500 mil presos no país, a terceira maior população carcerária do mundo. Na quarta, o ministro-caçula, Dias Toffoli, sugeriu a conversão em multa das penas que implicassem privação de liberdade. Nesse mesmo dia, em nota oficial, a direção nacional do PT investiu pesadamente contra a suprema corte, contra os paradigmas adotados em suas deliberações e, sobretudo, contra a sua submissão a uma imprensa partidarizada e sensacionalista.

Neste elenco de iniciativas nada surpreendentes, convém destacar o pronunciamento caloroso, humanitário, do ministro Cardozo, que calou fundo e no médio prazo produzirá ações mais eficazes do que a política penitenciária dos governos na última década. Ao contrário dos xiitas do seu partido, o ministro não entrou no mérito do julgamento em curso, não o desqualificou nem contestou o Ministério Público ou o Judiciário, esteios da República. Entre outros méritos, sua fala teve o dom de relembrar a manifestação do antecessor, Tarso Genro, quando em 2005 (em seguida ao assombro causado pelas primeiras revelações do mensalão) teve a ousadia de propor a refundação do Partido dos Trabalhadores.

Legítimo o desconforto do PT e de certas alas do governo federal diante do inédito rigor das condenações; compreensíveis sua perturbação e revolta. Mas, ao investir contra o colégio de magistrados onde milita uma maio-

ria esmagadora de indicados por presidentes petistas, os indignados estão tentando emplacar uma noção de lealdade do tipo “toma lá, dá cá”, não muito distante da corrupção moral.

Embora o ceticismo no tocante ao comportamento da imprensa seja sempre salutar, a nova ofensiva contra a imprensa é absolutamente descabida. Quem está escancarando há mais de 100 dias o circo de horrores contido na Ação Penal 470 é uma emissora estatal, a TV Justiça, cujo sinal é captado e reproduzido integralmente por uma emissora privada, a Globo News. A necessidade de tornar nosso Judiciário mais transparente é antiga reivindicação dos setores mais liberais e progressistas da nossa sociedade, inclusive do PT.

A furiosa arremetida contra o STF parece coisa de ETs, habitantes do mundo da Lua que ignoram a aura de genuína admiração que envolve não apenas o ministro relator Joaquim Barbosa — Zorro sem espada, igualmente idealizado —, mas também os demais ministros e ministras, inclusive o imperturbável revisor Ricardo Lewandowski. Numa sociedade moldada pelas telenovelas, este elenco de sábios voltados para o bem público estabeleceu empatias indelévels.

Os detratores da suprema corte e do ministro relator esquecem que, na próxima quinta-feira, Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a Presidência da República, deverá comparecer à posse de Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar a chefia do Judiciário. Ambos indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contrariados e sinceramente magoados terão de conviver para sempre com o novo capricho do destino.

17 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» TRÂNSITO

## Médico é suspeito de causar acidente

Uma testemunha do processo contra o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de provocar um acidente com duas vítimas fatais em 2009, é suspeita de ter se envolvido em uma batida de carro com uma morte em Florianópolis, Santa Catarina. A colisão entre um Audi e um Pálio, carro no qual estava a vítima fatal, ocorreu na manhã da última quinta-feira, na Avenida Luiz Boiteux Piazza. De acordo com informações do 7ª Delegacia de Polícia de Florianópolis, o acidente ocorreu por volta das 7 horas e um dos ocupantes do Pálio, identificado como Sérgio Souza, 53, morreu no local. O outro, ainda segundo a polícia, teria quebrado a perna. Testemunhas do acidente teriam identificado o condutor do veículo importado como o cardiologista Eduardo Missel, que atua em Curitiba. O médico teria fugido do local sem prestar socorro às vítimas. Segundo relato do sobrevivente, ele apresentava sinais de embriaguez.

No boletim de ocorrência, o médico afirma que deixou o local por temer a reação dos populares. Ele também nega que estava sob efeito de álcool.

Missel é testemunha no caso de Carli Filho. Em maio de 2009, o ex-deputado se envolveu em um acidente que matou os jovens Gilmar Rafael Souza Yared, 26, e Carlos Murilo de Almeida, 20. Segundo testemunhas, ele estava em alta velocidade e embriagado. De acordo com o advogado criminalista Elias Mattar Assad, que defende a

família Yared, Missel depôs em juízo sobre o caso. "Ele disse que estava com Carli Filho em um restaurante antes do acidente e que teriam tomado vinho. Disse ainda que aconselhou Carli a não dirigir", afirma Assad.

Segundo a polícia de Florianópolis, Missel ainda é apenas "suspeito" e mais informações sobre o caso serão divulgadas apenas na segunda-feira. A reportagem entrou em contato com a clínica onde Missel trabalha, mas, segundo a secretária do local, o médico só retornaria na próxima semana.

17 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

## Doenças graves e isenção fiscal

DE OLHO  
NO LEÃO

**A** legislação assegura isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por acidentes em serviço e os percebidos por doenças graves. Estão abrangidas as seguintes moléstias: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada.

O benefício é concedido mesmo que a doença tenha sido adquirida depois da aposentadoria.

### Alcance

A isenção tem abrangência geral e é permanente, sem indagar a atividade anteriormente exercida pelo aposentado ou reformado ou o local e data onde tenham contraído as doenças e alcança eventuais complementações pagas por antigos empregadores.

### Como proceder

A isenção, uma vez confirmada, a doença pela medicina especializada, deve ser requerida e

comprovada junto à fonte pagadora dos rendimentos, evitando-se, de imediato, os descontos mensais do Imposto de Renda.

Se a doença já existia anteriormente à aposentadoria, o interessado poderá requerer à Receita Federal repetição dos valores descontados indevidamente. Nesse caso, também é necessário que a moléstia seja comprovada por perícia oficial. O direito retroage até os últimos cinco anos, nada impedindo que os interessados retifiquem as declarações anteriores para a recuperação do IR pago indevidamente.

### Pensões

A isenção alcança os valores recebidos a título de pensão, quando o beneficiário for portador de uma das doenças acima referidas, exceto a decorrente de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão.

Também são isentos os valores referentes a pensão alimentícia e complementação de pensão paga por entidade de previdência privada.

### Causa da aposentadoria

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a causa da aposentadoria, uma vez ignorada a doença de que já era portador o aposentado, pode ser revista e modificada. Segundo esse julgamento, a isenção do IR, em favor dos inativados por moléstia grave, tem como objetivo diminuir o sacrifício do aposentado, aliviando os en-

cargos financeiros relativos ao tratamento. Não se considera, por isso, rendimento tributável o provento da aposentadoria por um cardiopata, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma (a decisão versou sobre servidor público).

### Outros rendimentos

O destacado professor Octavio Campos Fischer, reconhecendo a importância da isenção em comento, observa, em brilhante artigo publicado na edição nº 33 de Cadernos Jurídicos da OAB/PR, que há uma distorção na disciplina legal sobre o assunto, porquanto, "incompreensivelmente, para não dizer insensivelmente, excluiu de forma arbitrária contribuintes em situações similares: contribuintes que possuem moléstias graves, mas cujos rendimentos não derivam de aposentadoria. Afinal, neste quadro normativo, pode-se ter uma pessoa que possua rendimentos de alugueres, que nunca pode trabalhar justamente em razão de uma moléstia grave, mas que, infelizmente, será tributado."

Segundo o jurista paranaense, o legislador "deve ter para si que não podem ser adotadas ações afirmativas tributárias que, no seu próprio conteúdo, atentem contra o princípio da igualdade, provocando efeitos colaterais indesejados."

18 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» APOSENTADORIA

## O ministro poeta deixa o Supremo

Autor de cinco livros de poesia e adepto de um tom conciliador e humanista, Ayres Britto despede-se do Judiciário ao completar 70 anos

Poeta, autor de cinco livros de poesia, místico, praticante de meditação, compositor de música que toca viola. Vascaíno, que na infância sonhava em ser jogador de futebol. Essas são algumas das credenciais de Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, ministro que presidia o Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até a semana passada. Como Ayres Britto completa hoje 70 anos, o ministro teve decretada a aposentadoria compulsória, como manda a Constituição Federal. Na próxima quinta-feira, dia 22, o ministro Joaquim Barbosa será empossado como o novo presidente do STF.

Ayres Britto se destacou no exercício das funções das altas cortes de Justiça do país por adotar um tom conciliador, humanista e temperar seus discursos com toques de poesia. "A Constituição rima Erário com sacrário", disse, em seu discurso de posse como presidente do STF, depois de discorrer sobre como a função pública é sagrada.

"É o nosso lado emocional, feminino, artístico, amo-

roso, sensível, corajoso, por saber que quem não solta as amarras desse navio de nome coração corre o risco de ficar à deriva é no próprio cais do porto", declamou, na mesma ocasião, explicando como funcionava o lado direito do cérebro, mais emotivo e endossando o quanto o usava para as questões jurídicas.

Pouco antes da última sessão do STF presidida por Ayres Britto, na última quarta, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, afirmou que o ministro "deixa a todos um legado de como podemos ser humanos mesmo julgando".

### Mensalão

Foi sob a presidência de Ayres Britto que a corte começou a julgar um dos processos mais complexos já apreciados pela STF — a Ação Penal 470, mais conhecida como o caso do mensalão. O julgamento, que começou em 2 de agosto, ainda está na fase de cálculo das penas dos condenados e Britto sai do STF sem finalizar o processo. Durante o julgamento, teve por diversas vezes que apaziguar crises internas entre os colegas ministros, que protagonizaram desentendimentos.

Para Ayres Britto, o julgamento do mensalão foi estritamente técnico, ao contrário do que a direção nacional do PT afirmou em nota. "Acho que o Supremo julgou com toda a técnica. O Supremo não inovou em nada. É que esse caso é inédito. O novo é o caso. É incomparável, não há nenhum igual. Nunca se viu um caso com 40 réus no pon-

to de partida das coisas, com imputação de tantos crimes, imbrincamento disso, 600 testemunhas. O caso é que é inédito", declarou à imprensa na semana passada.

Além do mensalão, a gestão de Ayres Britto à frente do STF foi marcada pelo julgamento de outros temas de grande relevância, como a constitucionalidade das cotas raciais e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

**CONTINUA**

## “Só tem futuro político quem compreender que estamos vivendo esta era em que nada durante muito tempo pode se passar às escondidas.”

Carlos Ayres Britto, em sua última sessão plenária do STF na quarta-feira passada.

*“Retornava eu de um almoço domingueiro, aqui em Brasília, na companhia da minha mulher e de um dos meus filhos, quando encontrei ao lado do nosso automóvel um homem que aparentava de 30 a 35 anos de idade. Apresentou-se como guardador de carros, mas eu já o conhecia, meio à distância, como morador de rua. Já o vi mais de uma vez, com uma rede estendida sob as árvores, a embalar o abandono dele. E assim me dirigiu a palavra: ‘ministro Ayres Britto, como o senhor vê, estou aqui tomando conta do seu veículo para que ninguém danifique o patrimônio da sua família’. Eu agradei àquele homem que me conhecia até pelo nome e procurei nos bolsos algum trocado para recompensá-lo. Em vão. Nenhum dos três membros da família Britto portava dinheiro, nem graúdo nem miúdo. Disse então ao meu educado interlocutor: ‘como o senhor percebe, desta feita vou ficar lhe devendo’. Ele me fitou diretamente, profundamente, nos olhos e, altivo, respondeu: ‘ministro, o senhor não me deve nada. O senhor não me deve nada, ministro; basta cumprir a Constituição.’”*

**História contada pelo ministro Ayres Britto quando assumiu a presidência do STF em 19 de abril deste ano**

### BIOGRAFIA

#### Ayres Britto destaca decisão que derrubou Lei de Imprensa

Em entrevista ao Jornal das Dez da Globo News, Carlos Ayres Britto afirmou que a decisão mais importante da sua trajetória no Supremo foi a derrubada da Lei de Imprensa, em 2009. O ex-ministro foi relator do processo, que determinou a inconstitucionalidade da norma, editada em 1967, durante a ditadura militar.

“Pela liberdade de imprensa ocorre no país o que há de mais importante, mais essencial, quem quer que seja pode dizer o que quer que seja. Responde pelos excessos que cometer, mas não pode ser podado por antecipação. Ou seja, não é pelo medo do uso, pelo medo do abuso, não é pelo temor, pelo receio do abuso que se vai proibir um uso. A liberdade de expressão está na linha de largada da democracia, e a democracia, que é o princípio dos princípios da Constituição de 1988, é a menina dos olhos da Constituição”, declarou Ayres Britto na Globo News.

Ayres Britto nasceu em 18 de novembro de 1942, no Sergipe. Foi nomeado ministro do STF em 2003, indicado pelo então presidente Lula. Assumiu a vice-presidência da casa em 2010 e em abril deste ano tomou posse como presidente.



18 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## Mensalão inova Poder Judiciário

¶ O julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF) serve não apenas como um marco da história política do Brasil, mas também abre novos paradigmas para o Poder Judiciário. Lavagem de dinheiro, condenação sem o chamado ato de ofício, gestão fraudulenta e a dosimetria das penas foram algumas das questões discutidas durante o processo. Temas que suscitaram divergências entre os ministros e cuja interpretação pode abrir novos precedentes para julgamentos futuros.

Em uma conferência anticorrupção, ocorrida no dia 7 em Brasília, o ministro da Controladoria Geral da União (CGU) Jorge Hage apontou algumas inovações geradas pelo processo do mensalão. “Embora alguns tenham pretendido fechar os olhos a isso, não há como negar que o Supremo inovou em uma série de teses, como na do domínio do fato, e em questões que se referem à validade da obtenção de provas na fase pré-processual, isto é, nas investigações policiais ou parlamentares”, afirmou.

Outra polêmica levantada pelos ministros do STF foi a decisão de condenar por corrupção sem exigir ato de ofício, o ato praticado por servidor público dentro de suas atribuições. No caso do mensalão, houve o entendimento de que o ato de corrupção aconteceu mesmo sem formalidade. “Não há como alegar desconhecimento de operações que envolveram milhões. Mesmo não trabalhando com provas concretas, havia indícios efetivos de que os fatos ocorreram”, diz o advogado criminalista David Rechulski.

Para o promotor de Justiça Fábio Guaragni, a principal inovação trazida pelo julgamento do mensalão diz respeito às penas. Nas sentenças, deixou-se de estabelecer as penas mínimas para impor punições acima da média dos processos criminais. “Há situações em que a pena mínima é correta, mas na maioria das vezes não se faz diferenciação entre esses casos. O Supremo está quebrando um modo cotidiano de proceder, que pode servir de baliza para uma reforma”, avalia.

Candidato único à presidência da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Juliano Breda resalta que o STF deu uma interpretação bastante ampla para o crime de lavagem de dinheiro. Em entrevista recente à *Gazeta do Povo*, Breda afirmou que bastou a ocultação da origem dos recursos ilícitos por parte dos deputados envolvidos para caracterizar esse tipo de crime. Segundo Breda, a partir da nova lei de lavagem e da interpretação dada pelo STF, pode-se dizer que se está diante de um novo direito penal.

### NOVAS INTERPRETAÇÕES

Conheça algumas das mudanças de entendimento legal feitas pelos ministros no julgamento do mensalão:

#### Lavagem de dinheiro

» Havia o entendimento de que o recebimento do dinheiro público configurava apenas uma continuação do crime de corrupção passiva. No caso do mensalão, a maioria dos ministros entendeu que o ato de receber dinheiro público e ocultá-lo configurou o crime de lavagem.

#### Ato de ofício

» O ato de ofício é produzido pelo administrador no exercício da função, mesmo quando não provocado. Se antes os tribunais consideravam a comprovação por documentos formais, dessa vez o STF entendeu que solicitar vantagem usando da autoridade já caracteriza o ilícito.

#### Dosimetria das penas

» As sentenças do STF estão sendo estabelecidas conforme a graduação dos culpados, o que não é comum nos processos criminais. Uma prática usual é o estabelecimento de penas mínimas sem grande diferenciação entre os casos.

#### Obtenção de provas

» Ao considerar o uso de provas indiretas, o STF inovou na condenação de réus pelo crime de colarinho branco. Em alguns processos na área administrativa os indícios já são considerados suficientes para estabelecer condenações.

18 NOV 2012

# O PT se GAZETA DO POVO desmascara

Em nota, o partido defende o *modus operandi* mensaleiro e se declara juiz do Judiciário

**A** nota divulgada na quarta-feira pela Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores preocupa qualquer brasileiro que tenha o mínimo compromisso com o Estado Democrático de Direito. Seu teor não chega a ser totalmente inédito, pois já corria na boca de líderes partidários e dos mensaleiros petistas recentemente condenados pelo Supremo Tribunal Federal — José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e João Paulo Cunha. Mas, se aquelas ainda podiam ser vistas como declarações de cunho pessoal, agora é o partido que, de forma oficial, faz ao mesmo tempo uma defesa do *modus operandi* mensaleiro e uma autêntica declaração de guerra ao Judiciário. A nota assusta tanto pelo que diz claramente quanto pelo que deixa implícito.

O julgamento do mensalão ofereceu ao PT uma chance única: a de reconhecer erros e mudar seu rumo. No entanto, o partido fez a escolha radicalmente oposta, confirmada de forma inequívoca pela nota. Ao defender de forma tão veemente os seus membros condenados pelo Supremo; ao negar o desvio de verba pública para compra de apoio parlamentar, apesar de todas as evidências reunidas pela Procuradoria-Geral da República; ao afirmar quase com candura que se tratou apenas de caixa dois, o PT anuncia aos quatro ventos que valida a atuação dos mensaleiros; que, apesar de apanhado, não se arrependeu. Enfim, o partido se revela completamente tolerante com a corrupção, desde que sirva a seu projeto de poder.

Como não poderia deixar de ser, a nota evoca os avanços sociais obtidos nos governos de Lula e Dilma Rousseff: “28 milhões de pessoas deixaram a miséria extrema e 40 milhões ascenderam socialmente”, afirma o documento. Fica escancarada, assim, a tentativa de usar as conquistas sociais como carta branca para ilícitos, como se o sucesso no combate à pobreza pudesse desculpar ou se sobrepor a atos de corrupção. O PT, assim, ressuscita a mística do “rouba, mas faz”, tornada famosa por Paulo Maluf, o mesmo que o ex-presidente Lula reverenciou recentemente, em busca de apoio para a eleição de seu pupilo Fernando Haddad em São Paulo. Nesse contexto, a nota de defesa dos mensaleiros aparece como uma continuação daquela foto que já entrou para a história política brasileira.

A hostilidade ao Judiciário também atinge novos níveis com o documento do PT. A expressão não aparece na nota, mas todo o seu texto afirma que o STF fez um julgamento de exceção: sem isenção, sem amplo direito de defesa, com “arbitrariedades”, condenando sem provas, instaurando “um clima de insegurança jurídica no país” — essas, sim, palavras tiradas da nota. Julgamentos de exceção são característica de regimes não democráticos, de onde se conclui que, para o PT, o STF traiu a democracia brasileira ao condenar os mensaleiros. Não é uma acusação simples, e precisa de provas irrefutáveis, que a nota do PT não ofereceu.

“O PT envidará todos os esforços para que a partidarização do Judiciário, evidente no julgamento da Ação Penal 470, seja contida”, diz a nota, escancarando a arrogância de um partido que pretende ser o juiz do Judiciário. Que “esforços” serão esses para “conter” a “partidarização” do STF? O documento dá uma pista: “Conclamamos nossa militância a mobilizar-se em defesa do PT”. Em junho, José Dirceu já havia pedido uma “batalha travada nas ruas”, que só foi adiada graças ao período eleitoral, dias nos quais o PT manteve-se em silêncio estratégico para não atrapalhar suas candidaturas. Talvez botar a militância na rua, apoiada por entidades satélites como a CUT e a UNE, seja o ideal petista de uma “alternativa não partidária”... a não ser que se parta para tentativas alopradas de controle do Judiciário, como a comissão que o setorial jurídico do PT propôs em agosto, para acompanhar o julgamento do mensalão e evitar “atentados à democracia”, e que o partido queria jogar nas costas da OAB.

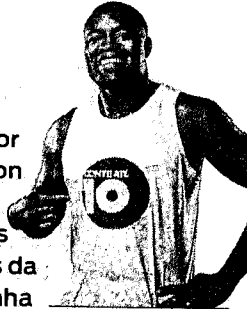
A nota acusa o STF de criminalizar o PT, como se o partido estivesse no banco dos réus. Os acusados, bem sabemos, eram alguns de seus membros, não a instituição — por mais importantes que sejam Dirceu, Genoíno, Delúbio e Cunha no organograma petista. Mas, ao defender os mensaleiros, é o próprio partido que veste a carapuça, se coloca em uma posição delicada e fica sujeito à crítica daqueles que defendem a ética e o Estado Democrático de Direito. Neste espaço, por ocasião da anistia que o PT pretende conceder aos mensaleiros condenados, ao arrepio do estatuto partidário, criticamos o silêncio dos petistas honrados. A mesma situação se apresenta agora: calar é consentir. Os militantes éticos precisam, o quanto antes, se manifestar de forma veemente; do contrário, estarão se portando como cúmplices da pretensão totalitária que o partido demonstrou na semana passada.

18 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## MP lança a campanha "Conte até 10" no Paraná

O lutador Anderson Silva é uma das estrelas da campanha



O Ministério Público do Paraná faz na próxima segunda-feira o lançamento regional da campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude". Criada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, a campanha tem o objetivo de combater os homicídios ocorridos por motivos banais. O lançamento no estado será às 10 horas, no Colégio Estadual Aníbal Khury Neto, no bairro Uberaba, em Curitiba.

## Polícia abrirá inquérito contra médico testemunha de Carli

Um inquérito policial será aberto, na próxima segunda-feira, para apurar a responsabilidade do cardiologista Eduardo Missel no acidente que ocorreu na manhã da última quinta-feira, em Florianópolis (SC). A colisão matou Sérgio Souza, 53 anos, que estava no Pálio atingido pelo Audi do médico. Segundo a Polícia Civil de Santa Catarina, Missel deverá ser indiciado. Ainda não está confirmado se a natureza será dolosa (quando há a intenção de matar) ou culposa. Missel se apresentou à polícia 13 horas após o acidente. Ele negou que dirigia alcoolizado e em alta velocidade, contrariando a informação da vítima sobrevivente. O cardiologista é testemunha no processo contra o ex-deputado Carli Filho, que em 2009 se envolveu em um acidente com duas mortes.

## Em alta

### Ayres Britto

Deixa o Supremo Tribunal Federal (STF) bastante elogiado devido à sua atuação como presidente da corte: como completa 70 anos neste domingo, Britto teve de aposentar compulsoriamente. Ainda não há definição de quem será indicado para o seu lugar.

## Secreto

O ministro Joaquim Barbosa, que assume a presidência do Supremo na próxima quinta-feira, tirou uma folga no feriado para participar de um casamento em Natal, no Rio Grande do Norte. Discreto, fez check-in em um hotel de luxo na capital potiguar usando o nome Joaquim Gomes. Somente quando tomava café da manhã, na sexta-feira, foi reconhecido por funcionários.

**"Vou fazer uma gestão com muita clareza, muita simplicidade e transparência. Só isso."**

Joaquim Barbosa, ministro do STF e próximo presidente da corte, sobre como será seu mandato no comando do Supremo.

## ENCONTRO

### 1 ciclo de palestras jurídicas do Sindipar

- DATA: 22 de novembro (das 14 às 17 horas).
- TEMAS: Assédio moral e sexual e responsabilidade civil médico-hospitalar.
- LOCAL: Sesc Foz do Iguaçu. Av. Tancredo Neves, 222.
- INSCRIÇÕES: [palestras@fmem.adv.br](mailto:palestras@fmem.adv.br)
- INFORMAÇÕES: (41) 3254-1772 ou [www.fehospar.com.br](http://www.fehospar.com.br)

**Áli HADDAD**  
**Eleições na OAB: A**  
**missão constitucional**  
**da advocacia**

**GAZETA DO POVO**  
**19 NOV 2012**

**T**rascorridos quase três anos desde o último pleito, neste mês de novembro todas as Seccionais da OAB estarão realizando eleições para renovação de seus dirigentes. Serão eleitas as novas diretorias, o Conselho Estadual, os dirigentes das Caixas de Assistência dos Advogados, os representantes estaduais no Conselho Federal e, no âmbito das Subseções, da mesma forma, as Diretorias e Conselhos, onde existirem. Incumbido de presidir a Comissão Eleitoral, agora pela terceira vez, dirijo-me aos colegas advogados e à sociedade em geral, dada a importância de que se revestem as eleições da Ordem, em razão do que representa a instituição no contexto nacional.

Há muito a OAB deixou de ser meramente órgão representativo da classe dos advogados, passando a ser, até por exigência da própria sociedade, guardiã da defesa dos direitos e garantias constitucionais do cidadão. É preciso destacar que a advocacia é a única profissão liberal citada expressamente na Constituição Federal, o que lhe confere grande responsabilidade social. O artigo 133 da Magna Carta dispõe que "o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei". É justamente em razão da importância conferida à advocacia que a OAB exerce papel fundamental na defesa da cidadania e da democracia.

Por outro lado, é inegável a importância do advogado no processo de humanização de uma nação, especialmente em países como Brasil, onde há carência de todo tipo de justiça, justamente porque a formação humanística permite ao advogado conhecer a alma humana, o que faz que o profissional do Direito aprenda a não julgar seu semelhante, mas garanta a ele julgamento justo.

É preciso, também, lembrar que a advocacia, por meio da Ordem, tem bandeiras histó-

ricas na luta pela democracia, pela liberdade e pelos direitos humanos no Brasil. Exatamente por ser histórica é que se renova a cada gestão, a qual deverá, independentemente de grupos ou ideologias, manter e fortalecer a valorização profissional, a adequação do mercado de trabalho e o respeito às prerrogativas do profissional advogado consignadas no artigo 7.º do Estatuto. Entre elas, a inviolabilidade do local de trabalho, dos arquivos e da correspondência do profissional. A Lei da Inviolabilidade veio ratificar o que o Estatuto da Advocacia e a Constituição Federal já estabelecem.

Essas breves considerações buscam trazer à reflexão a importância deste pleito, principalmente aos colegas mais jovens e aos que votarão pela primeira vez. Apesar de as eleições da OAB em todo o país não contarem com urnas eletrônicas, em razão da impossibilidade do TSE em cedê-las, sua falta não tirará o brilho do evento, para o qual estarão voltados os olhos da sociedade. E, certamente, com o esforço das Comissões Eleitorais das Seccionais se trará a lume o resultado em tempo hábil, com transparência e segurança.

Portanto, independentemente da disputa natural e em se tratando de colégio eleitoral qualificado, espera-se que, mais uma vez, as nossas eleições se constituam em oportunidade de confraternização entre a classe e se transforme, aos olhos do Estado e da nação, em exemplo de ordem e culto à democracia.

**Áli Haddad**, advogado em Curitiba, é membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB Paraná, onde preside a 4.ª Turma Julgadora, e presidente da Comissão Eleitoral da OAB Paraná.

19 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

NOVOS DIRIGENTES

## OAB-PR faz eleição hoje

A Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR) escolhe hoje as novas diretorias e os novos conselhos da Seccional e das 47 subseções do estado. Também será definida a delegação para o Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. As eleições acontecem simultaneamente em outros oito estados brasileiros. O pleito nos 15 estados restantes será realizado nos próximos dias.

Os cerca de 38 mil advogados paranaenses devem escolher os novos dirigentes entre 9 e 17 horas. Em Curitiba, a votação acontece no pavilhão de exposições do Parque Barigui e, no interior, nas sedes das subseções ou em outros locais designados. Para votar, os advogados devem ter regularizada a situação financeira na seccional em que estão inscritos. O resultado deve ser conhecido ainda hoje.

Apenas 13 das 47 subseções da OAB do estado terão disputa entre duas chapas. Nas demais, as eleições são em chapa única. Isso ocorre também com a presidência da seção paranaense da Ordem. A chapa XI de Agosto é encabeçada por Juliano Breda, hoje secretário-geral da OAB-PR e, automaticamente, o novo presidente do órgão entre 2013 e 2015. Apesar da falta de concorrência, o voto é obrigatório.

A chapa única perdeu apenas uma eleição para a presidência da OAB-PR desde o início dos anos 1970. "Há uma preocupação em renovar a composição da chapa a cada gestão e um consenso interno para não permitir reeleições", argumenta Ali Haddad, presidente da comis-

são eleitoral da OAB-PR.

Dos 85 candidatos a conselheiros estaduais da XI de Agosto, 51% não integram a atual gestão. No Conselho Federal, dos seis candidatos, cinco são novos. O grupo tem 26 advogadas, o que, de acordo com assessoria da chapa, seria a maior participação feminina da história da Ordem.

### PERSPECTIVAS

Candidato único à presidência da OAB-PR, Juliano Breda, mestre e doutor em Direito das Relações Sociais pela UFPR, destaca as questões que a entidade deve assumir durante seu mandato:

#### Novos códigos

» Participação nas discussões em torno dos novos Códigos de Processo Civil (CPC) e Penal no Congresso Nacional.

#### Advocacia forte

» Valorização dos advogados paranaenses, sobretudo na questão da remuneração.

#### Ações sociais

» Promover campanhas de temas relevantes à sociedade, como acessibilidade, igualdade de gêneros, saúde pública e liberdade de imprensa.

#### Transparência

» Controle da gestão pública, no combate à corrupção e na busca por maior transparência dos órgãos.



Eleição de Breda na OAB-PR deve ser confirmada hoje.

# 19 NOV 2012

## GAZETA DO POVO

### COLUNA DO LEITOR

#### **Infrator reincidente poderá ficar internado até os 26 anos de idade**

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou no último dia 7 proposta que eleva de 21 para 26 anos a idade limite para a soltura do adolescente infrator, reincidente em qualquer tipo de crime, condenado à medida socioeducativa de internamento, nos termos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O texto aprovado é um substitutivo do deputado Enio Bacci (PDT-RS) ao projeto de lei do deputado Hugo Leal (PSC-RJ). A proposta original previa apenas a elevação da idade, sem a necessidade de ser reincidente. O projeto segue para as comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para a apreciação do Plenário.

#### **Ayres Britto**

Que bom seria se esse grande magistrado não fosse pego pela regra constitucional que determina a aposentadoria compulsória aos 70 anos. Milhões de brasileiros gostariam que Ayres Britto ficasse mais tempo no STF. Todos aqueles que optam pelo caminho da retidão enxergam na pessoa de Ayres Britto um homem completo.

Jeovah Ferreira, Taquari - DF

#### **PALESTRA**

##### **Encontro para uma adoção consciente**

- > **DATA:** 24 de novembro (às 15 horas).
- > **TEMA DO MÊS:** relações familiares sob a ótica da adoção.
- > **PALESTRANTES:** Sônia Maria Barcellos Siqueira.
- > **LOCAL:** Colégio Dom Bosco. Rua Sete de Setembro, 5.760.
- > **INFORMAÇÕES:** (41) 3353-7895.

19 NOV 2012

GAZETA DO POVO

# Barbosa assume STF sob holofotes

Temperamento e popularidade são incógnitas na futura gestão do ministro

Embalado pela popularidade como relator do processo do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa toma posse na quinta-feira como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O prestígio nas ruas, no entanto, contrasta com os problemas de relacionamento interno na corte. Nos últimos quatro anos, ele teve desentendimentos públicos com quatro colegas, César Peluso (aposentado em agosto), Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski.

Com Lewandowski, revisor do mensalão, a maioria dos conflitos aconteceu porque Barbosa discordou de votos pela absolvição dos réus. Nos diversos bate-bocas em plenário, o relator fez declarações ríspidas sobre o posicionamento do colega e chegou a dizer que ele parecia trabalhar para a defesa dos acusados. Em brigas anteriores ao julgamento, havia dito que não era um "capanga" de Gilmar Mendes e acusou Peluso de manipular julgamentos.

"É preocupante que ele ocupe a presidência da mais alta corte do país achando que é dotado de superpoderes", avalia a coordenadora do Núcleo de Constitucionalismo e Democracia da Universidade Federal do Paraná, Vera Karam Chueiri. Para a professora, a popularidade atribuída a Barbosa é questioná-

vel. "Acho que a legitimidade que ele adquiriu foi gerada pela mídia, mas não pelo conjunto da sociedade."

Como presidente do STF, Barbosa terá a responsabilidade de gerir o Poder Judiciário, tanto administrativamente quanto na relação institucional com o Executivo e o Legislativo. Na semana passada, ele fez os primeiros gestos de "boa vizinhança" ao levar convites para a cerimônia de posse à presidente Dilma Rousseff e aos presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS); e do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O padrão de convivência com os demais poderes, contudo, é outra dúvida.

O professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília Juliano Zaiden Benvindo alerta para uma tendência de entendimento de que o STF pode agir como um poder acima dos demais. "É um grande drama querer acreditar que as cortes constitucionais têm o papel de salvaguardas da nação. É um desastre político", diz.

Segundo Benvindo, há uma linhagem de ministros que entende o Supremo como "superego" da sociedade. Nesse grupo, estaria Barbosa; o decano da corte, Celso de Mello; e Gilmar Mendes. O professor cita casos de ativismo judicial anteriores ao mensalão, como nas discussões sobre fidelidade partidária e nepotismo, quando o STF tomou decisões que avançaram sobre papel legislador do Congresso Nacional.

Barbosa será também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que tem o poder de fiscalização das instâncias inferiores do Judiciário. Sob o ponto de vista administrativo, Benvindo diz que é difícil de prever como será a gestão do ministro. "Há ministros histriônicos no plenário que tiveram uma condução muito sóbria e elogiada na administração do Judiciário. É cedo para dizer se o temperamento dele pode interferir nesse aspecto."

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

19 NOV 2012

## FUNÇÕES

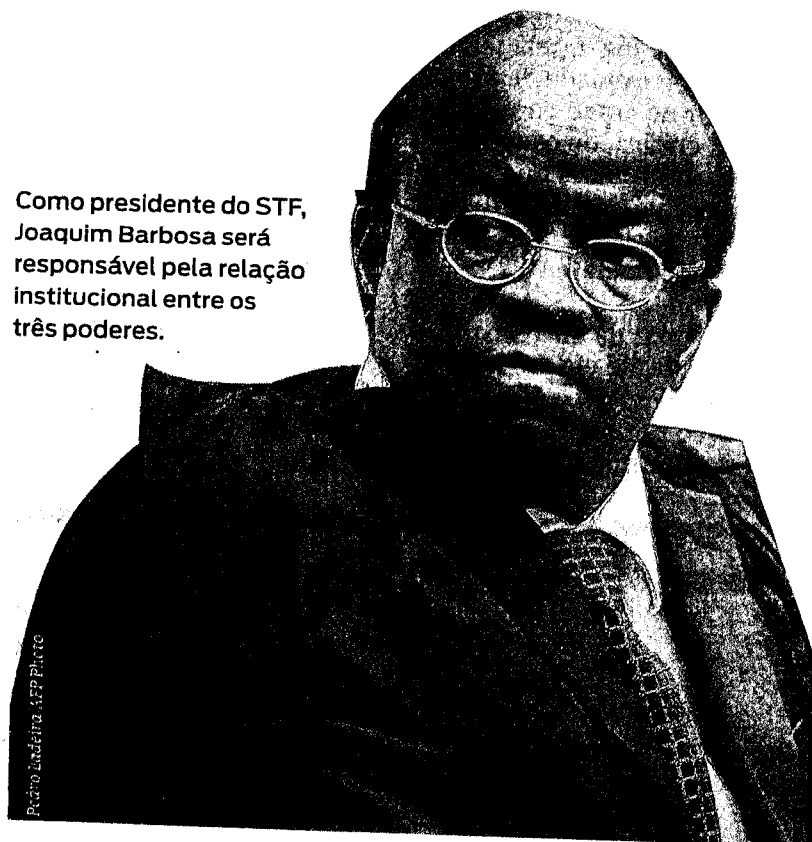
### **“Super-relator” poderá ter voto de minerva em recursos do mensalão**

A convergência das funções de presidente do STF e de relator do mensalão pode levar Joaquim Barbosa a desempatar os possíveis recursos de 16 dos 25 réus condenados na ação penal 470. Esses acusados tiveram pelo menos quatro votos pela absolvição e, por isso, têm direito a entrar com embargos infringentes para rever a decisão da corte – como no caso do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu considerado culpado por formação de quadrilha por 6 a 4. A decisão sobre esses recursos deve ocorrer no final do primeiro semestre de 2013. “Até lá, a composição do STF

deve estar completa”, diz o professor de Direito Penal da PUCPR Rodrigo Rios. Nos próximos dias, a corte deve receber os substitutos de Cezar Peluso, Teori Zavascki; e de Carlos Ayres Britto, que ainda não foi indicado pela presidente Dilma Rousseff.

Com o quadro completo de 11 ministros, é comum que o presidente do tribunal tenha o voto decisivo ou se abstenha. Uma das soluções seria a substituição temporária de Barbosa no cargo de presidente do tribunal pelo decano Celso de Mello durante as sessões restantes de julgamento do mensalão. Ainda não há acordo sobre essa possibilidade e há retrospecto de processos em que o presidente permaneceu como relator

**Como presidente do STF, Joaquim Barbosa será responsável pela relação institucional entre os três poderes.**





15 NOV 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Fórum de Londrina**

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Miguel Kfoury Neto, já assinou a ordem de serviço dos projetos complementares da construção do Fórum Criminal de Londrina. O terreno que fica na rua Presidente Arthur da Costa receberá um novo edifício, com oito pavimentos e três subsolos. Assim subirá para 46 mil metros quadrados a área destinada ao trabalho dos magistrados. O projeto foi desenvolvido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do próprio TJ.

# 15 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Negado recurso no caso do Morro do Boi

**Londrina** - O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) negou à defesa do acusado pelo crime do Morro do Boi o prosseguimento de um recurso sobre o caso. A decisão, de segunda-feira, é do desembargador Ivan Bortoleto, vice-presidente do tribunal. Com isso, e as possibilidades limitadas de um recurso em Brasília, o caso é dado como encerrado pela acusação.

A pena foi mantida em 65 anos e 5 meses para Juarez Ferreira Pinto. No crime que aconteceu no Balneário de Caiobá, em Matinhos (Litoral), em 2009, o jovem Osiris Del Corso, de 22 anos, foi morto e a namorada, Monik Pegorari de Lima, 23, perdeu o movimento das pernas. A jovem realiza, desde 2009, sessões de fisioterapia e tratamento médico para voltar a andar.

O advogado de acusação, Elias Mattar Assad, considera o caso encerrado. Assad explica que agora a defesa do condenado só tem a possibilidade do pedido de agravo, que analisa se a decisão do TJPR foi ou não correta. Por isso, ele considera que será difícil dar prosseguimento ao processo.

“Nós consideramos que não há nenhuma violação à lei na decisão do desembargador (do TJPR). Não há falhas na decisão”, argumentou. O acusado pelo crime foi condenado em 2010 por latrocínio contra Osiris e tentativa de latrocínio contra Monik. Ele respondeu o processo na prisão.

O advogado de defesa do acusado, Cláudio Dalledone, considerou precipitada a opinião da acusação e disse que a defesa do réu já sabe quem seria o real autor do crime. Além do agravo em Brasília, o advogado diz que vai entrar com um pedido de revisão criminal no TJPR.

1 5 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Absolvidos acusados de jogar camarônês ao mar

**Curitiba** - Os cinco acusados de tortura e tentativa de homicídio contra o camarônês Wilfred Happy Ondobo foram absolvidos na noite de terça-feira, durante julgamento no Tribunal do Júri do Estado do Paraná, em Paranaguá (Litoral).

Os tripulantes Ihsan Sonmezocak, Mamuka Kirkitadze, Orhan Satilmis, Ramazan Ozdamar e Zafer Yildirims, que ficaram sob liberdade vigiada por quase quatro meses, receberam os passaportes logo após o veredito e foram liberados.

Os sete jurados acataram a tese da defesa, que negou que os tripulantes tivessem encontrado Ondobo a bordo. Para a Justiça, o camarônês se contradisse várias vezes. Em uma delas, chegou a dizer que desceu do navio por uma escada de cordas, sendo que até então alegava ter sido arremessado ao mar.

Ainda segundo a JFPR, a denúncia de tortura também não pôde ser provada, já que o camarônês não apresentava nenhuma lesão corporal quando foi encontrado pelo navio chileno, no dia 28 de junho.

Com a decisão, Wilfred Happy Ondobo será repatriado. De acordo com a JFPR, porém, ainda não há previsão de quando será o retorno dele a Camarões.

### Clandestino

No dia 16 de junho, Ondobo Happy Wilfred ingressou clandestinamente no navio MV Seref Kuru, no Porto de Douala, em Camarões. Ele permaneceu escondido embaixo do motor de guindaste de trigo do navio por oito dias.

Wilfred disse que foi submetido a atos de violência e lançado ao mar sobre um estrado de madeira. Aproximadamente 13 horas depois, foi resgatado por um navio chileno.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

15 NOV 2012

## Contra a corrupção

O Ministério Público Democrático (MPD) lançou uma nova campanha de combate à corrupção. Os vídeos mostram situações impactantes, para explicar ao cidadão o estrago do desvio do dinheiro público na vida de cada um. Em uma das peças, um bebê tem todas as roupas arrancadas e é deixado no chão de uma rua movimentada, por exemplo. “Infelizmente, as pessoas parecem anestesiadas pelo aparente tom de normalidade que o tema conquistou após décadas de escândalos”, diz Augusto Diegues, diretor da agência de comunicação que produziu os vídeos. Ele diz que as peças, disponíveis na internet, buscam “ativar a capacidade de indignação das pessoas”.

## CLÁUDIO HUMBERTO

*“Lamento que o ministro tenha  
falado nisso só agora”*

Ministro **Gilmar Mendes** (STF) sobre a crítica  
do ministro da Justiça aos presídios

## Ministro reclama, mas investiu pouco em presídios

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) provocou grande polêmica ao declarar que prefere morrer a cumprir pena de prisão nos “presídios medievais brasileiros”, mas bem que poderia aproveitar para explicar porque em 2012 o governo Dilma mobilizou apenas R\$ 20,9 mil dos R\$ 27,6 milhões previstos pelo Orçamento para construir o quinto presídio federal de segurança máxima. Usou apenas 0,001% dos recursos.

## Apenas a metade

Dos R\$ 238 milhões para presídios estaduais, o Ministério da Justiça só empenhou (não gastou, necessariamente) R\$ 119 milhões, em 2012.

## Mais vagas

Por sua assessoria, o ministro da Justiça celebra gastos de R\$ 270 milhões, em 2011, para “novas vagas” em vinte projetos estaduais.

## Contigenciado

O Fundo Penitenciário (Fupen), do Ministério da Justiça, acumulou R\$ 1,3 bilhão desde sua criação, há 18 anos. Dinheiro jamais utilizado.

## Fonte segura

O Fupen foi criado pela Lei Complementar 79, de 1994, e reserva 3% das loterias federais para investimentos no sistema penitenciário.

15 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### MILITÃO

#### O ministro e o advogado

Falando a empresários em São Paulo, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, respondeu a uma pergunta sobre se era a favor da pena de morte, dizendo que "prefere morrer do que ser condenado e cumprir a pena em uma prisão brasileira". E comentou que são piores que as da Idade Média. Praticamente criticou seus colegas de Governo. Coincidentemente, no mesmo dia, antes dele, ao meio-dia, pela TV CNT, o advogado Antonio Carlos de Andrade Vianna comentava sobre a terrível situação das prisões e penitenciárias brasileiras, verdadeiros infernos para os que estão presos e para seus familiares. Sobre o que disse o ministro da Justiça, Vianna comentou que o PT está na presidência da República desde 2003 e que cobranças têm sido feitas para o que governo federal faça ações de direitos humanos nas cadeias brasileiras, mas nada tem sido feito. As prisões são desumanas, pois são verdadeiras masmorras. E destacou que a reinserção social é a razão fundamental das punições. É preferível um sistema com penas bem dosadas que funcionam, do que aquele com penas rigorosas.

#### AGENDA

##### Direito Processual

**Curitiba** – A palestra "Recursos Ordinários no Direito Processual Brasileiro" será ministrada por Leandro Gornicki Nunes nos dias 21 e 22 de novembro, às 18h30, na Academia Brasileira de Direito Constitucional (15 de Novembro, 964). Entrada gratuita. A inscrição pode ser feita na hora ou pelos e-mails [flavia@abdconst.com.br](mailto:flavia@abdconst.com.br) e [mayara@abdconst.com.br](mailto:mayara@abdconst.com.br). Informações pelo fone (41) 3024-1167

15 NOV 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Em despedida, Ayres Britto diz que 'não cabe mau humor' a ministros

**Brasília** - Em sua despedida da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Carlos Ayres Britto afirmou ontem que não cabe mau humor aos integrantes da corte. O ministro, que se aposenta no domingo ao completar 70 anos, recomendou aos colegas "viagem de alma e não de ego". Ayres Britto também disse que o Supremo vem mudando o país e cobrou a defesa da Constituição.

"Não temos direito ao mau humor, tamanha o honra de servir ao nosso país de nossa casa de fazer o destino nacional. Devemos fazer viagem de alma e não de ego porque o Supremo interfere mais e mais no curso da vida, como deve ser, como fiel interprete de uma constituição concretista", apontou. Segundo ele, é "direito agrado do jurisdicionado saber que sua causa está com um juiz sereno".

O ministro não fez referência a nenhum julgamento, mas disse que os colegas precisam atuar como verdadeiros guardiões da Constituição. "O Supremo está mudando a cultura do país, a partir da Constituição, que quer essa mudança cultural. Nós somos os guardiões, os maiores, mais altos, e tiramos dessa guarda nossa própria legitimidade", disse.

Nomeado em 2003 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Britto disse que os dez anos na corte passaram "como

um estalar dos dedos" e que isso foi provocado justamente porque sempre esteve feliz. Chamado de ministro poeta, Britto afirmou que um juiz "não precisa impor respeito, mais deve-se impor-se respeito".

Decano do Supremo, Celso de Mello reclamou do sistema de aposentadoria compulsória e fez diversos elogios a Ayres Britto. Ele disse que as teses do colega serão eternizadas. "Seus julgamentos luminosos tiveram impacto decisivo na vida dos cidadãos da República, na vida das instituições democráticas desse país. Os grandes juízes nunca desaparecem, eles permanecem na memória e no respeito dos jurisdicionados para sempre", afirmou.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse que Ayres Britto simboliza da melhor forma o significado da República. Ele apontou ainda que, apesar da gestão "efêmera", "desgraçadamente breve", ele soube dar a "densidade do eterno". "Cumpriu o prometido", disse. Responsável pela denúncia do mensalão, Gurgel agradeceu a condução do processo. "A eloquência da Justiça na condução magnífica do complexo julgamento da ação penal 470 (mensalão)", disse.

Falando pelos advogados, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir

Cavalcante, disse que Ayres Britto vai ser lembrado por sua humanidade e frases de efeito. "Vossa excelência deixa em todos nós a marca da importância do ser humano dentro de uma instituição. Vossa excelência sobrepôs sempre o humano sobre o jurista, o poeta, o ser. A vossa marca é o diálogo, a sensibilidade, respeito pelo próximo, pelo contrário, mas uma marca que marca é saber ouvir. Poucas pessoas têm o dom de ouvir e às vezes sem nem falar mudar o pensamento."

O ministro Luis Inácio Adams (Advocacia Geral da União) destacou a originalidade de Ayres em seus votos. "O último exemplo de lealdade é ser leal a si mesmo. Registro em nome da AGU e dos advogados públicos essa nossa homenagem nesse momento que é um rito de passagem. Não é o fim, todo fim tem um primeiro passo, e esse é o primeiro passo", disse.

16 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Mensalão mineiro  
'dorme' há 7 anos no STF

# 'Mensalão mineiro' está parado há 7 anos no STF

**Ação civil trata  
de um suposto  
esquema de  
desvio de  
recursos  
públicos para a  
campanha de  
Eduardo  
Azeredo**

**Belo Horizonte** - Uma ação civil com pedido de ressarcimento de dinheiro aos cofres públicos por fatos relacionados ao mensalão mineiro está há sete anos parada no Supremo Tribunal Federal. Nela, o Ministério Público pediu o bloqueio de bens até o limite de R\$ 12 milhões do ex-governador, ex-presidente do PSDB e atual deputado federal Eduardo Azeredo e de outros dez requeridos - entre eles Marcos Valério Fernandes de Souza e o atual senador Clésio Andrade (PMDB-MG).

Além da ação civil, o suposto esquema de desvios de recursos públicos e de empréstimos fraudulentos para bancar a campanha à reeleição de Azeredo ao governo mineiro e

de aliados em 1998 é alvo de três ações criminais, duas no STF e uma na Justiça mineira.

O relator da ação civil no caso é Carlos Ayres Britto, que se aposenta no domingo. O ministro que for indicado para substituí-lo deverá assumir a relatoria da ação, cujo prosseguimento aguarda, desde 2005, o julgamento pelo plenário de dois recursos de defensores. O processo (PET 3.067) poderá também ser redistribuído para outro membro da corte.

A expectativa é que a ação civil do mensalão mineiro só volte a entrar na pauta do Supremo após a conclusão do julgamento do mensalão federal, que envolve pagamento de parlamentares no governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2005.

Os procuradores e promotores apontam na ação civil que o governo de Minas autorizou de forma ilegal o pagamento de R\$ 3 milhões das estatais Companhia Mineradora de Minas (Comig, atual Codemig) e Companhia de Saneamento do Estado (Copasa) para a SMPB, de Marcos Valério, com o objetivo de patrocinar o evento esportivo Enduro da Independência de 1998. Trata-se da maior parte

do dinheiro do desvio apontado na ação criminal do mensalão mineiro. "O esquema delituoso verificado no ano de 1998 foi a origem e o laboratório" do mensalão federal, nas palavras do ex-procurador-geral da República Antonio Fernandes de Souza.

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público também prepara nova ação contra réus do mensalão mineiro, pedindo bloqueio de bens e a devolução de recursos públicos que saíram do antigo Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e foram parar na campanha à reeleição de Azeredo.

Além dos R\$ 3 milhões já apontados, segundo laudos do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, R\$ 500 mil de empresas do grupo Bemge foram destinados supostamente para patrocínio do Iron Biker, outro evento esportivo organizado pela SMPB. De acordo com o Ministério Público, a ação deverá cobrar o ressarcimento; em valores corrigidos, de cerca de R\$ 1,2 milhão, referente apenas aos recursos do Bemge, já que os pedidos envolvendo a Copasa e a Comig estão contemplados na ação no STF.

**CONTINUA**

16 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

O advogado de Azeredo, Castelar Guimarães Filho, nega irregularidades nos contratos públicos e defende que a ação civil continue no Supremo - os recursos de defesa; res no STF pedem exatamente isso. "Há um entendimento de que a decisão foi proferida no momento em que o hoje deputado federal Eduardo Azeredo era senador da República."

Segundo o advogado, Azeredo não teve nenhuma participação nos fatos narrados na ação. "O que se alega é muito distante de quem governa o Estado." Procurado, o tucano preferiu não se pronunciar sobre o assunto.



16 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### **STF: Celso de Mello poderá presidir o julgamento**

Ministros do Supremo Tribunal Federal articulam a designação do ministro Celso de Mello, decano da corte, para presidir as sessões de julgamento do mensalão, em razão da aposentadoria do ministro presidente Carlos Ayres Britto. Seria a solução para a decisão do ministro Joaquim Barbosa de não abandonar a relatoria do caso, mesmo com sua posse na presidência do STF, a partir do dia 22.

### **Complicação**

O próprio Joaquim Barbosa já admitiu que ficaria complicado exercer a relatoria do caso do mensalão e presidir as sessões simultaneamente.

### **Embate**

Com Celso de Mello na presidência do julgamento, Joaquim Barbosa ficará à vontade para lidar com o revisor Lewandowski no plenário.

### **Homenagem**

Celso de Mello cogita antecipar a aposentadoria para o início de 2013, e presidir o julgamento do mensalão seria uma homenagem a ele.

### **O decano**

Magistrado brilhante, de formação liberal e progressista, Celso de Mello está no STF desde 1989. Tornou-se ministro aos 44 anos e idade.

### **Secretário de Haddad está 'pendurado' no STF**

Está com o ministro Gilmar Mendes o recurso no Supremo do novo secretário de Saúde da prefeitura paulista, José de Fillipi Jr., amigo pessoal de Lula e ex-prefeito de Diadema. Tesoureiro da campanha de Dilma, ele foi condenado no Tribunal de Justiça paulista a devolver R\$ 2,1 milhões por contratar sem licitação o escritório do advogado petista Luiz Eduardo Greenhalgh, e poderá perder os direitos políticos.

17 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### Dilma cria aposentadoria pré-datada para Britto

A presidenta Dilma criou "aposentadoria pré-datada" para o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto. Em ato no Diário Oficial da União de 16 de novembro, ela "concedeu" a inatividade a partir do dia 17, o que constitui grave ilegalidade: o artigo 188 da lei 8.112, de 11/12/1990 (a lei do funcionalismo), é claro ao determinar que a aposentadoria vale a partir da data de publicação do ato no DOU.

### Vale a publicação

Segundo a lei do funcionalismo público, "a aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato".

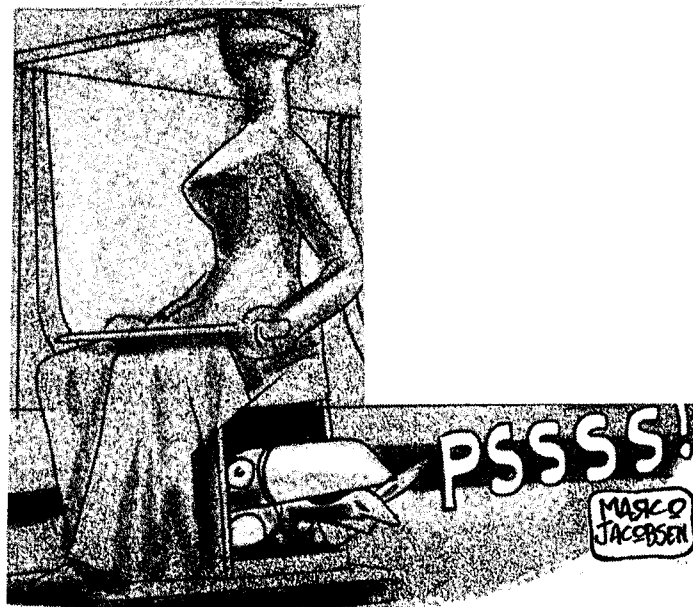
### Gentileza ilegal

No STF, o entendimento dos ministros é o de que Dilma quis ser gentil com Ayres Britto, atropelando a lei do funcionalismo.

### Ah, bom

Dilma assinou a aposentadoria de Ayres Britto com a ministra interina da Justiça, Márcia Pelegrini. Ex-secretária municipal de Diadema (SP).

## 'Mensalão mineiro' está parado há 7 anos no STF



18 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA NA MIRA DO CRIME

# Escalada da violência

**H**omicídios, policiais mortos, viaturas e ônibus incendiados, guerra entre traficantes. Os exemplos de violência são constantes e vêm assustando a população. Em São Paulo, quase cem policiais militares foram mortos nos últimos meses por integrantes de uma facção criminosa. Em Santa Catarina, ônibus foram incendiados e tiros foram disparados contra uma base da PM e um presídio recentemente.

No entanto, não é preciso ir longe para presenciar cenas de caos. Neste ano já foram registrados 100 homicídios em Londrina. Outras 25 pessoas foram mortas em confronto com a polícia na área de abrangência do 5º Batalhão e da 4ª Companhia Independente da PM. Em 2011 foram 10 mortos na mesma região. Isso significa um aumento de 140% em relação ao ano anterior.

Os dados estatísticos da violência, que não param de crescer, escondem centenas, milhares de histórias de dor e sofrimento de vítimas, familiares e amigos. E à medida que aumenta a comoção, cresce também a pressão popular por medidas que reduzam os níveis alarmantes da criminalidade em todo o País.

Para Guilherme Assis de Almeida, pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), a situação só pode ser resolvida se enfrentada em suas várias frentes e não apenas com reforço do efetivo policial.

“Minha perspectiva é clara. Prevenir a violência é ter políticas sociais sérias, efetivas, pla-

**Para pesquisador, apenas políticas sociais, focadas na formação das pessoas, podem reverter aumento da criminalidade**

**Estado tem tradição de políticas compensatórias, que não pensam no desenvolvimento**

**Entender o que está acontecendo é algo que vai demandar reflexão, pesquisa e diálogo**

nejadas, supervisionadas e que pensem em uma questão central que é a formação da pessoa”, determina.

**Existe alguma explicação para o grau de violência que estamos enfrentando?**

Acho que as causas são múltiplas, não há uma causa só e acho que uma questão para tentar responder esse problema de causas múltiplas é que a segurança tem que ter outros agentes envolvidos, que não somente as forças policiais. É um problema multidimensional. Tem uma tradição do Estado brasileiro de políticas sociais meramente compensatórias, que não pensam em outra perspectiva, como por exemplo, a formação da pessoa e o desenvolvimento humano.

**Quando se fala em outras forças que não a polícia, quais são elas?**

Tem a estruturação do sistema de Justiça, que não tem sido capaz de encaminhar a resolução dos casos como um todo. Você tem a questão educacional, que em alguns lugares tem sido muito boa, muito eficaz, mas em outros nem tanto. Tem o caso da cidade, a regularização fundiária, que acaba surgindo quando acontecem as catástrofes naturais.

**O povo brasileiro é violento ou podemos acreditar no ditado de que somos um povo cordial?**

Essa frase de Sérgio Buarque de Holanda, que o brasileiro é um povo cordial, tem vida no contexto do livro dele (“Raízes do Brasil”). Como diz o professor José de Souza Martins, que estuda a questão dos mercados dominando a sociedade como um todo. Isso mexe com as pessoas e também acaba por tocar no aspecto da violência de alguma forma. Não dá para dizer que é uma causa, porque não acreditar na existência de outra é fazer o trabalho incompleto.

**CONTINUA**

18 NOV 2012

## CONTINUAÇÃO FOLHA DE LONDRINA

***Mas pode-se dizer que é a principal?***

Isso vai depender do local, da cidade. A violência também tem esse fator. Ela muda de localidade para localidade. Não dá para pensar em uma explicação causal e pronto. Facilitaria a vida de todos nós, talvez até diminuiria a nossa angústia, mas não sei se seria muito verdadeiro. Aí a imprensa tem o papel importante de levantar o debate. É pensar, em cada localidade, o que a imprensa pode fazer, o que o Judiciário pode fazer. Tem que pensar também o que o cartório pode fazer, qual é o índice de sub-registro da localidade, de pessoas que não têm uma certidão de nascimento e por isso não conseguem estudar, trabalhar. Quais são as possibilidades de você orientar as pessoas para conseguir um emprego, montar uma empresa?

***Combater a violência vai muito além de simplesmente aumentar o número de policiais ou armá-los melhor?***

Evidentemente. Combater a violência, na verdade, é criar linchamentos, o Brasil tem um povo violento também. Temos que pensar nessa questão da violência não como uma questão da natureza humana do brasileiro, mas de políticas capazes de prevenir o surgimento delas, e não só meramente políticas punitivas. A minha perspectiva é clara. Prevenir a violência é ter políticas sociais sérias, efetivas, planejadas, supervisionadas e que pensem em uma questão central que é a formação da pessoa.

***O tráfico de drogas é a principal causa da maioria dos crimes, como a polícia afirma?***

É uma das dimensões, que a gente não pode negar a existência. Vimos uma brasileira leiloando a virgindade pela internet. Outra vendeu a testa para propaganda de uma casa de apostas. Temos aí a ideologia um ambiente propício, em primeiro lugar, para a formação da pessoa. Daquela que é capaz de decidir para o seu próprio benefício, para o encaminhamento do seu desenvolvimento pessoal.

***Há alguma perspectiva de solução para a explosão da violência, uma vez que hoje os próprios policiais tornaram-se alvos?***

Isso é algo que temos nos questionado cotidianamente aqui em São Paulo. Acho que o que estamos vivendo é o ápice de um processo que começou há muito tempo. Entender e dar um diagnóstico preciso do que está acontecendo é algo que vai demandar um tempo de reflexão, de pesquisa e de diálogo, o que está sendo feito por grande parte da academia aqui em São Paulo.

***O sistema prisional, da maneira como ele funciona, pode ter favorecido essa organização do crime?***

Aí surge a questão: construir mais presídios ou diminuir o número de presos? É uma questão do sistema prisional, é também uma questão do sistema de justiça e seria também uma questão da academia e

da universidade pensar novas estratégias, não apenas e tão somente em estratégias antigas e repressivas, mas estratégias da dita ressocialização. A gente tem experiências de penas alternativas, mas até que ponto essa experiência de penas alternativas não foi transformada em uma mera entrega de cesta básica?

***O que o cidadão comum pode fazer para se proteger dessa onda de violência?***

A melhor coisa que ele tem a fazer é se informar antes de sair de casa. Como está a cidade, o que está acontecendo, tomar os cuidados em relação ao transporte, onde ele está indo, se é um lugar que conhece. É um cuidado básico que todos devem tomar, mas às vezes as pessoas acabam se esquecendo.

Em um momento de crise como esse que estamos vivendo não podemos esquecer as experiências positivas que pequenos grupos têm feito Brasil afora. Pessoas que estão trabalhando na prevenção da violência, na formação da pessoa, iniciando processos de desenvolvimento humano, porque isso é muito importante e essas práticas têm que adquirir um protagonismo em nosso país que até agora não adquiriram.

# FOLHA DE LONDRINA

## EDIVAN PEDRO DOS SANTOS 19 NOV 2012

### Vingança e direitos humanos das vítimas

A superlotação carcerária tem se revelado uma questão controvertida. A população, de modo geral, acredita que quanto mais sofrimento para o preso, mais se faz justiça. Daí que superlotação, umidade, falta de água, ventilação e alimentação precárias são vistas como forma de punição e vingança por todo o mal que o preso cometeu contra a sociedade. E o pior com anuência do Estado, que tem deixado o sistema carcerário se tornar o caos e o horror que aí estão.

É emblemática também a gritaria de setores mais conservadores da sociedade que não veem com bons olhos grupos ligados à defesa e promoção dos direitos humanos, especialmente quando o assunto são os presos.

Movidos por interesse político, ou pelo simples desejo bárbaro de vingança e violência, vêm a público dizer que grupos como a Pastoral Carcerária ou o Centro de Direitos Humanos estão defendendo bandidos, “passando a mão na cabeça de vagabundo”. Espalhavam em sites de relacionamentos que o governo dá bolsa-presos a todos os encarcerados, sugerindo, muitas vezes, que estar preso é um bom negócio. Engrossam o coro daqueles que perguntam onde estão os direitos humanos das vítimas da violência dos marginais? Por que o Movimento dos Direitos Humanos (MDH) não aparece quando pais de família e trabalhadores são aterrorizados por criminosos?

Essas perguntas revelam o desconhecimento do papel do Estado na segurança dos cidadãos. A segurança pública é dever do Estado. Quando alguém é vítima de qualquer forma de violência, o Estado já falhou no cumprimento dessa função. Por isso, o próprio Estado mantém um aparato para promover o direito da vítima. A Polícia Militar é acionada pa-

ra prender e agressor, a Polícia Civil abre inquérito para investigar, o delegado aciona o Judiciário que irá julgar o réu, com a decisão de um juiz ou através do Tribunal do Júri. Portanto, as cadeias e os presídios são expressões da consecução do direito das vítimas.

O Estado Democrático de Direito deve preservar os direitos de todos seus cidadãos, também do encarcerado, de cuja vida e dignidade é responsável. Lutar pelos direitos dos encarcerados é chamar atenção pela legalidade do Estado. Ele não pode ser o primeiro que viola direitos constitucionais, mas sim quem os promove, sob o risco de gerar insegurança jurídica, legalizando a barbárie e a arbitrariedade contra aqueles que deveria proteger. As vítimas, de certa forma, já estão assistidas pelo Estado. Quem se acha injustiçado, com direitos violados, que entre na Justiça,

mas não proponha cadeias indignas para os presos como compensação da incapacidade de o Estado de garantir a segurança aos seus cidadãos.

Assim, o MDH atuará sempre que o Estado deixar de promover os direitos das pessoas, como o acesso à educação e à saúde. Quanto ao encarcerado, o MDH aciona o Estado porque, além de ele não garantir seus direitos antes de serem presos, de se tornarem marginais, torna-se ele

**O Estado Democrático de Direito deve preservar os direitos de todos seus cidadãos, também do encarcerado**

mesmo o grande agressor. Já chegou a hora de a sociedade renunciar a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Isso não é bom para segurança pública nem para o Estado. Isso é a barbárie legalizada. As forças públicas de segurança devem atuar dentro da legalidade democrática. Do contrário, instala-se uma guerra civil entre polícia e bandidos, na qual quem morre é o cidadão. São Paulo está assim. Não deixemos que Londrina padeça. Vingança é violência, não é justiça. Paz e segurança pressupõem respeito ao Direito e à democracia.

**EDIVAN PEDRO DOS SANTOS** é assessor da Pastoral Carcerária de Londrina

19 NOV 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça nega pedido da TIM contra Anatel

A Justiça Federal do Distrito Federal negou no sábado (17) um pedido de liminar da TIM contra a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que, na quinta-feira (15), suspendeu uma promoção da operadora chamada Infinity Day. A TIM entrou na sexta-feira (16) na Justiça com um mandado de segurança contra a suspensão. “Não há indícios de que



“Não há indícios de que a Anatel seja parcial; que tenha estabelecido reserva de mercado”

a Anatel seja parcial; que tenha estabelecido reserva de mercado; que esteja a beneficiar uma empresa em detrimento de outra. Todos estão a receber a resposta que o ente estatal designado para tanto achou por bem proferir”, disse o juiz federal Fábio Marcelo Sérvio Borges, da 17ª Vara Federal Cível de Brasília, em seu despacho que indeferiu o pedido de liminar da TIM.

## NOTA POLÍTICA

### Eleição na OAB

A OAB Paraná realiza hoje as eleições para escolha dos dirigentes do Conselho Seccional e das subseções que estarão à frente da entidade nos próximos três anos (gestão 2013-2015). Serão eleitas a nova diretoria e o Conselho Seccional da OAB Paraná, as diretorias e conselhos das subseções, a delegação para o Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. A votação acontece das 9h às 17h em todo o estado. Em Curitiba, apenas uma chapa está inscrita, a XI de Agosto, encabeçada pelo advogado Juliano José Breda.

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### Vantagem legal

A Associação dos Magistrados do Brasil fará festa no dia da posse de Joaquim Barbosa na presidência do STF. Mas essa “vantagem” festiva, auferida em razão do cargo, certamente nada tem de indevida.

16 NOV 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Ayres Britto destaca que CNJ deve zelar pela autonomia do Judiciário

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto, afirmou, que o CNJ precisa assumir o papel de garantidor da independência do Judiciário, no sentido político, administrativo, orçamentário, financeiro e remuneratório. “É chegada a hora de o CNJ desempenhar o papel que lhe impõe a Constituição como a primeira de suas funções: zelar pela autonomia do Poder Judiciário”, enfatizou Ayres Britto, durante a última sessão plenária por ele presidida à frente do CNJ. Segundo ele, o Judiciário precisa ter coragem “para assumir a soberania que lhe cabe, de independência, para vetar os comportamentos antijurídicos e cancelar os retilíneos”.

Esta foi a última sessão do ministro na presidência do Conselho, pois ele completará 70 anos neste domingo (18/11) e, então, se aposenta. Em seu discurso de despedida, Ayres Britto afirmou que o Judiciário, por ser o Poder que evita o desgoverno, é hoje o mais exigido pela população e o menos perdoado. “O Judiciário é o Poder garantidor da Constituição e da ordem jurídica, é a ancora de confiabilidade do corpo social, que não governa, mas impede o desgoverno. Por isso, é inconcebível a desordem, o desmando no Judiciário, e ele não é tratado à altura da imprescindibilidade do seu papel”, afirmou o presidente.

O ministro lembrou que o CNJ é um órgão que integra o Poder Judiciário e deve ser visto como solução, para dar conteúdo e unidade aos órgãos da Justiça que formam um verdadeiro continente. Ele destacou a importância da função correicional do Conselho, que foi recentemente fortalecida com o julgamento de sua Resolução n. 135/2011, pelo STF. “Estamos inaugurando eras, quebrando paradigmas, enterrando ideias mortas. Não vamos procurar na prateleira do obscurantismo o formol”, afirmou, referindo-se ao que classifica como novo Judiciário, mais moderno e aberto à sociedade.

16 NOV 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## MURÁ

### **FOI DANO MORAL**

Corrigindo informação dada ontem na coluna, edição de quarta, 14-11: a Universidade Federal do Paraná foi condenada pela Justiça Federal a pagar indenização ao médico e professor Fernando Hintz Greca por dano moral contra ele gerado. E não por assédio moral, como erroneamente mencionei.



METRO 16 NOV 2012

## Ayres Britto 'pendura a toga'

Carlos Ayres Britto se despede hoje das funções de ministro e presidente do STF (Supremo Tribunal Federal). Irá comemorar aposentado, no domingo, o aniversário de 70 anos, idade limite de trabalho para os magistrados. Afora o salário vitalício de R\$ 27,5 mil, o ministro sairá do cargo deixando como principal marca a colocação em pauta de processos polêmicos que ameaçavam ficar esquecidos nos escaninhos dos gabinetes.

O último foi justamente o escândalo do mensalão, julgamento que Britto tinha como meta concluir antes da aposentadoria.

Ayres Britto chegou ao STF em junho de 2003. Foi a primeira indicação do ex-presidente Lula, que recebeu carta de recomendação de juristas famosos, como

Celso Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato e Dalmo Dallari, além do aval do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O ministro foi filiado ao PT na década de 1980 e conheceu Lula em Sergipe. Por causa do carisma, a indicação ao cargo foi louvada pela cúpula do partido. Ayres Britto, porém, levou para a Corte a experiência de procurador de carreira e, no currículo, a independência. Chegou a votar, por exemplo, contra o que defendia o governo na ação que pedia a revisão da Lei de Anistia, e multou Lula por propaganda eleitoral antecipada quando era presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Poeta, professor universitário e advogado, levou a tríade da vocação para o

STF. E não foram incomuns intervenções em votos para, em tom acadêmico, tirar dúvidas dos menos experientes ou usar poesia nas suas peças jurídicas.

Natural de Propriá, Ayres Britto fixará residência em Brasília, mas evita falar em futuro. O presidente do PSB, Eduardo Campos, sonha levá-lo de volta para a política e lançá-lo como candidato a senador no Distrito Federal em 2014. Aos amigos, contudo, o ministro revela que pendurar a toga para ele será ter menos tempo com obrigação e mais tempo para ler e escrever poesias.

## Escolha do substituto deve ser rápida

A presidente Dilma Rousseff deverá indicar num curto período de tempo o substituto de Ayres Britto no STF. As consultas começaram cedo para que a indicação seja feita, se possível, na próxima semana.

A decisão será tomada com base em discussões com um grupo de conselheiros dentro do governo, para evitar pressões vindas de ministros e até do PT.

Nos últimos dias, dois nomes ganharam força: o do promotor do Ministério Público da Bahia Paulo Modesto; e o do tributarista Heleno Taveira Torres, professor da USP (Universidade de São Paulo). Se a escolha for por uma mulher, a tributarista Mary Elbe Queiroz está bem cotada para a disputa.

Também poderão ser lembrados: o advogado Humberto Bergmann Avila, o criminalista Luís Roberto Barroso, além do procurador de Justiça do Rio Grande do Sul Lenio Luiz Streck.

Dilma manifestou a intenção de promover o atual Advogado Geral da União, Luiz Inácio Adams, e o assessor da Casa Civil, Beto Vasconcelos. A presidente deverá, entretanto, deixar esses nomes para escolhas futuras. ✓

17 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

# DOUTOR

# TRAGÉDIA



**TESTEMUNHA DE CARLI FILHO ACUSADO DE MATAR HOMEM EM ACIDENTE.** Médico **Eduardo Missel Silva**, que estava bebendo com o ex-deputado na noite da pancada, bateu num **Palio** em Florianópolis. Além de fugir sem prestar socorro às três vítimas, ele é suspeito de dirigir **embriagado** e em **alta velocidade**.

17 NOV 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Omissão

Médico que iria ajudar na defesa de Carli Filho se envolve em acidente com morte em Santa Catarina e foge do local

# Inversão de papéis

**T**estemunha de defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, no acidente ocorrido em maio de 2009, que resultou na morte de duas pessoas, no Mossunguê, o médico cardiologista Eduardo Missel Silva, 36 anos, poderá passar por processo semelhante ao do ex-parlamentar. Ele é suspeito de ser o responsável pela colisão que matou Sérgio Souza Pereira, 53, na manhã de quinta-feira, em Florianópolis (SC). Mesmo sendo médico, Eduardo teria fugido do local, sem prestar atendimento às vítimas.

A batida aconteceu na Avenida Luiz Boiteux Piazza, Cachoeira do Bom Jesus, em Canasvieiras. Sérgio, que trabalhava como empreiteiro, seguia para o serviço, no Pálio placa MFB-2199, acompanhado do enteado e do sobrinho. De acordo com Marcelo, Sérgio deu sinal para entrar à esquerda, na empresa, e foi atingido pelo Audi placa AEX-7776. O enteado de Sérgio, Marcelo, sofreu ferimentos na cabeça, e o sobrinho dele, Cléber quebrou o pé.

O condutor do Audi fugiu e surgiram comentários que estaria visivelmente embriagado, o que não pôde ser confirmado pela polícia. Mais tarde, Eduardo foi identificado como o motorista do veículo e alegou que deixou o local por medo de ser agredido por populares. A delegacia investiga as denúncias de embriaguez e alta velocidade.

### Conselho

Eduardo esteve com Carli Filho, no Restaurante Edvino, no Batel, na noite do acidente que matou Gilmar Rafael Souza Yared, 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, 20. De acordo com o Ministério Público, o médico confessou que beberam algumas garrafas de vinho e tentou convencer o ex-deputado a não sair do restaurante embriagado. Ele teria oferecido carona a Carli Filho, que recusou e saiu dirigindo seu próprio veículo.

O Tribunal de Justiça do Paraná denunciou Carli Filho por duplo homicídio, com dolo eventual, para ser julgado no Tribunal do Júri. A defesa recorreu, na tentativa de impedir o júri popular, e o caso está no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O recurso deve ser julgado nos primeiros meses de 2013.

16 NOV 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Eleição na OAB (I)

A OAB Paraná realiza na próxima segunda-feira as eleições para escolha dos dirigentes do Conselho Seccional e das subseções que estarão à frente da entidade nos próximos três anos (gestão 2013-2015). Serão eleitas a nova diretoria e o Conselho Seccional da OAB Paraná, as diretorias e conselhos das subseções, a delegação para o Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. A votação acontece das 9 às 17 horas em todo o Estado. Em Curitiba, a votação será no Expo Renault Barigui (pavilhão de exposições do Parque Barigui) e, no interior, nas sedes das subseções ou em outros locais designados. Para o Conselho Seccional foi inscrita apenas uma chapa, a XI de Agosto, encabeçada pelo advogado Juliano José Breda. Quanto às subseções, algumas concorrem com chapa única, enquanto outras têm duas chapas registradas.

### Eleição na OAB (II)

O pavilhão do Parque Barigui estará preparado com a infraestrutura necessária ao pleito. Só em Curitiba serão 90 urnas. Ao contrário da eleição anterior, em 2009, a votação não será feita em urnas eletrônicas, pela impossibilidade do Tribunal Regional Eleitoral em cedê-las. O processo de votação será manual. A contagem dos votos será feita no próprio local, após o término do período de votação. Estarão trabalhando em Curitiba 270 pessoas, entre fiscais e mesários. No local, haverá plantão da Comissão Eleitoral e de setores da OAB Paraná.

19 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

# “Não devemos nos omitir em questões polêmicas”

As eleições de hoje, na Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR), levarão 37.770 advogados paranaenses às urnas. É o momento de escolher os dirigentes da Seccional e das subseções que estarão à frente da entidade nos próximos três anos (2013-2015). Serão eleitas a nova diretoria e o Conselho Seccional da OAB Paraná, as diretorias e conselhos das subseções, a delegação para o Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. A votação acontece das 9 horas às 17 horas em todo o estado. Em Curitiba, a votação será no Expo Renault Barigui (pavilhão de exposições do Parque Barigui) e, no interior, nas sedes das subseções ou em locais por elas designados. Para o Conselho Seccional foi inscrita apenas a XI de Agosto, encabeçada pelo advogado Juliano José Breda, que conta com o apoio do atual presidente da OAB José Lúcio Glomb

Em entrevista ao *Jornal do Estado*, o atual presidente da OAB, José Lúcio Glomb, fala sobre a sua gestão, sobre o processo de escolha da nova direção, e as reivindicações dos advogados e ainda fala sobre a qualidade do ensino de Direito no Estado. Glomb também defende que a OAB siga a linha combativa em temas polêmicos, como foram os casos de excess-

so de cargos de confiança na Assembleia Legislativa e no sucateamento do Instituto Médico Legal.

**Jornal do Estado — Como o senhor avalia a sua gestão que está prestes a ser finalizada?**

**José Lúcio Glomb —** A avaliação da gestão é feita pelos colegas advogados e creio que um bom sinal de que houve resultado no trabalho, foi a ausência de chapa oposicionista. O fato é que a diretoria se desdobrou para atender às reivindicações dos advogados e manteve em alta a chama da cidadania.

**JE — Qual o relacionamento do senhor com a chapa que agora será eleita?**

**Glomb —** A chapa XI de Agosto é perfeitamente afinada com o que pregamos e lutamos nos últimos três anos. Digo melhor: nos últimos 40 anos. O fato é que Juliano Breda, candidato a presidente, é o atual secretário-geral da Ordem e esteve conosco em todas as missões que abraçamos. É o único da diretoria atual que permanecerá no cargo, agora como presidente. Em relação aos demais, todos têm ampla folha de serviços prestadas à OAB e à advocacia. Então, o que temos é uma renovação de nomes, que certamente também trazem novas ideias, o que é importante, mas

que tem uma grande experiência no atendimento aos clamores da classe.

**JE — Não é prejudicial para a classe a eleição da OAB ter chapa única? Por quais motivos o senhor optou por não concorrer a reeleição?**

**Glomb —** A existência de uma única chapa não é decisão nossa, mas consequência do grande trabalho feito na OAB nestes últimos anos. Já na minha eleição obtivemos 67% dos votos. Mais de 90% aprovaram a nossa gestão. Os dados mostram o acerto na direção da OAB, reconhecido por todos. Então, não houve manifestação oposicionista. Quanto à reeleição, a chapa XI de Agosto tem por princípio renovar e não promover a reeleição. Tem sido assim há 40 anos.

**JE — Em sua gestão, a OAB teve uma forte atuação em temas polêmicos. Essa é uma tendência que deve ser seguida?**

**Glomb —** Alguns temas, embora polêmicos, devem ser enfrentados. Não nos omitimos e nem deveremos nos omitir, como no caso da Assembleia Legislativa do Paraná. Aliás, aí existe muito a ser feito ainda. Notamos que alguns sinais já merecem atenção e isto deve servir como alerta.

**CONTINUA**

19 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

## “Julgamento do mensalão resgatou esperança”

**JE — Qual a sua opinião sobre o julgamento do mensalão? Que lições os brasileiros podem tirar desse julgamento?**

**Glomb** — O julgamento do mensalão resgatou a esperança dos brasileiros de que todos sejam tratados de forma igual. Sem que tivessem provas cerceadas, ou seja, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório, esse processo deu ao STF a oportunidade de analisar uma situação intrincada, aos olhos da nação. O resultado dá crédito ao Judiciário e se espera que sejam adotadas providências para que, quando está em jogo a moralidade pública, nossos tribunais sejam ágeis e eficientes, dentro do que determina e assegura a lei.

**JE — Como o senhor avalia as faculdades de direito do Paraná?**

**Glomb** — O ensino jurídico mescla faculdades com alto nível de ensino e outras nem tanto. Os resultados dos Exames de Ordem estão aí para comprovar o que falo. O número de faculdades é elevadíssimo, 92 no Paraná, e não permite um ensino dentro da média de qualidade. Com o passar do tempo muitos cursos fe-

charão as suas portas. Mas há certo movimento para lhes dar sobrevida pela extinção do Exame de Ordem, vez por outra aventada. Não podemos aceitar isso, pois a advocacia é a formadora de um dos poderes da República. Aquele que inicia o curso já sabe que terá pela frente o Exame de Ordem. Não é pego de surpresa. Combateremos a ideia de extinção com todas as forças. Ela só interessa ao mau aluno e ao mau empresário do ensino. E a eles não podem ser confiados os interesses patrimoniais e a própria liberdade, valores defendidos pelos advogados.

**JE — Se as faculdades apresentassem um nível de exigência maior, o Exame de Ordem poderia ser extinto?**

**Glomb** — Esse nível de exigência só acontecerá quando tivermos um número menor de cursos, com um acompanhamento rigoroso por parte do MEC. Todavia, o Exame de Ordem deverá sempre existir, como existe em outros países do mundo; aliás, muito mais rigorosos do que aqui. Nos Estados Unidos, o Exame só habilita para a advocacia no estado em que é prestado.

Há muito a ser melhorado em termos de gestão, eliminação de cargos em confiança. E como não há decisão da Assembléia a Ordem propôs uma ADIN contra a criação de numerosíssimos cargos de confiança que servem, em grande parte, como remuneração dos gabos eleitorais. Ainda existe a ameaça de se criar a aposentadoria dos deputados, mas aí há total inconstitucionalidade, além de ofender a moralidade. Espero que não se faça isto, mas se não for entendido assim, aí está mais uma necessidade de atuação da OAB. De outro lado, temos comissões importantes, tratamos permanentemente dos direitos humanos, da miserável situação dos presídios, agora conhecida de público, nacionalmente, pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso. Lembro que a situação do IML, com mais de uma centena de corpos armazenados, só foi resolvida após a denúncia da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

CONTINUA

19 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

## Novo fórum entre as prioridades

**JE — Como o senhor vê a administração judiciária no Estado?**

**Glomb —** Sempre esperamos que a administração do Poder Judiciário observe fielmente os princípios constitucionais da administração pública. Nenhum administrador sobreviverá se ofender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nessa questão devemos sempre ressaltar que temos a Justiça do Trabalho e a Federal, ambas em níveis diversos da Justiça Comum. As primeiras vivem um mundo diferente.

São estatizadas, têm servidores organizados em quadros de carreira e bem remunerados. Sua atuação é eficiente e, caso mantenham-se dentro desses padrões, a tendência é melhorar ainda mais. Mas é necessário que se continue investindo e aperfeiçoando. Já a Justiça Comum, que detém o maior número de processos, na maior parte não é estatizada, tem servidores que

não recebem remuneração compatível, e juízes e varas insuficientes para atender a demanda. Está atrasada na informatização dos próprios processos. Certamente não é tarefa fácil colocar essa casa em ordem. As recentes administrações têm procurado melhorar a situação, como temos salientado, mas falta muito para se chegar a um bom resultado. Não se nega o valor dos juízes, que tem se desdobrado para dar conta do recado, ao ponto do mais recente levantamento do CNJ apontar que em 2011 o TJ julgou mais processos que recebeu. Todavia, é evidente a necessidade de melhorias.

**JE — O fórum cível é uma antiga reivindicação dos advogados. Atualmente há muitos indícios de que o prédio tem abalo na estrutura. Este é um problema que vai ficar para a próxima gestão ou já há algum avanço até o final do ano neste sentido?**

**Glomb —** Aí está um dos

casos em que a prioridade não foi levada em conta. Construíram-se muitos fóruns pelo Paraná todo e não discuto as suas necessidades. Acho mesmo que eram necessárias essas novas instalações. Mas a primeira que deveria ser construída seria aquela que abrigaria o Fórum Cível da Capital. Isto não foi feito, e mesmo agora, quando lançado edital para licitar essa obra, o CNJ determina a paralisação, por irregularidades formais no edital. Quero acrescentar que a OAB solicitou urgência na apreciação pelo CNJ, por a situação está se tornando insustentável. É preocupante trabalhar nas atuais instalações, que geram insegurança. Já solicitamos formalmente avaliações técnicas pelo TJ, até porque trabalhar em lugar inadequado, na péssima situação que se encontra o atual prédio, colabora para o atraso na Justiça. Na escala de prioridades, resolver isso está em primeiro lugar.

# JORNAL DO ESTADO

19 NOV 2012

## PAINEL JURÍDICO

### OAB/PR

Acontece hoje, das 09 às 17 horas, as eleições da OAB/PR. A votação se dará no Expo Renault Barigui (antigo pavilhão de exposições do parque Barigui).

### Aviso prévio

O aviso prévio proporcional, que acrescenta três dias para cada ano ou fração superior a seis meses de trabalho, não é aplicável aos contratos findos antes da entrada em vigor da Lei 12.506/11. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

### Pis/Cofins

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) encomendou um estudo junto ao Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) sobre os impactos que a unificação do PIS/Cofins acarretará à vida das empresas. A previsão é de que o material fique pronto em 30 dias.

### Naturalização

Não se pode exigir certidões negativas de dívidas para abertura de processos de naturalização de estrangeiros. O entendimento é da 4ª Vara Federal de Porto Alegre.

### Distância

O 2º Juizado Criminal do Gama (DF), com base na Lei Maria da Penha, proibiu uma mulher de se aproximar do ex-namorado, após o fim do relacionamento. Segundo a decisão, o comportamento dela em relação ao rapaz se mostrou agressivo.

### Insalubridade

Porteiro de hospital tem direito ao adicional de insalubridade, pois mantém contato permanente com os pacientes. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

### Palestra

Acontece nos próximos dias 21 e 22/11 a palestra "Recursos Ordinários no Direito Processual Brasileiro" do advogado e professor Leandro Gornicki Nunes. O evento será às 18h30 na Academia Brasileira de Direito Constitucional. A inscrição pode ser feita na hora ou nos e-mails [flavia@abdconst.com.br](mailto:flavia@abdconst.com.br) e [mayara@abdconst.com.br](mailto:mayara@abdconst.com.br). Mais informações: (41) 3024-1167

### Positivo

O tabelião paranaense, Rogério Portugal Bacellar, presidente da Anoreg-BR) e do Conselho Superior da Escola Nacional de Direito Notarial e de Registro (ENNOR), assinou na última quarta-feira, 14 de novembro, convênio com a reitoria da Universidade Positivo (UP) para realização de cursos de extensão e pós-graduação na área de Direito Notarial e de Registro na universidade.

### Congresso

Começou ontem (18) e vai até o dia 21 em Salvador, o XIV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro da Anoreg-BR.

---

### DIREITO SUMULAR

#### Súmula n. 461 do STJ –

O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.



19 NOV 2012

## JORNAL DO ESTADO

# Justiça alerta para direitos dos trabalhadores

O final do ano reforça a necessidade de atenção que patrões e empregados devem ter em relação aos direitos ligados ao trabalho, para evitar futuras reclamações na justiça, alertou a presidenta da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Anamatra), juíza Áurea Sampaio. Em entrevista à Agência Brasil, a magistrada destacou que o décimo terceiro salário, instituído em 1962, deve ser pago em duas parcelas. A primeira a partir de fevereiro, até o dia 30 de novembro, e a segunda até o dia 20 de dezembro.

O empregado pode receber a primeira parcela de adiantamento do décimo terceiro salário no mês de férias, mas, para isso, deve preencher um requerimento em janeiro de cada ano. “Cada mês trabalhado pelo empregado é computado para o cálculo do décimo terceiro na razão de um doze avos. Se ele trabalha quatro meses dentro daquele ano, por exemplo, receberá quatro doze avos do valor do salário dele de dezembro”, explicou Áurea Sampaio. “É importante que o empregado fique consciente das regras.

Se ele recebe adicional de insalubridade, adicional noturno, hora extra, tudo integra o cálculo do décimo terceiro salário”.

A primeira parcela do benefício corresponde a 50% do salário do mês anterior. “Se o empregador vai pagar o adiantamento no mês de novembro, vai calcular 50% do mês de outubro. Quando chegar em dezembro, até o dia 20, ele faz a complementação, porque o cálculo tem de ser feito com base no salário do mês de dezembro. O procedimento é necessário porque o trabalhador pode ter algum aumento ou ter salário variável. O reajuste pode acarretar alguma diferença entre a base de cálculo utilizada em novembro e o salário de dezembro”.

A juíza observou também a importância de o empregado saber que não há desconto no pagamento do adiantamento do décimo terceiro, até novembro. Os descontos legais, que são o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Imposto de Renda, devem ser efetuados na segunda parcela do décimo terceiro salário.

16 NOV 2012

# IMPACTO PARANÁ VITÓRIA SUADA CONQUISTADA POR CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE



Desembargador Clayton Camargo vai presidir o Tribunal de Justiça do Paraná a partir de 2013 e por dois anos terá a responsabilidade de comandar o Poder Judiciário de nosso Estado.

Uma eleição que foi considerada a mais disputada dos últimos tempos, considerando-se que a disputa passou a um segundo turno e só foi decidida pelo critério de antiguidade.

No primeiro turno o desembargador Guilherme Luiz Gomes venceu Clayton Camargo, em pleito que teve a participação, ainda, dos desembargadores Regina Portes e Sérgio Arenhart.

No segundo turno, em clima de intensa expectativa, os votos foram

sendo contados gerando emoções até o momento em que se registrou o empate de 56x56, motivando a necessidade de uma decisão através do critério de antiguidade previsto no Regimento Interno do TJ.

Clayton Camargo, com o exercício do cargo de desembargador desde 2003 conquistou a vitória com este critério e será o novo presidente do TJ a partir de 2013, tendo sido eleitos nesta mesma oportunidade o 1º Vice Presidente Paulo Roberto Vasconcelos; 2º vice-presidente- Dulce Maria Sant'Eufemia; Corregedor Geral – Lauro Augusto Fabrício de Melo; e Corregedor de Justiça foi eleito Eugênio Achile Grandinetti.

# IMPACTO PARANÁ

## Justiça

Osmann de Oliveira  
Advogado

16 NOV 2012

### GRANDE MISSÃO DO NOVO PRESIDENTE DO TRIBUNAL



Clayton Camargo, como era previsto, elegeu-se Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O seu antecessor, Desembargador Miguel Kfoury Neto, não conseguiu votos suficientes em favor do seu candidato, o eminente Magistrado Guilherme Luiz Gomes.

A compra desnecessária de prédios; a aquisição de veículos; a pretensão de alugar aviões e helicópteros para o transporte mais rápido de dignos juízes e funcionários pelas comarcas do interior; o ressarcimento de despesas representadas por vales-refeições, não foram atos capazes de sensibilizar a unanimidade dos honrados integrantes da mais alta Corte de Justiça do Paraná.

Nenhuma dúvida quanto à honestidade de propósitos do Presidente que sai. É um homem digno e a cuja honra profissional e pessoal ninguém levanta palavras.

Agora vem um novo Presidente. A sua missão será, por certo, rever alguns gestos incompatíveis e os quais, embora eivados das

melhores intenções, não que ser anulados, pois, enquanto eram economizados palitos de um lado, eram feitos gastos por outros lados.

Houve crueldade administrativa em relação a servidores do poder Judiciário que foram menoscabados, humilhados e discriminados, enquanto alguns, mais perto do rei, alcançavam posições para as quais possuíam como possuem direitos.

Era regra dizer-se que nada poderia ser dado, no setor humano, a servidores antigos porque o CNJ, como se fora um monstro de mil olhos, fiscalizava tudo e todos, ocorre, somente, essa imagem do Conselho Nacional de Justiça era repassada de forma, até, inamistosa tanto, assim, aliás, que ilustre representante dessa instituição fez e divulgou, faz pouco tempo, grave relatório sobre fatos que encontrou.

Os quadros de servidores do venerando Tribunal encontram-se na contramão da realidade sendo certo que alguns ou muitos funcionários foram afastados das funções

que ocupavam em nome de reestruturações desconexas.

É preciso, agora, mas agora e não depois, que o eminente Desembargador Clayton Camargo olhe pelos servidores alijados. Para a cúpula do Poder Judiciário foram eleitos bons Juízes. São eles: Paulo Roberto Vasconcelos, 1º. Vice Presidente; Dulce Maria Sant'Eufemis Ceconi, 2º. Vice-Presidente e Corregedor Geral, Lauro Augusto Fabrício de Mello e Corregedor de Justiça, Eugênio Acille Grandinetti.

O Poder Judiciário, em todos os graus, deve ser sempre o mais sereno e justo dos Poderes. Passada a eleição não que ser vistos os atos menos nobres anteriores a fim de que fique ressaltada sempre a dignidade da Justiça.

É o que esperam os jurisdicionados e todos os servidores sem os quais a máquina administrativa emperra.

17 NOV 2012

# CARTA CAPITAL

# Barbosa, em teoria

**"MENSALÃO" | O relator e a maioria do STF não entenderam o sentido do domínio funcional dos fatos**

POR CYNARA MENEZES

**N**A SESSÃO de 4 de outubro, pouco antes de absolver José Dirceu da acusação de corrupção ativa, o ministro revisor Ricardo Lewandowski empertigou-se na poltrona e assumiu a postura de professor de Direito da USP para advertir: a teoria do domínio do fato, utilizada pela ampla maioria dos ministros para condenar Dirceu, não era bem aplicada pelos colegas. "Não há provas. Nem mesmo se chamássemos (Claus) Roxin a teoria do domínio do fato poderia ser aplicada ao caso presente." Lewandowski referia-se à preocupação de outros estudiosos com a "vulgarização" da tese. O então presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, e o ministro Celso de Mello rebateram o revisor imediatamente e atestaram a correta aplicação da teoria alemã no "mensalão" brasileiro.

**Pois o próprio** Roxin foi chamado e praticamente desautorizou a utilização de sua teoria pela Suprema Corte brasileira. Foi Roxin quem, em 1963, com a obra *Täterschaft und Tatherrschaft (Autoria e Domínio do Fato)*, desenvolveu o tema a partir de uma doutrina formulada por Hans Welzel em 1939. Em entrevista concedida no Rio de Janeiro, onde participou de um seminário sobre Direito Penal entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro, mas veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* apenas no domingo 11, com pouco destaque, Roxin demonstrou idêntica preocupação à de Lewandowski em relação ao provável abuso na aplicação da teoria que formulou, e deixou claro que ela não prescinde da apresentação de provas.

"A posição hierárquica não fundamenta, sob nenhuma circunstância, o domínio do fato. O mero ter de saber não basta. Essa construção ('dever de saber')

**"Ter de saber não basta", afirma Roxin, o jurista alemão que deu forma à tese**

**Sob pressão.** *Barbosa teria se encantado com o clamor público que Roxin considera perigoso*

**O Supremo antecipou a dosagem das penas do núcleo político. Tudo para Ayres Britto votar antes da aposentadoria**

**Despedida.** *"Sou um homem feliz", disse Britto na despedida*

é do direito anglo-saxão e não a considero correta", disse o jurista alemão. "A pessoa que ocupa a posição no topo de uma organização tem também de ter comandado esse fato, emitido uma ordem. Isso seria um mau uso." Roxin recorreu ao exemplo da condenação do ex-presidente Alberto Fujimori pela Corte Suprema do Peru, em 2009, muito utilizada no Brasil para avaliar a aplicação da teoria do domínio do fato.

**Segundo Roxin,** Fujimori só foi condenado a 25 anos de prisão por violação dos direitos humanos, pois a promotoria apresentou provas de seu envolvimento nos sequestros e mortes de que era acusado, ao contrário do que aconteceu com Dirceu, cuja condenação se baseou principalmente em deduções e ilações em virtude do cargo que ocupava de ministro da Casa Civil. "No caso de Fujimori, foi importante ter provas de que ele controlou os sequestros e homicídios realizados", afirmou o jurista, que também criticou a influência da opinião pública sobre os julgadores de maneira geral. "É interessante saber que aqui há o clamor por condenações severas, mesmo sem provas suficientes. O problema é que isso não corresponde ao direito. O juiz não tem de ficar ao lado da opinião pública."

Condenado na segunda-feira 12 pelo STF a 10 anos e 10 meses de prisão pelo envolvimento no chamado "mensalão", Dirceu já cogitava solicitar a Roxin um parecer jurídico sobre a teoria do domínio do fato. Seu advogado, José Luis de Oliveira Lima, planeja viajar à Alemanha para conversar com o jurista. O ex-ministro foi condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha, mas, como nesse segundo crime houve um placar apertado (6 votos a 4), cabem embargos infringentes, o que deve adiar o cumprimento da sentença.

**CONTINUA**

# CARTA CAPITAL

## CONTINUAÇÃO

# 17 NOV 2012

Antes disso, falta ainda a publicação do acórdão, que não deve ocorrer antes de 2013, embora, os jornais, em tom comemorativo, tenham diariamente especulações a respeito de em qual presídio o petista cumprirá pena ou se terá ou não direito a cela especial.

O ex-ministro-chefe da Casa Civil do governo Lula poderá ter de cumprir ao menos 1 ano e 9 meses de sua pena em regime fechado. Por sua vez, o ex-presidente do PT José Genoino recebeu pena de 6 anos e 11 meses, e deverá cumprir parte dela em regime semiaberto. Já o tesoureiro Delúbio Soares, por ter pena superior a 8 anos, como Dirceu, também irá para a cadeia em um primeiro momento. Delúbio foi sentenciado a 8 anos e 11 meses no total. Dirigentes petistas cogitam criar um “fundo solidário” para ajudar a pagar as pesadas multas às quais os três também foram condenados: 676 mil reais para Dirceu, 468 mil para Genoino e 325 mil para Delúbio.

**Mais uma vez,** Dirceu soltou nota para expressar indignação com a condenação pelo Supremo, e apelou inclusive ao controvertido uso da teoria do domínio do fato. “A pena de 10 anos e 10 meses que a Suprema Corte me impôs só agrava a infâmia e a ignomínia de todo esse processo, que recorreu a recursos jurídicos que violam abertamente nossa Constituição e o Estado Democrático de Direito, como a teoria do domínio do fato, a condenação sem ato de ofício, o desprezo à presunção de inocência e o abandono de jurisprudência que beneficia os réus”, escreveu. “Não me calarei e não me conformo com a injusta sentença que me foi imposta. Vou lutar mesmo cumprindo pena.”

Genoino falou por meio de seu advogado, Luiz Fernando Pacheco. “A aplicação da pena é apenas a decorrência maior da injustiça já antes perpetrada. Sua condenação contraria toda a prova dos autos. Irresignado o acusado viverá até o fim de seus dias. E isso quer dizer que continuará batalhando no Supremo a causa de sua inocência. Condenação sem o mínimo indício de prova merece reparação seja quando for, onde for e de quem for”, declarou o advogado em nota, adiantando que Genoino respeitará o veredicto. “Aceitá-lo, jamais.”

No dia seguinte à fixação das penas, Lewandowski advertiu sobre a falta de vagas para o cumprimento de penas em regime semiaberto no País. “Eu cansei de conceder habeas corpus para que pessoas cumpram o regime aberto porque as colônias agrícolas estão fechadas. A coisa mais difícil é ter vaga no semiaberto”, disse Lewandowski. O que acaba por ocorrer em boa parte dos casos e pode acontecer com Genoino é passar direto à liberdade condicional. Ou seja, o condenado fica livre (mesmo sem direitos políticos ou possibilidade de viajar), mas é obrigado a se apresentar regularmente à Justiça. A carreira política de Dirceu e Genoino, ao menos em termos eleitorais, está acabada: quando voltarem a ter direitos políticos, já serão octogenários.

Embora o prazo máximo para publicação seja de 60 dias, de acordo com levantamento feito pelos jornais há mais de 2,6 mil decisões sem acórdãos publicados pelo Supremo, algumas delas até de dois anos atrás. Os ministros argumentam, com razão, excesso de trabalho. Mas os embargos, se couberem, só poderão ser apresentados após a publicação dos acórdãos. Sem a impressão no *Diário da Justiça*, nenhuma multa ou prisão pode ser efetuada. Mas como tudo neste julgamento foi, digamos, diferente dos demais até hoje, não se descarta a hipótese de o STF agilizar a publicação do acórdão para atender ao clamor punitivo da mídia, mesmo porque o novo presidente da Corte é Joaquim Barbosa.

Mais uma vez o relator do processo do “mensalão” gerou discordância em plenário ao inverter a ordem da dosimetria. Quando todos esperavam a fixação das penas para o núcleo financeiro, o relator pulou diretamente para o núcleo político, com Dirceu, Delúbio e Genoino. Atendia a um pedido do agora ex-presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto que desejava votar o item antes de sua aposentadoria compulsória aos 70 anos completados no domingo 18. Com a concordância de Gilmar Mendes e Celso de Mello, Barbosa votou então como imaginava, sob os protestos do revisor Ricardo Lewandowski, que se retirou do plenário, mas que ao fim teve de ceder.

**A partir da segunda-feira 19,** Barbosa assume a principal cadeira da Suprema Corte e seu comportamento intempestivo estará ainda mais sob escrutínio. Nos momentos mais acalorados do julgamento que se desenrola desde agosto, foi Ayres Britto quem funcionou como apaziguador, ao colocar panos quentes entre Lewandowski e Barbosa, mas também entre o relator e outros pares, como o ministro Marco Aurélio Mello. Até por sua natureza calma, Ayres Britto dava o toque “zen” em uma Corte famosa pela desunião. “Sou um homem feliz”, definiu-se o ex-presidente, na despedida. ●

### FRASE

**“Barbosa convida Dilma para a sua posse no STF”**

NOTÍCIA QUE MOSTRA AS DIFICULDADES RECÍPROCAS DOS RITUAIS IMPOSTOS AO EXERCÍCIO DO PODER

15 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Julgamento está mudando cultura do País, afirma Britto em despedida



**Bom humor.** Ayres Britto, em sua última sessão na Corte

Em seu último discurso como presidente do STF, ele deixa um recado velado a Barbosa, falando em 'serenidade' no cargo

**Mariângela Gallucci** | BRASÍLIA

Num discurso de despedida ontem do plenário do Supremo Tribunal Federal, o presidente, Carlos Ayres Britto, disse que a Corte está mudando a cultura do País a partir dessa Constituição, que quer essa mudança para melhor", afirmou. Citou ainda o "amigo" Márcio Thomaz Bastos, advogado de um dos condenados no mensalão, e aproveitou para mandar um recado velado a Joaquim Barbosa, que ocupará o cargo a partir da próxima semana e tem se desentendido com colegas. "Entendo que é direito e direito sagrado e inalienável do jurisdicionado saber que sua causa está aos cuidados de um juiz sereno e equilibrado."

O conselho indireto a Joaquim Barbosa foi dado dois dias após o

relator do processo do mensalão ter se desentendido publicamente no plenário com o revisor, Ricardo Lewandowski. Barbosa acusou o colega de tentar obstruir o julgamento. Como reação, Lewandowski abandonou o plenário.

Por causa do desentendimento, ministros do STF e advogados demonstram reservadamente preocupação com a presidência de Barbosa, que tomará posse no próximo dia 22. A aposentadoria de Ayres Britto deverá ser publicada na segunda-feira, um dia após ele completar 70 anos.

O presidente da Corte reconheceu que Thomaz Bastos "muito contribuiu" para a sua nomeação para o STF em 2003. Thomaz Bas-

### ● Conselho

#### **AYRES BRITTO**

PRESIDENTE DO STF, DANDO CONSELHO INDIRETO A SEU SUCESSOR, JOAQUIM BARBOSA  
"Entendo que é direito e direito sagrado e inalienável do jurisdicionado saber que sua causa está aos cuidados de um juiz sereno e equilibrado."

tos era ministro da Justiça do ex-presidente Lula e recomendou a indicação de Britto.

Além de Thomaz Bastos, Britto citou o "notável" advogado Marcelo Leonardo, que defende o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de ter sido o operador do mensalão e já condenado a penas que ultrapassam 40 anos de reclusão. Os dois advogados assistiram ao discurso porque em seguida o STF retomaria a fase de dosimetria das penas dos condenados por envolvimento com o esquema.

**'Rápido'.** Ayres Britto disse que os nove anos de STF passaram muito rápido e que o cargo de ministro do Supremo deve ser exercido com bom humor. "Passou num piscar de olhos, num estalar de dedos. O tempo só passa veloz, célere, para quem é feliz. Para quem não é feliz, o tempo é penoso, um fardo. A honra de pertencer ao Supremo Tribunal Federal é, como disse Ophir Cavalcante (*presidente da Ordem dos Advogados do Brasil*) citando Fernando Pessoa, arrumar as malas para o infinito. Não temos nem o direito de ter mau humor."

Com a aposentadoria, Ayres Britto deixará de participar da conclusão de processos de grande repercussão nos quais ele atuou no tribunal como relator. Um deles envolve a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

A dois dias de deixar a Corte, Ayres Britto intensificou as negociações com o Congresso para tentar garantir aumento de salário para os juízes e servidores do Judiciário. Para tentar sensibilizar os parlamentares sobre a necessidade de aprovação de projetos que propõem reajustes para magistrados e funcionários, ele recebeu ontem em seu gabinete o relator-geral do orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), líderes do Congresso, presidentes de tribunais e de associações representativas de magistrados. O ministro Joaquim Barbosa também esteve no encontro.

15 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### Livros e obras

Carlos Ayres Britto, que se despede do STF, interrompe período mais low-profile para revelar à coluna o que pretende fazer depois de pendurar a toga: quer tocar projetos literários e... domésticos. "Vou reformar minha casa - o que deve demorar uns 40 dias - e publicar dois livros, um de poesias e outro que trata da Ciência Quântica do Direito".

Fará falta.

15 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## PT diz que STF tenta criminalizar o partido

Nota oficial da direção afirma que Supremo instalou um clima de 'insegurança jurídica'

### MENSALÃO

Fernando Gallo

A Comissão Executiva Nacional do PT divulgou ontem uma nota oficial com a posição do partido sobre o julgamento do caso do mensalão na qual faz diversos ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirma que a Corte fez política ao julgar o caso e que "desrespeitou garantias constitucionais" para "tentar criminalizar o PT".

O PT diz na nota, em referência à teoria do domínio do fato que levou à condenação do ex-ministro José Dirceu, que o STF "deu estatuto legal a uma teoria nascida na Alemanha nazista, em 1939, atualizada em 1963 em plena Guerra Fria e considerada superada por diversos juristas".

"Trata-se de uma interpretação da lei moldada unicamente para atender a conveniência de condenar pessoas específicas e, indiretamente, atingir o partido a que estão vinculadas."

O documento sustenta ainda que o Supremo "instaurou um clima de insegurança jurídica"

no País e diz que os ministros da Corte agiram sob "intensa pressão da mídia conservadora" e por ela se deixaram contaminar.

A nota ataca ainda o STF por dar "valor de prova a indícios" e por não fazer um julgamento "isento". "Houve flexibilização do uso de provas, transferência de ônus da prova aos réus, presunções, ilações, deduções, inferências."

O texto divulgado ontem sustenta também que a "partidarização do Judiciário" ficou "evidente" no julgamento da Ação Penal 470. "O Supremo Tribunal fez política ao definir o calendário convenientemente coincidente com as eleições."

Na nota, o PT afirma ainda que "erros e ilegalidades que tenham sido cometidos por filiados do partido no âmbito de um sistema eleitoral inconsistente não justificam que o poder político da toga suplante a força da lei e dos poderes que emanam no povo".

Questionado sobre o conteúdo da nota, o presidente do Supremo Carlos Ayres Britto, afirmou que "(o documento) faz parte da liberdade de opinião e de expressão". O ministro, no entanto, defendeu a instituição e disse que "Supremo julgou com

toda tecnicidade e com toda consistência".

**Desagravo.** Ao contrário do defendido anteriormente por parte da legenda, nenhum desagravo explícito foi feito aos filiados condenados no caso – além de Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e João Paulo Cunha. A nota diz apenas que discorda da decisão do STF que "condenou e imputou penas desproporcionais a alguns de seus filiados".

Por entender que o Supremo negou aos então réus "a plenitude do direito de defesa", ao impedi-los de recorrer a instância diferente, o PT avalia ser legítimo que eles "recorram a todos os meios jurídicos para se defenderem". As defesas dos petistas dizem que podem recorrer a cortes internacionais justamente alegando a impossibilidade de recurso no sistema jurídico brasileiro.

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, afirmou que mostrou o texto da nota Dirceu e a Genoino e disse que ambos avaliaram que o documento estava "de bom tamanho". Sobre se não considerava a nota tímida na defesa dos condenados, o dirigente sustentou tratar-se de um "juízo de valor". O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também tomou conhecimento do texto.

Com a divulgação da nota, debatida internamente no partido há semanas, o PT tenta por um fim às expectativas de setores da legenda de que o partido precisava se posicionar publicamente sobre o caso. Embora conclame a militância a "mobilizar-se em defesa do PT e de nossas bandeiras", na direção nacional da sigla o texto é tido como o ponto final no caso e a questão é considerada "página virada". O PT não deve se manifestar novamente sobre o caso e nem levará a cabo nenhuma outra iniciativa formal de contestação do julgamento.

Indagado se via algo de positivo em todo o processo, Rui Falcão afirmou que o julgamento mostrou que "as instituições estão funcionando legalmente" e que o processo pôde ser acompanhado por toda a sociedade.



15 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Júri absolve PMs da Rota acusados de executar integrante do PCC na Tiquatira

Os três policiais militares acusados de terem executado Anderson Minhano, em 28 de maio, na Rodovia Ayrton Senna, na zona leste de São Paulo, foram absolvidos anteontem pelo 4.º Tribunal do Júri da capital, menos de seis meses depois da ação. Minhano foi um dos seis supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) mortos depois de uma suposta troca de tiros com os agentes das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota) em um lava-rápido da Tiquatira, na região da Penha, também na zona leste. O evento é considerado o estopim da atual onda de violência.

O sargento Carlos Aurélio Thomaz Nogueira, de 42 anos, o cabo Levi Cosme da Silva Júnior, de 34, e o soldado Marcos Aparecido da Silva, de 37, foram acusados de atirar contra Minhano no acostamento da Ayrton Senna, perto, do Parque Ecológico do Tietê, quando levavam o suspeito para ser socorrido, após o suposto tiroteio. O relato da execução foi feito por uma testemunha, em tempo real, ao 190 da PM. Foram encontradas marcas de sangue onde ela disse ter ocorrido o crime. Câmeras da concessionária da rodovia mostraram a viatura parada no lugar.

No julgamento de anteontem no Fórum Mário Magalhães, os jurados absolveram por unanimidade os acusados. Segundo o advogado de defesa, Celso Machado Vendramini, a testemunha entrou em contradição por várias vezes - teria dito que eram quatro PMs na viatura e estava a 25 metros do local, quando a perícia apontou 68 metros de distância. "Acho que ela imaginou uma cena e narrou isso à polícia."

Sobre o motivo da parada durante o socorro, o advogado manteve a versão inicial dos acusados, que não convenceu nem a Corregedoria da PM nem a Polícia Civil. "Eles pararam ali na Ayrton Senna porque um dos policiais teve cãibra na perna. Ele já tinha um histórico de problemas musculares, foi até afastado de cursos da PM. Sustentei isso e os jurados aceitaram essa alegação", explicou Vendramini.

Segundo a versão oficial, a manobra promovida pela Rota no suposto tiroteio aconteceu depois que uma denúncia anônima apontou que, no lava-rápido lideranças da facção criminosa planejavam o resgate de um preso no Centro de Detenção Provisória do Belém, na zona leste. Nenhum policial ficou ferido.

O promotor responsável pelo caso, Estefano Kvastk Kummer, não quis comentar a decisão dos jurados. O Ministério Público Estadual disse apenas que ele recorreu da decisão, tomada após dez horas de julgamento. Segundo a PM, os três policiais serão integrados às tarefas administrativas até a conclusão do procedimento interno. Para o especialista em segurança pública Guaracy Mingardi, a forma como se deu a absolvição pode causar dúvidas. "Dá para todo mundo a impressão de que foi uma coisa aranjada. "Na atual conjuntura, isso é atirar lenha na fogueira."

16 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Fórum vai monitorar ações contra mídia

Em seu último ato como presidente do CNJ, Ayres Britto institui comissão para acompanhar processos relativos à liberdade de imprensa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma comissão para monitorar processos que tratam da liberdade de imprensa, abordando temas como censura, segredo de Justiça e "assuntos de interesse público". Batizado de Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade, a ideia é fazer uma estatística das decisões e acompanhar as ações que tratem diretamente do tema, com o objetivo de identificar a atuação dos magistrados, ajudando a fornecer informações que possam orientar sentenças em todas as instâncias da Justiça.

A proposta foi apresentada na terça-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, em seu último dia de atuação à frente da presidência do CNJ.

Ao Estado, o ministro Carlos Ayres Britto justificou sua iniciativa: "As relações de imprensa são da mais elevada estatura constitucional pelo seu umbilical vínculo com a democracia. O Conselho Nacional de Justiça não podia deixar de se interessar pelo modo como tais relações são cotidianamente equacionadas pelo nosso poder Judiciário".

**Sem interferência.** O ministro faz questão de destacar que o objetivo deste fórum nacional é o de promover o debate "sem nenhuma interferência na autonomia técnica dos magistrados em concreto exame dos litígios em torno dessas mesmíssimas relações".

Esta é a contribuição final, via CNJ, de Ayres Britto, que se aposenta compulsoriamente no próximo domingo, data em que completa 70 anos - idade-limite para funcionários públicos permanecerem no cargo.

De acordo com informações do Conselho, o fórum trabalhará o assunto em conjunto com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e com escolas de magistratura dos tribunais.

Farão parte desse grupo de estudos membros do Conselho Nacional de Justiça - um deles terá cargo de presidente do fórum -, integrantes da OAB, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e dois magistrados (um da Justiça estadual e outro da federal) indicados pelo presidente do CNJ e aprovados pelo plenário.

Ao menos uma vez por ano, a comissão promoverá um encontro nacional para discutir e apresentar estudos.

**Censura.** Não faltam exemplos recentes sobre o choque entre as opiniões dos magistrados e a dos meios de comunicação sobre a liberdade de imprensa. O Estado, por exemplo, está há mais de 1.100 dias proibido judicialmente de publicar informações sobre investigações da Polícia Federal sobre supostas ilegalidades cometidas pelo empresário Fernando Sarney, filho do senador José Sarney.

Ainda mais recentemente, durante o período eleitoral deste ano, o juiz eleitoral Adão Gomes de Carvalho tomou uma decisão - já revogada por ele mesmo - que vetou a publicação de um texto no blog do jornalista João Bosco Rabello, diretor da sucursal do Estado em Brasília.

A reportagem informava que o então prefeito Roberto Góes (PDT), candidato derrotado à reeleição em Macapá, no Amapá, teve sua campanha limitada

por restrições judiciais, pois ele respondia à ação penal por ter sido preso em flagrante por porte ilegal de arma.

O texto também lembrou que o candidato passou dois meses preso graças à Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, que desbaratou uma quadrilha que atuava em todas as instâncias de poder no Amapá.

**Assunto do passado.** A justificativa do advogado de Roberto Góes para o pedido de veto da nota não foi em relação à veracidade das informações publicadas, mas por entender que o assunto já fazia parte do passado, portanto, seriam impertinentes para o momento.

## COMPOSIÇÃO

O presidente do fórum será um dos conselheiros do CNJ. Os outros integrantes serão:

● Dois conselheiros e um juiz auxiliar do CNJ

● 1 integrante da OAB

● 1 integrante da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

● 1 integrante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

● 1 integrante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

● 2 magistrados, sendo um da magistratura estadual e um da Justiça Federal

Todos precisarão ser indicados pelo presidente do CNJ e aprovados pelo plenário.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EUGÊNIO BUCCI

## Fiscalizar a Justiça

16 NOV 2012

**É** positiva a medida adotada pelo CNJ, no dia 13 de novembro, de instaurar o Fórum do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, encarregado de “fazer o levantamento estatístico das ações judiciais que tratem das relações de imprensa e elaborar estudos sobre os modelos de atuação da magistratura em países democráticos”. Trata-se de um órgão para acompanhar ações que digam respeito à imprensa no Poder Judiciário – e não, como seria do agrado da mentalidade autoritária, de uma comissão estatal para monitorar a imprensa. Nos termos do próprio CNJ, “a ideia é que esses estudos possam facilitar a compreensão de conflitos que digam respeito à atuação da imprensa”. Se essa linha prevalecer, os magistrados brasileiros só terão a ganhar com mais essa inovação. A democracia brasileira também.

O ministro Carlos Ayres Britto, autor da proposta, tem autoridade na matéria. Entre todos os seus pares na Corte Suprema, Britto é o que tem mais domínio do assunto, destacando-se como o principal defensor da liberdade de imprensa no período recente. No dia 6 de novembro de 2009, o *Diário da Justiça* (que é o diário oficial do Judiciário) trouxe o acórdão redigido por ele, que fundamenta a decisão que declarou a inconstitucionalidade da antiga Lei de Imprensa (Lei Federal n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967). Nesse documento, que é histórico, sem exagero, podemos ler o que deveria ser a diretriz do novo órgão do CNJ:

“O pensamento crítico é parte integrante da informação plena e fidedigna. O possível conteúdo socialmente útil da obra compensa eventuais excessos de estilo e da própria verve do autor. O exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero ou contundente, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado. A crítica jornalística, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura, mesmo que legislativa ou judicialmente tentada.”

A despeito desse acórdão, ainda hoje há veículos jornalísticos brasileiros que se veem obrigados a conviver com decisões judiciais que impõem a censura prévia. Este jornal, *O Estado de S. Paulo*, é vítima de uma decisão desse tipo desde 2009, quando ficou impedido de publicar reportagens sobre a operação Boi Barrica, da Polícia Federal. O veto judicial que se abateu sobre o *Estadão* ainda aguarda julgamento no Supremo. Dezenas de pequenos jornais e blogs brasileiros padecem sob a mesma mordada. Embora, em sua grande maioria, essas decisões venham sendo revogadas nas instâncias superiores, o fantasma da censura “judicialmente tentada” ainda paira como um constrangimento contra o direito do cidadão de ser informado.

Se o Fórum do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa espantar esse fantasma e contribuir para dar aos magistrados brasileiros uma compreensão mais profunda, clara e contemporânea sobre a liberdade de imprensa e o direito à informação, direitos que, na visão de Ayres Britto, tem precedência sobre vários outros, terá cumprido um papel vital para o amadurecimento das instituições brasileiras.

\*  
PROFESSOR DA ESPM E DA ECA-USP  
E COLUNISTA DO 'ESTADO'

### • Debate

#### CARLOS AYRES BRITTO

PRESIDENTE DO STF E DO CNJ QUE  
SE APOSENTA NO DOMINGO  
“As relações de imprensa são  
da mais elevada estatura  
constitucional pelo seu umbilical  
vínculo com a democracia.  
O CNJ não podia deixar de se  
interessar pelo modo como tais  
relações são cotidianamente  
equacionadas pelo nosso  
poder Judiciário”

16 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Teori, que ocupará vaga de Peluso, toma posse dia 29

● Parlamentares condenados no processo do mensalão poderão ganhar um voto a favor no Supremo Tribunal Federal quando emplacarem a discussão sobre quem tem o poder de decidir sobre a perda do mandato, se o Supremo ou o Congresso Nacional: o do novo ministro Teori Zavascki, que toma posse no próximo dia 29, na vaga de Cezar Peluso, que se aposentou no fim de agosto.

Durante sabatina realizada em setembro, no Senado, a fim de avaliar a escolha da presidente Dilma Rousseff, Teori foi indagado por parlamentares sobre esta questão e respondeu que mesmo que o STF decida pela perda de mandato, a "palavra final" caberia ao Congresso. Tal discussão tem como objetivo atrasar eventual cumprimento de pena de condenados no caso mensalão.

### SÔNIA RACY

#### Em nome da toga

Comentário no TJ-SP: só 30 passarão no concurso para juízes – que, após entrevistas “secretas”, foi parcialmente anulado e teve nova rodada de provas orais. A assessoria nega.

16 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### As prisões, segundo o ministro

“**S**e fosse para cumprir muitos anos em uma prisão nossa, eu preferiria morrer.” A frase é, por incrível que pareça, da lavra de uma das autoridades responsáveis pela situação do sistema carcerário nacional, que, apesar do tom exageradamente dramático e demagógico da hipótese, tem sido definido com bastante propriedade por seus críticos como um inferno: o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O autor da diatribe milita no Partido dos Trabalhadores (PT), a cujos quadros pertencem o ex-presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, principais mandatários da República há dez anos.

O duro diagnóstico foi feito em palestra para 300 empresários, promovida em São Paulo pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) um dia depois de três dignitários petistas – o ex-chefe da Casa Civil de Lula José Dirceu, o ex-presidente nacional do partido José Genoino e o ex-tesoureiro Delúbio Soares – terem sido condenados, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha. O mais importante deles, José Dirceu, foi condenado a cumprir pena de 10 anos e 10 meses, o que significa dizer que passará pelo menos 1 ano e 9 meses em regime fechado, ou seja, numa cela.

A comparação da vida dos condenados nas prisões com o

inferno encontra base, primeiramente, na superlotação. Conforme o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, no ano passado 471.154 presos ocupavam as 295.413 vagas disponíveis, o que gera um déficit de 175.841 unidades e a relação de 1,6 preso por vaga. A média, contudo, não retrata as vis condições dos presidiários que vivem no Presídio Aníbal Bruno (PE), no qual seus 5.230 apenados se amontoavam em 1.448 vagas, uma proporção indecente de 3,6 presos por vaga. Não se trata de uma singularidade nordestina: o Presídio Central de Porto Alegre não alcança esse patamar absurdo, mas também ultrapassa a média nacional, pois com 4.470 presos ocupando 1.986 vagas, alcança a média de 2,2 detentos por vaga.

Também é desumana a vida da população carcerária em São Paulo. A média do chamado “cadeião” de Pinheiros, na capital, é de 2,9: 5.933 detentos para 2.056 vagas. Diante desse quadro, chamar as cadeias nacionais de “medievais”, como fez Cardozo, chega a ser uma platitude: por mais degradantes que tenham sido as condições de aprisionamento na Idade Média, a promiscuidade das celas superlotadas não podia ser comparada com a situação atual do sistema prisional paulista, cuja população aumentou em 12.335 pessoas no ano passado, o equivalente a uma cidade neste país onde 75% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes.

Os atuais governantes poderiam até recorrer a sua constan-

te desculpa da “herança maldita” dos governos anteriores, se as estatísticas não mostrassem que de 2005 a 2011, sob governos federais petistas, o total de presos no Brasil aumentou 74% e os novos presídios ampliaram o número de vagas em 66%. Esta constatação dá razão à crítica do ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva, que disparou: “Infelizmente o governo do PT não investiu praticamente nada. (...) Eles colhem os frutos”.

Na verdade, as maiores vítimas deste sistema penitenciário, em que, segundo a correta definição de Cardozo, “quem cometeu crime pequeno sai de lá criminoso maior”, não são os governantes, mas os cidadãos pacatos e honestos assaltados e assassinados na escalada de violência comandada pelos chefes criminosos de suas celas. Maurício Zanoide, professor da USP, chegou à conclusão da qual é difícil discordar: “Já que ele (*o ministro da Justiça*) reconhece uma profunda falha no sistema, aproveite para melhorá-lo”. Só que, antes de condenar o desrespeito aos direitos humanos e a impossibilidade da reinserção social nas prisões sob sua responsabilidade administrativa, o ministro avisou à plateia que o ouvia que falava não como membro do governo, mas como “cidadão comum”.

Espera-se que, deixando a plância dos mortais usada provisoriamente para criticar e voltando ao topo do poder, ele use sua autoridade para corrigir os erros que apontou corretamente.

16 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça derruba uso de luvas nas cozinhas de SP

Sentença atende a pedido de associação de restaurantes e invalida norma imposta pela Secretaria de Saúde. Para juíza, material só protege as mãos

### ● Recurso

A Prefeitura está recorrendo da sentença e, por isso, a Secretaria de Saúde não comentou o caso. A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) informou não ter um porta-voz para se manifestar.

Bares e restaurantes da cidade de São Paulo estão livres para deixar seus funcionários preparar alimentos com as mãos, sem usar luvas descartáveis ou utensílios de cozinha. A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) invalidou na Justiça uma regra publicada pela Secretaria Municipal de Saúde em dezembro de 2011, segundo a qual a comida cozida ou higienizada só pode ser manuseada com proteções.

Na decisão, de setembro, a juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, afirma que “o uso de luvas, se feito de forma inadequada, pode causar maior dano à saúde do que a lavagem das mãos”.

As luvas, segunda ela, “só protegem a mão, e não o alimento”. Entre sanitaristas, a opinião é outra. “A luva protege tanto a mão como os alimentos. Você não pode pôr a mão. Isso é pressão de chefs”, diz o biomédico e consultor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Eneo Alves da Silva Junior.

Em 1999, Silva Junior foi um dos responsáveis por elaborar uma portaria com uma série de regras sanitárias do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo para estabelecimentos alimentícios. Nela, não está previsto o uso obrigatório de luvas descartáveis, mas há proposta de alteração das normas em discussão desde o ano passado

para torná-las uma exigência. Para Silva Júnior, deve existir pelo menos algum material que impeça o toque direto. “Estão voltando à Idade da Pedra, em que prevalece a contaminação.”

Para a juíza Alexandra, além de desnecessárias e inseguras, as luvas seriam um problema ambiental e uma contradição com o fato de o Município de São Paulo proibir as sacolas plásticas em supermercados. “Não seria o caso também de proibir o uso de luvas descartáveis, exceto quando absolutamente indispensáveis à garantia da saúde?”

17 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Celulares nas celas

**D**epois do constrangedor combate retórico entre os governos federal e estadual paulista em torno da onda de violência em São Paulo, o governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), e o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo (PT), voltaram a se reunir para tornar viável a integração na luta contra a criminalidade. Ficou combinado que logo terão início operações conjuntas em estradas, portos e aeroportos para tentar coibir a ação da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), acusada de ser a responsável pela execução em série de policiais, principalmente militares, nas ruas da capital paulista. O fim do bate-boca de autoridades federais e estaduais e as combinadas blitz em estradas, portos e aeroportos, são bem-vindos, pois não faz o menor sentido o desen-tendimento entre autoridades às voltas com o crime organizado, bem armado e eficiente.

A repressão à atividade criminosa, contudo, só terá eficácia e tranquilizará a população assustada com a vingança dos bandidos e a represália dos policiais se algumas medidas simples e práticas forem adotadas imediatamente, tais como evitar o uso contumaz de telefones celulares pelos chefões da facção criminosa nas celas onde cumprem penas. Na semana passada, o grupo de promotores de execução criminal da

capital tratou desta obviedade num documento em que citou uma operação da Polícia Federal que flagrou detentos comandando o tráfico de drogas de uma cadeia dita de segurança máxima. As conversas pelo telefone foram gravadas e, segundo o governador, isso é trabalho de inteligência policial.

O documento dos promotores pede que todos os presos ligados ao PCC sejam transferidos para presídios federais porque o Estado de São Paulo não consegue controlar o emprego de telefonia celular nos presídios sob sua administração. “Não há ainda uma tecnologia para bloquear (*o uso do celular*) apenas em uma pequena área. Então, ou você não consegue bloquear ou bloqueia em uma área muito grande”, tentou explicar Alckmin.

Embora a cooperação entre os governos federal e estadual permita agora uma transferência em número razoável de chefões da facção para presídios fora do território do Estado de São Paulo, o que torna viável a sugestão dos promotores, esta não deveria ser a única solução para o problema. Considerando-se que impedir a comunicação entre os comandantes nas celas e os tarefeiros nas ruas é ação crucial para reduzir a criminalidade na cidade, espera-se das autoridades estaduais paulistas que adotem uma providência elementar que o governador não abordou em seu comentário inconclusivo: impedir que os aparelhos cheguem às mãos dos encarcerados.

É impossível que o governador não esteja a par do que qualquer cidadão medianamente informado toma conhecimento por fotografias de jornais e imagens de televisão: o volume impressionante de telefones celulares recolhidos nas revistas de rotina feitas nos presídios paulistas, aliás menos frequentes do que se faz necessário. Qualquer providência rotineira da administração dos presídios para impedir o fluxo permanente de entrada desses aparelhos no dia a dia das prisões dispensaria a complicada operação de bloqueio da linha utilizada.

Como a ligação telefônica só é possível com o uso do aparelho, basta evitar que o presidiário disponha dele para impedir sua comunicação com seus comandados. Para tanto, não se exige logística sofisticada nem tecnologia de ponta. Tudo o que entra e sai num presídio passa por um portão de entrada e a instalação de detectores de metais neste bastará para obstruir o canal de conexão pelo qual os chefões da facção fazem chegar suas ordens sangrentas aos encarregados de cumpri-las. O sistema é usado com eficiência para impedir a entrada de quaisquer objetos metálicos em aviões de carreira. Não tem funcionado nas prisões por causa da corrupção policial. Alckmin poderá se queixar com mais razão do que tem feito ultimamente da ineficiência da Polícia Federal na vigilância das fronteiras se adotar uma estratégia para pôr fim ao vexame dos celulares nas celas.

17 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### **Briga por cachoeira vai parar no STJ**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu sentença de 1.º grau que julgou impro-

cedentes pedidos de  
solicitantes para ter acesso a uma cachoeira que fica em propriedade particular na estância ecológica de Juquitiba (SP).

Na ação, o grupo alegava que a queda d'água fica em área de uso comum. Para a 3.ª Turma do STJ, no entanto, que analisou o caso, a cachoeira é parte de propriedade privada.



## TJ autoriza projetos para obras em Fórum de Londrina

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, assinou na última segunda-feira (12) a ordem de serviço dos projetos complementares da construção do Fórum Criminal de Londrina.

O local terá Cartório Distribuidor; seis Varas Criminais, sendo uma da Violência Doméstica; seis Varas de expansão; três secretarias de Juizados Especiais; Vara da Infância e da Juventude e Adoção; Vara da Infância e da Juventude e Menores Infratores, além da Sede da Escola da Magistratura.

Além disso, o espaço deverá contar também com 235 vagas cobertas entre privativas e públicas. O valor da obra é de aproximadamente R\$ 1, 2 milhão e será custeado com recursos do Funrejus.

A obra será executada no terreno de 10.767,48 m<sup>2</sup> do Fórum da comarca, localizado na rua Presidente Arthur da Costa e Silva.

A edificação atual possui área construída de 28.362,40 m<sup>2</sup>, dos quais 6.926,69 m<sup>2</sup> serão demolidos para construção do novo edifício, que terá uma área construída de 25.303,78 m<sup>2</sup> em oito pavimentos e três subsolos, totalizando ao final das obras 46.739,49 m<sup>2</sup>.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de desenvolvimento dos projetos complementares, projeto arquitetônico executivo e orçamentos necessários à licitação da obra.

## TJ autoriza projetos complementares do Fórum Criminal de Londrina

### Londrina

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, assinou na segunda-feira (12) a ordem de serviço dos projetos complementares da construção do Fórum Criminal de Londrina.

Trata-se de obra de ampliação a ser implantada no terreno de 10.767,48 m<sup>2</sup> do Fórum da comarca, localizado na Rua Presidente Arthur da Costa e Silva. A edificação atual possui área construída de 28.362,40 m<sup>2</sup>, dos quais 6.926,69 m<sup>2</sup> serão demolidos para construção do novo edifício, que terá uma área construída de 25.303,78 m<sup>2</sup> em oito pavimentos e três subsolos, totalizando ao final das obras 46.739,49 m<sup>2</sup>.

O projeto foi desenvolvido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (DEA). Idealizado pelo arquiteto Adilson Kronland Pinto e sob a responsabilidade do arquiteto Paulo Molinari, encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento dos projetos complementares, projeto arquitetônico executivo e orçamentos necessários à licitação da obra.

As secretarias previstas para o Fórum Criminal são: Cartório Distribuidor; seis Varas Criminais, sendo uma da Violência Doméstica; seis Varas de expansão; três secretarias de Juizados Especiais; Vara da Infância e da Juventude e Adoção; Vara da Infância e da Juventude e Menores Infratores, além da Sede da Escola da Magistratura. Conta também com 235 vagas cobertas entre privativas e de público. O valor da obra é de aproximadamente 1 milhão e 254 mil reais e será custeado com recursos do Funrejus.

A construção atende às prescrições da Resolução 114 do CNJ quanto ao planejamento, execução e monitoramento de obras do Poder Judiciário, e às normas estaduais e federais referentes à acessibilidade, mobilidade e sustentabilidade.